

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LEONARDO MONTES LOPES

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ROSULINO CAMPOS:

MEMÓRIA, HISTÓRIA E LEITURA

Goiânia

2008

LEONARDO MONTES LOPES

**BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ROSULINO CAMPOS:
MEMÓRIA, HISTÓRIA E LEITURA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – Mestrado Interinstitucional em Educação, para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo.

Goiânia
2008

LEONARDO MONTES LOPES

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ROSULINO CAMPOS:
MEMÓRIA, HISTÓRIA E LEITURA

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás – Mestrado Interinstitucional, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em 06 de Outubro de 2008, pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

Profª Drª Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo - UFG
Presidente da Banca

Profª Drª Maria Zaíra Turchi - UFG

Profª Drª Isabel Ibarra Cabrera - UFG

DEDICATÓRIA

A Lília, que me ensina a ser homem, esposo e companheiro.

A Júlia Mel, que me ensina a ser pai e amigo.

Aos meus pais, Leolino e Edna, que me ensinaram a lutar.

À Prof^ª Orlinda, pela forma serena e competente como orienta, pela maneira amigável como se coloca à disposição.

Aos protagonistas dessa pesquisa, pelas muitas histórias de leitura.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me fortalecer e me amparar nos momentos de dificuldade.

A Orlinda, pela acolhida, pela calma e firmeza no acompanhamento deste trabalho.

Às Professoras Maria Zaíra e Isabel Ibarra, pelos valiosos comentários e orientações por ocasião do Exame de Qualificação.

Aos professores da FE/UFG, pelo apoio e ministração de aulas que contribuíram na elaboração deste trabalho.

À minha amada esposa Lília, e querida filha Júlia Mel, pelo apoio e compreensão nos muitos momentos de ausências.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro por meio da concessão de bolsa de estudos.

Aos meus queridos pais, Leolino e Edna, pelo apoio e incentivo nos momentos de dificuldades.

Aos meus irmãos, Cássia, Liliane e Romeu pela torcida e em especial a Edléia, sobretudo nas horas de consolo, desabafo e troca de informações, meu eterno carinho.

Aos meus sobrinhos e cunhados, pelas tantas palavras de incentivo.

Às colegas de mestrado, Keila, Denise, Maria Aurora, Ana Luíza, entre tantos outros, pelas conversas sobre leituras.

Ao colega César Romero, pelo apoio e presença nos diversos momentos dessa caminhada, meus sinceros agradecimentos.

Ao Pastor Eldo Fernando, pelas palavras de incentivo e orações, meu eterno agradecimento.

Aos amigos Rafael, Poliana e Glaciene, pelo apoio e companheirismo.

Aos funcionários da BPMRC, em especial a Aparecida Loyola pela disposição e presteza nas várias informações sobre a biblioteca em estudo.

A todas as pessoas entrevistadas que se encontram neste trabalho.

*O valor das coisas não está no tempo que elas duram,
mas na intensidade com que acontecem.
Por isso existem momentos inesquecíveis,
coisas inexplicáveis
e pessoas incomparáveis.*

Fernando Sabino

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social
BP	Biblioteca Pública
BPMRC	Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos
COLE	Congresso de Leitura do Brasil
FE	Faculdade de Educação
FESURV	Fundação de ensino Superior de Rio Verde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMBT	Implantação de Bibliotecas
INL	Instituto Nacional do Livro
MEC	Ministério da Educação
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
SNB	Sistema Nacional de Bibliotecas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
UFG	Universidade Federal de Goiás

LOPES, Leonardo Montes. *Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos: memória, história e leitura*. 2008. 134 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as práticas e representações de leitura e a formação de leitores constituídas no espaço da Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos – BPMRC, na cidade de Rio Verde – GO, a partir da memória e da história dessa instituição. O trabalho, de caráter qualitativo, foi realizado através de estudos bibliográficos, tendo por base autores como Certeau, Halbwachs, Bakhtin, Chartier, Abreu, Melo, Silva, dentre outros. Foram feitas análise de documentos e entrevistas com 06 pessoas da cidade de Rio Verde que vivenciaram a trajetória da BPMRC, desde a sua fundação até os dias atuais, visando à coleta de dados sobre a memória e história deste espaço de cultura e informação. Foram entrevistadas 29 pessoas leitoras da BPMRC, das mais variadas classes sociais, idade e grau de escolaridade, para a análise das suas práticas e representações de leitura, como também foi elaborado um estudo das condições de funcionamento, do atendimento ao público leitor, dos projetos de leitura ali realizados e da relação biblioteca-escolas da cidade e biblioteca-comunidade. Os resultados, ao contrário do discurso do senso-comum que diz que “brasileiro não lê”, indicaram que a BPMRC é representada pela maioria dos leitores que a freqüenta como um bem público, coletivo, onde existe uma multiplicidade de material impresso (livros, revistas, jornais, gibis) para atender à diversidade de leitores da cidade. O poder público é criticado pela falta de investimentos na biblioteca, no que diz respeito à atualização do acervo, compra de mobiliários, manutenção do prédio e investimento na contratação de profissionais. Mesmo diante de todas as dificuldades, a BPMRC se configura como um espaço de formação de leitores, e que vem fazendo diferença na vida de muitas pessoas, que encontram nesse ambiente um caminho para a informação, formação, cultura e lazer.

Palavras-chave: biblioteca; memória; história; leitura.

ABSTRACT

This dissertation offers an analysis of the practices and representations of reading, and also the formation of readers inside the Public Municipal Library Rosulino Campos - PMLRC in the city of Rio Verde – Go, and deals with the memory and history of this institution. The work, which is qualitative, was done from bibliography research, and is based in author as Certeau, Halbwachs, Bakhtin, Chartier, Abreu, Melo, Silva, and more. It was done analysis of documents and interviews with six people from the city of Rio Verde who have seen the development of the PMLRC, since its foundation until nowadays. The goal of these interviews was to get information about the memory and history of this place where lies culture and information. Twenty-nine readers of PMLRC were interviewed, and based on these interviews, it was done an analysis about the practice and representation of reading of these people, who came from different social classes, and also were from different ages and literacy. A research to measure the level of support offered by the library to its readers and about projects developed by it to reach these readers also was done. In order to achieve the goal, an analysis about the relationship between the public library and the schools of the city, and the community as well, was approached. The result of the work was amazing. It goes against the most people think about Brazilian's habit of reading. The PMLRC is noted by most of the people who attend it as a valorous public institution which exists to supply the needs of the different readers of the city, supporting them with its materials (books, magazines, newspapers, comic books). The public power is criticized for the lack of investment in the library in different areas: new books, appropriate furniture, conservation of the building and even to hire specialized people. Nevertheless all difficulties, the PMLRC has been a place to build readers and has been done great progress in readers' lives, who find in this place an ambient of information, culture and leisure.

Key words: Library, memory, history and reading.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS.....	07
RESUMO.....	08
ABSTRACT.....	09
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I	
BIBLIOTECA – ESPAÇO DE LEITURA E CULTURA.....	18
1.1 Biblioteca: espaço do saber, espaço do leitor.....	24
1.2 Biblioteca, leitura e sociedade.....	34
1.3 O bibliotecário e a formação de leitores.....	36
1.4 Biblioteca: espaço de apropriação de discursos.....	39
CAPÍTULO II	
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ROSULINO CAMPOS: MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	43
2.1 Rosulino Campos: uma história de incentivo à leitura e à educação.....	44
2.2 BPMRC: lugar de memória, história e identidade.....	48
2.3 Práticas culturais desenvolvidas na BPMRC.....	64
2.4 Biblioteca: em busca de políticas públicas e investimentos.....	77
CAPÍTULO III	
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ROSULINO CAMPOS: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE LEITURA.....	88
3.1 BPMRC: apropriação de leituras e de linguagens.....	88
3.2 O texto nas mãos do leitor: múltiplos sentidos e significados.....	92
3.3 O leitor no espaço da BPMRC.....	97

3.4As dimensões e o alcance da leitura a partir da BPMRC – diversidade de leituras e de leitores..	104
3.5 BPMRC: caminhando para o mundo digital.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS.....	135
APÊNDICES.....	155

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de várias indagações que têm sido tecidas a partir da minha atuação como professor da rede pública municipal de ensino e como pesquisador. Aos poucos, essas indagações foram se constituindo em um projeto inicial que buscava respostas para questionamentos vinculados ao papel de uma biblioteca na formação de leitores e nas práticas de leitura, em especial, a Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos. Muitas foram as discussões nas disciplinas que fiz no curso de Mestrado em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - FE/UFG para que eu pudesse compreender e delimitar meu objeto de estudo. Compreensão fortalecida por eventos científicos, como o 16º Congresso de Leitura do Brasil - COLE, em Campinas – SP, no ano de 2007, e outros eventos vinculados também à UFG e à Universidade de Rio Verde - FESURV, em que eu discuti com pesquisadores e professores questões relacionadas ao estudo de bibliotecas.

A Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos - BPMRC ocupa espaço na condição de segmento cultural há mais de 20 anos, o que possibilitou pesquisar e estudar as fontes orais e escritas que delineiam a composição da sua memória, história e leitura. A BPMRC situa-se em Rio Verde, município que ocupa uma área de 8.388,254 Km², na microrregião Sudoeste do Estado de Goiás, Centro-Oeste brasileiro, ficando a 222 Km de Goiânia, capital do Estado de Goiás, e a 445 Km de Brasília, capital do Brasil. A população de Rio Verde é formada por habitantes de várias procedências, migrantes de diversas regiões do país que se juntaram às famílias pioneiras da região, atraídas pelo bom desempenho da atividade agroindustrial. Segundo dados do IBGE (2008), a população do município é de 158.818 habitantes, sendo que 91% residem na zona urbana e 9% na zona rural. Considerando o sistema educacional, a cidade de Rio Verde está constituída, enquanto pólo da educação, pelas três esferas públicas: federal, estadual e municipal, tendo segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, 1.400 alunos na esfera federal, 16.907 na estadual e 18.478 na esfera municipal. A rede privada de ensino está composta por 7.882 alunos.

A pertinência em se realizar um estudo sobre a BPMRC é devido ao relevante papel que esse espaço de leitura poderia assumir frente ao número significativo de estudantes e à comunidade em geral. Entendo que conhecendo a memória e a história da BPMRC e os leitores de Rio Verde, terei condições de compreender as práticas da leitura ali desenvolvidas ou a partir dali, como uma das práticas culturais importantíssimas para a formação do cidadão crítico, ou

seja, um cidadão que saiba pensar os fatos, formar sua própria opinião e expor suas idéias, não reproduzindo a opinião de outras pessoas ou de publicidades, sendo desta forma capaz de contribuir para a transformação da realidade social, onde todos os direitos dos cidadãos sejam respeitados.

Pensar na leitura e na escrita como processos constituintes da linguagem é considerá-las como atos que se constroem e se solidificam em vários espaços, entre eles, a biblioteca. Portanto, é nesse contexto da construção do sentido da biblioteca para a sociedade, é que serão analisadas as relações sociais e culturais que se formam a partir da leitura, um dos processos essenciais para a constituição dos vários discursos circulantes na cidade de Rio Verde.

Para uma melhor compreensão desta pesquisa, meus estudos se apoiaram em autores que têm dado contribuições importantes na área de leitura e de biblioteca: Abreu (1995), Barthes (2004), Cavallo e Chartier (1999), Certeau (1994), Orlandi (1999), Melo (2007), Freire (1995), Foucault (2006), Prado (1981), Milanese (1986), Martins (1980), Gomes (1983), Geraldi (2002), Silva (1994), Zilberman (2001) entre outros. Os autores citados são de extrema importância para o conhecimento mais profundo dos leitores, dos modos, e das práticas e representações de leitura, além de possuírem indispensáveis reflexões teóricas que permitem o estudo dos leitores no espaço da biblioteca, proporcionando desta forma, embasamento teórico para o estudo da BPMRC. Bakhtin (1999) também deu uma efetiva contribuição para o entendimento da concepção de linguagem numa perspectiva histórico-social, abrindo assim caminhos para os estudos da leitura como prática social e cultural. Já no campo da memória/história, dialoguei com as concepções teóricas de Halbwachs (2004), Nora (1990), Bosi (1994), Santos (1998) entre outros, que apontam direcionamentos e conceitos esclarecedores sobre os vários grupos de memória que povoam a lembrança, deixando evidenciado que a memória/história são importantes na formação da identidade individual e coletiva. Esses conceitos e direcionamentos contribuem de forma significativa na reconstrução da memória/história da BPMRC.

Acredito que o conhecimento da história e do funcionamento de uma biblioteca pública representa um dos importantes processos, entre outros, para o encaminhamento de propostas de elaboração de políticas públicas no sentido de transformá-la realmente em um espaço formal¹ de formação de leitores-cidadãos críticos. A revisão de literatura abordando este tema para dar forma a esta pesquisa evidenciou a inexistência de estudos realizados sobre a BPMRC. Portanto, considero importante o estudo da memória, da história e das práticas e representações de leitura deste espaço, no sentido de contribuir com as práticas culturais e educacionais da cidade de Rio Verde-GO.

Segundo Silva (1997), a contradição fundamental na questão do acesso ao livro no Brasil diz respeito ao grande distanciamento existente entre o discurso laudatório sobre a importância da leitura, e as condições concretas de sua produção vividas pela população brasileira. Esse fato leva-me a crer na existência de um certo descaso com relação ao acervo que deve estar dentro de uma biblioteca e ao acesso aos vários leitores à leitura. Este entendimento está reforçado nas informações apontadas pelo programa Fome do Livro (Brasil... 2005), onde a principal causa do elevado índice de analfabetismo funcional² e das dificuldades generalizadas para compreensão da informação escrita, localiza-se na falta de acesso à leitura, sobretudo entre as populações mais pobres. Esse pressuposto é importante porque apresenta a dificuldade do acesso das pessoas aos livros, sem negar que muitas pessoas já se constituem como leitoras, pelo seu próprio processo de letramento, uma vez que vivem numa sociedade atravessada por todo tipo de material escrito (MELO, 1997).

Para a elaboração deste trabalho, foi preciso nortear essa pesquisa com alguns questionamentos, tais como: Por que criar uma biblioteca numa cidade? Quais foram as principais pessoas que contribuíram para a fundação da BPMRC? Quais os principais fatos que marcaram sua trajetória? De que forma a BPMRC contribui para o acesso e a permanência do leitor no espaço da biblioteca? Quais as formas de incentivo propostas pela BPMRC para a formação de leitores? Há um trabalho sistematizado de integração entre sociedade e BPMRC? Quais os encaminhamentos para viabilizar a leitura no espaço da biblioteca? Existem políticas públicas de fomento para subsidiar a implementação do acervo da biblioteca? São desenvolvidos trabalhos que favoreçam sua democratização? A BPMRC dispõe de funcionários qualificados para sustentar a biblioteca como espaço de leitura e prazer? Qual o alcance e os desdobramentos da BPMRC, como espaço formal de leitura, na cidade de Rio Verde?

Com estas questões, procurei um caminho. Mas por onde começar? Fazendo entrevistas com leitores? Indo em busca de documentos? Ou se dedicando exclusivamente à pesquisa bibliográfica? A necessidade de ter claro uma abordagem teórico-metodológica que me orientasse nessa investigação, encaminhou-me para os estudos da História Cultural que deram um suporte teórico-prático para análise dos dados coletados.

A História Cultural, segundo Burke (2005), é uma linha hegemônica da historiografia atual que propõe uma nova forma de interrogar a realidade, que toma como base temas do domínio da cultura e salienta o papel das representações. A História Cultural tem como origem a Escola de Annales, tão discutida por Burke (1997), e é dividida em três gerações; A 1ª geração vai dos anos de 1930 a 1940, onde de acordo com Burke (1997), no final da primeira guerra, o

historiador francês Fernand Febvre idealizou uma revista internacional dedicada à história econômica, mas o projeto foi abandonado. Em 1928, o também historiador francês Marc Bloch tomou a iniciativa de ressucitar os planos da revista com sucesso, originalmente, chamada “Annales d’ histoire économique sociali”, que pretendia ser a difusora de uma abordagem nova e interdisciplinar da história e exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. A 2ª geração vai dos anos de 1940 a 1960 e foi protagonizada pelo historiador Fernand Braudel. Para Braudel, a contribuição especial do historiador às ciências sociais é a consciência de que todas as “estruturas” estão sujeitas a mudanças, mesmo que lentas. A 3ª geração que compreende dos anos de 1960 ao início dos anos 70 foi marcada por mudanças intelectuais. O policentrismo (o centro do pensamento histórico estava em vários locais) permitiu a abertura de idéias vindas do exterior e a inclusão de novas temáticas. Burke abordou três temas maiores: a redescoberta da história das mentalidades, a tentativa de empregar métodos quantitativos na história cultural e a reação contrária a tais métodos.

Dentro da História Cultural, situando a história do livro e da leitura, Chartier (1991, p.121) requer que se focalize atentamente a tensão entre o poder do livro sobre o leitor e a liberdade e inventividade deste último na produção de sentidos no contato com os textos. Ainda segundo o mesmo autor, a história das práticas da leitura compreende, de um lado, a linha dos estudos sobre as estratégias usadas pelos autores e editores para impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada; e, de outro, aquela dos estudos que se voltam para a diversidade de leituras e dos múltiplos sentidos.

Nesse sentido, prática, apropriação e representação são categorias presentes na História Cultural. Na obra *A História Cultural: entre práticas e representações* (1991), Chartier está interessado em mostrar o caráter de interdependência existente entre práticas e representações. Para Chartier, as práticas geram as representações e vice-versa. Para ele, as práticas são todas as técnicas que envolvem a produção cultural, o seu uso e os costumes de uma determinada sociedade. Sendo assim, as práticas:

Visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p.183).

E as representações são “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, um grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua

identidade” (CHARTIER, 1991, p.184) De acordo com este autor, as representações são mais do que coletivas, são culturais. Nesse sentido, sua proposta provocou um grande acréscimo no campo das representações, que até então eram compreendidas como práticas sociais que interferiam na produção da cultura. Já o termo apropriação é definido por Chartier (1991), como a história social das interpretações remetidas às determinações sociais, institucionais e culturais e inscritas em práticas específicas de leitura.

Essa abordagem teórico-metodológica se amparou nos recursos da pesquisa qualitativa, que pelos estudos de Dias (1999), é uma forma de pesquisa que tem seus antecedentes nas ciências naturais e na filosofia. De acordo com a autora mencionada, talvez a melhor forma de entender a pesquisa qualitativa é determinar o que ela não é. Ela não é um conjunto de procedimentos que depende fortemente de análise estatística para suas inferências, ou de métodos quantitativos para a coleta de dados. As principais características dos métodos qualitativos são a imersão do pesquisador no contexto tendo em vista a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa. A interação entre pesquisador e pesquisado, num processo contínuo de transformação, faz com que esse tipo de estudo não se apresente de forma fixa, imutável, sendo, pois, flexível, possibilitando caminhar sobre um trajeto que mesmo previsto pode ser alterado.

Escolhido o caminho teórico-metodológico fui à BPMRC, e uma conversa com a atual diretora da BPMRC, Aparecida Loyola, foi um dos pontos de partida do percurso em busca dos leitores e das pessoas que, segundo ela, contribuíram para a fundação da BPMRC. Ao mesmo tempo, fui também à procura de documentos e jornais que traziam informações sobre fatos ocorridos na BPMRC.

Assim, o percurso foi construído através de entrevistas gravadas com leitores e pessoas que de alguma forma vivenciaram a trajetória da BPMRC. A rede de falas foi tecida pelos entrevistados, onde uns indicavam outros, e através de suas falas deram vida a este trabalho. Foram entrevistadas 35 pessoas de Rio Verde, 29 para análise das práticas e representações de leitura e 06 para o estudo histórico, sendo que estas 06 pessoas só poderiam falar da história da BPMRC, embasadas também nas suas práticas e representações de leitura, pessoas das mais variadas idades, classe social, formação profissional e leitores da BPMRC.

A análise dos dados, muitas vezes, gerou a necessidade de entrevistar mais de uma vez um mesmo leitor, provocando a inclusão de novos dados nos seus depoimentos. Faz-se importante ressaltar que essas idas e vindas ao entrevistado, foram de extrema importância para o entendimento e para a busca de dados do passado, bem como do compartilhar das práticas e representações de leituras relatadas pelos leitores. Desta forma, a busca pela reconstituição

histórica da BPMRC e de suas práticas e representações foi se estruturando através das entrevistas, dos estudos bibliográficos, e da análise de documentos, resultando nos capítulos que se seguem.

O primeiro capítulo, “Biblioteca – Espaço de Leitura e Cultura”, faz um estudo da constituição da biblioteca pública na Europa, América e no Brasil, chegando até os dias atuais. Aborda também a grande importância e influência da biblioteca para a formação de leitores e apropriação de discursos, além de discutir o valor do profissional bibliotecário no espaço da biblioteca.

No segundo capítulo, “Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos: Memória e História”, há uma reconstituição da memória e história da BPMRC, por meio de entrevistas com pessoas que participaram direta e indiretamente da fundação desta biblioteca. São analisadas as práticas culturais e educativas realizadas na biblioteca e seus resultados, bem como as políticas públicas e os investimentos destinados à BPMRC.

O terceiro capítulo, “Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos: Práticas e Representações de Leitura”, analisa as práticas e as representações de leitura dentro e fora do espaço da biblioteca. Através de entrevistas com os leitores e embasado em referenciais teóricos e documentos, há a análise do alcance das diferentes práticas de leituras e de leitores que têm acontecido na BPMRC, além de uma abordagem acerca dos caminhos trilhados pela biblioteca rumo ao mundo digital, e do leitor frente a essas transformações.

Notas

1Segundo Chartier (1998, p.78), está previsto que seja um lugar específico para a prática da leitura, ou seja, deve ser separado dos lugares onde se pode beber, conversar, jogar e etc.

2Hoje, uma pessoa considerada “letrada” é aquela que sabe ler e escrever e que usa a leitura e a escrita significativamente nas práticas sociais onde são requeridas, (SOARES, 2000). Há também pessoas consideradas analfabetas que, através do seu processo de letramento, lidam com a escrita e leitura nas práticas sociais do seu cotidiano, (MELO, 1997).

CAPÍTULO I

BIBLIOTECA - ESPAÇO DE LEITURA E CULTURA

O mundo contemporâneo vive em meio a uma explosão de informações que são veiculadas face aos avanços tecnológicos que propiciam sua ampla disseminação, o que tem exigido que as pessoas desenvolvam e aperfeiçoem cada vez mais suas estratégias em buscar e usar informações de forma crítica e criativa. Nesse contexto, as instituições educacionais devem contribuir para que a aquisição desse processo transcorra de forma que os leitores possam atender as suas necessidades e as de sua comunidade. A busca de informação, via biblioteca, tem sido uma prática que tem acompanhado a história das pessoas porque é neste ambiente que a maioria delas têm tido acesso ao livro e, muitas vezes, têm tido a oportunidade de se tornarem leitoras.

Diante disso, é importante, antes de adentrar especificamente no meu objeto de estudo Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos – BPMRC, apresentar a origem e o percurso da biblioteca como um todo, ao longo do tempo, visando mostrar o alcance ou não deste espaço de leitura para formação, informação e prazer dos diferentes leitores que a têm freqüentado ao longo da história.

Eco (1986) afirma que na Idade Média, existiam três tipos de bibliotecas: as bibliotecas dos mosteiros e as das de ordens religiosas diversas, as bibliotecas das universidades, e as bibliotecas particulares, quase sempre pertencentes aos reis, nobres ou grandes senhores. Essas bibliotecas não tinham como objetivo dar acesso ao grande público, pelo contrário, eram símbolos de poder e acúmulo de conhecimento para os poucos que tinham o privilégio de consultá-las. Tanto que nas invasões e guerras, as bibliotecas não eram poupadas da destruição do inimigo, dada à importância simbólica que exibiam. Dizimar os símbolos do saber e poder acumulados de um povo dominado era, também, dizimá-lo da história.

Com o surgimento do livro impresso no século XV, a biblioteca também ganha uma existência própria, porque o livro impresso começa adquirir linguagem própria, abrindo dessa forma, uma nova relação paradigmática na sociedade da época. A partir do século XVII, surgiram as primeiras bibliotecas públicas, patrocinadas por mecenas¹. A abertura das instituições, até então restritas ao grande público, como museus e bibliotecas, deu-se a partir da Revolução Francesa, que também foi o estopim para os ideais de uma educação pública laica e gratuita.

Desde o surgimento das bibliotecas até o período da Renascença, os guardiões dos livros não tinham uma existência social e profissional como os bibliotecários que conhecemos

hoje; eram sempre eruditos (sacerdotes ou figuras da elite) que viviam reclusos em suas bibliotecas e preocupados em salvaguardar e copiar as obras dos acervos. Sponholz (1984, p. 18-19-20) faz um interessante estudo do percurso da biblioteca pública na Europa, nas Américas e no Brasil.

Segundo esta autora, na Europa, o conceito de biblioteca moderna se assemelha ao conceito de biblioteca pública, que foi dado às bibliotecas municipais quando surgiram na Inglaterra, Escócia, França e Alemanha, entre os séculos XV e XIX. Essas bibliotecas eram mantidas através de doações feitas por pessoas da comunidade e contribuição pública, e eram confiadas à administração municipal. Faz-se importante ressaltar, que no final do século XVIII e início do século XIX na Europa, em especial na França, apontam para a importância de um movimento que tinha como objetivo levar textos impressos às camadas mais populares da sociedade. Esse processo não foi simples, mas teve a Biblioteca Azul como um dos principais impulsos. Os livros deveriam chegar a todas as camadas da sociedade, ampliando o público de leitores, em um período em que somente às elites cabiam os livros. Mas, como dar às massas condições de conhecerem e interpretar os textos? Um processo de adaptação foi operado no texto de obras apropriadas pela Biblioteca Azul, reescritos em uma matriz cultural diferente daquela de seus destinatários originais. Com isso, diversas vezes era grande a distância entre a primeira publicação do material e sua entrada na Biblioteca Azul. Brochuras normalmente encapadas em papel azul e com um custo de produção de menos de um centavo por exemplar, os livros azuis se tornaram progressivamente um elemento particular da cultura camponesa. A Biblioteca Azul constituía-se de um acervo que buscava o leitor, ia até ele, e isso foi um ponto importante para o seu sucesso.

Em 1817, no Reino-Unido, as bibliotecas paroquiais consideradas como precursoras das bibliotecas públicas são destinadas somente a leigos e religiosos. Mas, foi em meados do século XIX que a moderna biblioteca pública, ou seja, uma biblioteca em que o acesso aos livros era gratuito, sendo possível o empréstimo de livros por um determinado tempo; a comunidade começou a ter livre acesso a informações que, de alguma forma, eram úteis e ajudavam no desenvolvimento social e cultural da sociedade. A biblioteca começou também a se aproximar da realidade e esta necessidade de aproximação foi mais intensificada através da criação da Lei dos Museus. De acordo com essa lei, era cobrado o imposto obrigatório destinado à criação e manutenção das bibliotecas, o que proporcionaria um acervo maior, renovado e com mais opções de leitura e informação; com o passar do tempo essa idéia foi sendo implantada por toda a Europa (SPONHOLZ, 1984).

Já na América, a primeira biblioteca a corresponder aos requisitos de moderna biblioteca pública, foi a de Peterborough, New Hampshire, instituída em 1833. Essa biblioteca tinha realmente um caráter público, pois, era acessível a todas as classes da comunidade e sem taxas, e, além disso, era a porta de entrada para o conhecimento, proporcionando condições básicas para a aprendizagem permanente e desenvolvimento cultural dos leitores e grupos sociais. Assim, a biblioteca pública ganhou maior significação do que a sua predecessora, a chamada biblioteca social, que foi formada e mantida pela contribuição de grupos sociais através de uma associação para atender a seus contribuintes.

Tratando de bibliotecas na América, faz-se importante lembrar a Biblioteca do Congresso, situada em Washington, nos Estados Unidos, que foi inaugurada em 24 de Abril de 1800, e é considerada uma das maiores bibliotecas do mundo. Os portadores do “cartão de identificação do leitor” podem entrar nas salas de leitura e ter acesso à coleção. No entanto, este cartão está disponível apenas para maiores de 18 anos, e apenas portadores deste cartão podem fazer um exame minucioso dos livros.

Ao longo de 150 anos, o desenvolvimento das bibliotecas públicas na América Latina foi influenciado por dois argentinos: Domingo Faustino Sarmiento, um estadista que concebe a biblioteca pública como parte vital do processo educacional, e é considerado um dos grandes mestres da prosa castelhana no século XIX. Educador e hábil estadista procurava sempre esclarecer as pessoas quanto aos mais diversos assuntos, principalmente, econômicos e políticos. Primeiro presidente civil da Argentina, Sarmiento contribuiu para o desenvolvimento econômico e social de seu país por meio da promoção do ensino público e de um notável impulso nas bibliotecas públicas, construindo em torno de 100 novas bibliotecas durante seu governo. Outro Argentino que contribuiu no desenvolvimento das bibliotecas na América Latina foi Carlos Victor Penna, bibliotecário, que defendeu juntamente com colegas, a idéia do planejamento nacional dos serviços de bibliotecas. Sponholz (1984) afirma que a biblioteca pública é o principal meio de proporcionar a todos o livre acesso aos registros do conhecimento e das idéias do homem e às expressões de sua imaginação criadora; é sob esta concepção que a biblioteca pública deve ser entendida, como um ambiente propulsor da democratização da vida cultural.

No Brasil, percebe-se que a atenção voltada para a cultura foi marcada pela fundação da primeira biblioteca pública do país que ocorreu em 1811, pelo Conde dos Arcos, na Bahia. A segunda em 1814, quando foi permitido ao público o acesso às obras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro teve seu acervo original trazido com a família real e a corte portuguesa em 1808, quando Portugal foi invadido pelas tropas de

Napoleão, mas ainda não era pública. Até então, durante todo o período colonial brasileiro, havia somente bibliotecas particulares e de conventos, destinadas a poucos usuários. Sua fundação ocorreu oficialmente em 29/10/1810, mas só foi franqueada ao público em 1814, ou seja, ela ficou quatro anos sendo restrita apenas à família real e a poucos estudiosos que tinham autorização para consultá-la. Outra biblioteca que merece destaque foi a Biblioteca Estadual do Maranhão, que foi fundada no dia 29 de Setembro de 1829, mas só foi aberta ao público, no dia 03 de Maio de 1831, funcionando na parte superior do Convento do Carmo em São Luiz.

A necessidade de ampliar conhecimentos fez com que a biblioteca pública ganhasse força e expressividade enquanto espaço de pesquisa e acesso ao estudo; prova disso é que em 04 de Agosto de 1911, por iniciativa da população, foi criada em Salvador, a Biblioteca Pública Estadual da Bahia, localizando-se no antigo colégio dos Jesuítas. É importante ressaltar que algumas bibliotecas estaduais no Brasil foram criadas no século XIX, época em que não havia cursos de Biblioteconomia no Brasil. A iniciativa deste curso em nosso país aconteceu somente em 1929.

No percurso da biblioteca pública no Brasil, faz-se importante destacar alguns momentos de repressão e controle que as bibliotecas, as editoras e os escritores passaram no Brasil a partir dos anos de 1930. Em 1937, no período do governo de Vargas, foi fundado o Instituto Nacional do Livro - INL, que surgiu com a iniciativa de controlar toda publicação no país. O INL era vinculado ao Ministério da Educação e Saúde coordenado por Gustavo Capanema², que foi responsável por esses ministérios até 1945. Vivia-se o período designado de Estado Novo que, segundo Carneiro (2002) foi um regime autoritário que buscava a legitimidade do autoritarismo em todos os setores da sociedade, favorecendo o domínio e controle sobre os cidadãos. Para o sucesso desse regime, seria necessário impor idéias e direcionamentos através de repressões aos cidadãos brasileiros. O INL então surge, na tentativa de manipular e controlar as publicações nacionais. Carneiro (2002, p.32) ainda afirma: “Os homens do poder e os revolucionários sempre tiveram consciência da força da palavra. É através do discurso oral e escrito que as idéias circulam seduzindo, reelaborando valores e gerando novas atitudes”. Percebe-se que para impor um regime de governo e tornar pessoas servis, as autoridades passaram a controlar as palavras e os meios em que são veiculadas, isto é, os livros e outros materiais impressos além dos meios de comunicação. O livro era censurado e apenas aqueles livros permitidos é que circulavam como tentativa de controlar o que as pessoas liam. Pode-se perceber que esse controle muitas vezes neutralizava a verdadeira existência do livro, uma vez que segundo Melo (2007) são os sentidos que o leitor cria e recria durante o processo de leitura

que dá vida ao texto ao livro; portanto não é possível controlar os múltiplos sentidos. Assim, nesse período, os autores e suas obras são selecionados pelos órgãos do governo, e são intimados a compartilhar a ideologia do poder. Lêem-se, portanto, somente os autores permitidos, devendo os leitores captarem somente as idéias desses autores, apagando, negando a constituição de sentidos outros que poderiam denunciar o governo autoritário. Nesse contexto, a biblioteca pública passou também a ser mais um instrumento controlador, com obras selecionadas que fariam parte do seu acervo e, portanto, com temas que deveriam impor determinadas leituras.

Em 1961, surgiu o Serviço Nacional de Biblioteca - SNB, que teve pouco tempo de existência, e em 1968, foi incorporado ao INL, que passou a coordenar todas as bibliotecas do Brasil, alinhando-se à política autoritária para formação de leitores.

Em 1972, entrou em vigor a lei nº 5.805 (Anexo A), que diz respeito ao critério rigoroso quanto às cópias de obras que as editoras teriam que seguir:

Art. 1º As editoras sediadas no território nacional são obrigadas a adotar os textos fixados ou que tenham a fixação reconhecida pelo Instituto Nacional do Livro, quando editarem obras da literatura brasileira caídas em domínio público.
Parágrafo único. A fixação de um texto consiste no estabelecimento do texto original, após o cotejo de várias edições de uma obra

Portanto, a posse do livro significa a posse de seu conteúdo legitimado, controlado. Acentua-se aqui a preocupação do governo quanto às obras publicadas, ao conteúdo e à ideologia veiculados nos livros editados no país. Percebe-se que ainda não existe um programa de leitura livre de termos autoritários destinado à população, junto ao desenvolvimento da BP.

Em 11 de Agosto de 1971, o governo promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de nº 5.692 (Anexo B), instituindo, entre outras coisas, a pesquisa escolar como requisito obrigatório para o ensino de primeiro e segundo grau. Como a biblioteca escolar não existia nas escolas, professores e alunos passaram a utilizar a BP para o cumprimento das exigências obrigatórias da nova lei. Segundo Almeida (1997, p.29-32): “Eram pesquisas realizadas sem métodos, sem critério, sem desenvolver as potencialidades dos alunos, sem orientação, sem bibliografia básica”. Isso ocorria porque os professores e bibliotecários não estavam preparados para desenvolver aspectos relacionados à pesquisa, e ela era realizada através de “cópia” de textos pelos alunos das enciclopédias oferecidas pelos profissionais da biblioteca. A BP, neste período, era representada como um local para realização de trabalhos escolares, e não exercia sua função cultural e social, não favorecendo o acesso à leitura junto à comunidade.

No ano de 1978, foi elaborada pelo governo uma publicação *INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO* que foi enviada a todas as BPs do Brasil através do Ministério da Cultura e do INL. Nesta publicação, encontram-se informações interessantes de como era a BP no país. Na definição de Biblioteca Pública pelo programa Nacional de Bibliotecas, do INL, observa-se:

É a biblioteca que, gratuitamente, ou em troca de uma contribuição inicial, serve a uma coletividade particular, uma coletividade local ou regional, podendo a sua clientela ser ou a totalidade do público ou certas categorias de usuários, tais como crianças, doentes de hospitais, militares, operários, etc. (1978, p.23)

Trata-se de uma definição um pouco confusa. Percebe-se que ainda não está muito definido qual o verdadeiro papel da BP na sociedade, há uma preocupação em definir qual é o público que faz parte da BP, não há um objetivo preciso quanto ao papel da BP como difusora da leitura e informação. Segundo Almeida (1997), só a partir das décadas de 1980 e 1990, a leitura começa a ser associada à BP, associação ainda muito tímida, e que é impulsionada pela globalização, que solicita um sujeito capaz de manipular a informação, ou seja, solicita pessoas mais qualificadas, preparadas principalmente para o ingresso no tão disputado mercado de trabalho, onde o caminho mais viável ao acesso a esse mercado é através da busca pela informação e cultura.

No ano de 1992, foi criado o Sistema Nacional de Biblioteca Pública - SNBP instituído pelo decreto Presidencial nº520 (Anexo C):

Art. 1º Fica instituído, junto à fundação Biblioteca Nacional, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com vistas a proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito da leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País.

Em 1995, o SNBP divulgou uma publicação objetivando o desenvolvimento, a organização e a difusão dos “bens culturais” contidos na BP. Na definição de BP encontra-se:

BIBLIOTECA é uma coleção de livros, organizada de modo a conservá-los e guardá-los para serem consultados e lidos com facilidade. Por extensão, as bibliotecas passaram a incorporar, também, diversos outros documentos, tais como: periódicos (hemeroteca), estampas (iconografia), mapas (mapoteca), fitas de vídeo (videoteca), discos (discoteca), slides, manuscritos etc. (SNBP, 1995, p.15)

Novamente, aqui a ênfase está na implantação, instalação e organização da biblioteca visto serem estes serviços imprescindíveis para sua existência, porém o incentivo à leitura ainda

se encontra um pouco distante. Mas o conceito de BP foi se desenvolvendo e já em 2000, as diretrizes das BPs, afirmam que:

(...) baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além das informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais. A biblioteca pública é um elo entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição. Além disso, uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar idéias. [...] (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL 2000, p.17)

Observa-se que a BP passa a ser vista de modo diferenciado, um local que proporciona igualdade de direitos e não apenas como repositório de livros, mas propagadora da informação e da cultura e inserida na vida da comunidade, como um espaço criativo. Mesmo assim, ainda percebe-se a necessidade de uma maior propagação deste bem cultural.

Segundo dados do IBGE (2005), a realidade no Brasil é de uma biblioteca pública para cada grupo de 27.500 pessoas; há 6.545 bibliotecas públicas localizadas em 4.726 municípios. No Brasil, existem 5.507 municípios, dentre estes existem 781 municípios em que ainda não há uma biblioteca pública. A realidade no Estado de Goiás não muda muito, existem 216 bibliotecas públicas, em um estado que possui 246 municípios e ainda há 30 cidades que não possuem uma BP.

1.1 Biblioteca: espaço do saber, espaço do leitor

Se já existem bibliotecas no Brasil, o que tem acontecido com a formação de leitores? Formação que deve ser constituída ao longo de uma trajetória de contato dos leitores com os saberes da escola e de outras instituições como, família, comunidade, igreja, sindicatos e outros grupos sociais.

Nesse contexto, o meu foco de análise é compreender os processos existentes para se formar leitores a partir da biblioteca, ou seja: onde ler, o que ler, quando ler, como ler, e ainda a forma como esta prática cultural é desenvolvida para que a biblioteca cumpra seu papel de instituição social, que forma leitores e assegura o acesso à informação e à cultura,

proporcionando às pessoas o direito de ler e de se tornar mais informadas e capacitadas. Para tanto, é necessário que a biblioteca possua procedimentos e mecanismos para cumprir o seu papel de formadora de leitores.

O problema que se apresenta deve-se ao modo como o aluno foi apresentado à leitura. Se a leitura for encarada como uma “obrigação”, como algo que se tem que fazer para passar de ano, ou se for desenvolvida na criança uma relação traumática com os livros, é provável que sejam formadas pessoas avessas ao ato de ler. Romper esse equívoco é tarefa conjunta da escola, da família e da biblioteca. Nesse sentido, é importante que a biblioteca, como uma das instituições sociais formadora de leitores, apresente às pessoas em vários momentos, leituras de prazer e descobertas, proporcionando uma relação extremamente prazerosa e afetiva entre o livro e o leitor. Textos e leituras de prazer que Barthes (2004, p.20) descreve como: “Texto de prazer é aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável da leitura”.

No Congresso de Leitura do Brasil – COLE realizado em Julho de 2003, em Campinas-SP, numa mesa redonda constituída pelo tema “O Letramento Literário e Mediações Escolares”, a professora Graça Paulino afirmou que o ideal seria se todas as escolas pudessem ter uma biblioteca, com um bom acervo, onde todos os estudantes pudessem ter acesso a esses bens culturais. Nesse mesmo congresso, Maria Lajolo defendeu a estratégia da distribuição de livros aos alunos, enfatizando que a leitura deve ser desescolarizada, ou seja, faz-se necessário oportunizar a leitura sem a tutela da escola. Melo (2002) adverte que tutela significa autoritarismo e imposição da leitura de um único livro, de único sentido. Essa autora ainda continua dizendo que se a escola ainda é o lugar sistematizado para as práticas de leitura para a maioria da população, essas práticas devem se constituir de leituras polissêmicas³ e polifônicas⁴, em que texto e leitor negociam os sentidos múltiplos possíveis nesse ato de ler. Desescolarizar a leitura significa, portanto, abrir as portas da escola para os vários tipos de textos verbais e não-verbais que circulam na sociedade. Corroborando as idéias de Melo (2007) acredito que só através desse processo de interlocução que escola e sociedade podem constituir bibliotecas formadoras de leitores, tanto a escolar, como a pública.

Ainda com relação à leitura sem a tutela da escola, Bordini e Aguiar (1988, p.11) afirmam que:

Conferindo à escola a função de formar o leitor, destruiu-se a noção de texto como representação simbólica de todas as produções humanas, restando o livro como mediação para qualquer conhecimento. Passou-se a destacar, assim; o livro por ser este

uma produção da classe dominante, a ela pertencente e à qual aspiram às classes dominadas. Essa situação de valorização de um objeto específico configura a cisão entre a cultura que o possui e todas as demais, dando à primeira poder sobre as outras.

De acordo com as autoras, percebe-se que muitas vezes a super valorização do livro acabou valorizando mais, considerando uma cultura mais de peso, quem tivesse acesso ao livro, supervalorizando o objeto em si, mostrando apenas a realidade de uma única camada social, deixando de abranger todas as transformações que o homem constrói, não reconhecendo que qualquer grupo social tem objetos culturais que podem ser lidos de forma válida, prazerosa e enriquecedora. Não há cultura melhor nem pior, há sim culturas diferentes, segundo experiências dos homens que as produzem.

A leitura é um dos processos que pode levar a conhecimentos mais profundos e variados da cultura humana, abrindo novas perspectivas para que o leitor possa pensar sobre a realidade e as condições de vida. A leitura indica caminhos para um posicionamento mais reflexivo por parte do leitor, pois pode tornar mais sólidos os argumentos que sustentam esse posicionamento. Assim, a leitura abrindo espaço para o entendimento do mundo sob uma visão crítica, possibilita ao indivíduo uma participação social mais efetiva, capaz de estabelecer relações de resistência e de confronto, o que me remete a Silva (1997) que afirma que dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação.

Desta forma, a defesa da biblioteca enquanto espaço de leitura e de formação de leitores é um dos pontos fundamentais para a democratização da leitura, num país em que segundo dados do IBGE (2005), 11% da população, aproximadamente 14,9 milhões de pessoas não sabem ler e escrever, ou se já sabem, muitos ainda não têm acesso a livros, a não ser aos livros didáticos doados pelo governo. Cabe elucidar que se o espaço da biblioteca for preenchido por experiências de vida dos homens, ao se constituir no movimento da leitura e da escrita, transforma-se indubitavelmente na própria linguagem do homem, um lugar vivo e cheio de inquietações, o que contempla a visão de Eco (1986, p.330).

De um longo e secular sussurro, de um diálogo imperceptível entre pergaminho e pergaminho, uma coisa viva, um receptáculo de forças não domáveis por uma mente humana, tesouro de segredos emanados de muitas mentes e sobrevividos à morte daqueles que o produziram.

A crise da leitura no mundo ocidental segundo Cavallo e Chartier (1998) aparece de forma camuflada por organizações universalmente respeitadas. Porém, os sintomas existentes são características de que há indícios de uma crise da leitura que diz respeito à indústria editorial. É

interessante notar que os alarmes de crise mais fortes apareçam justamente nas áreas em que a produção e a circulação dos textos impressos são mais ativas e mais extensas socialmente, ou seja, nos Estados Unidos e na Europa. Todavia, este quadro não se apresenta diferente com relação ao Brasil. Segundo Silva (1995), o processo de crise da leitura no Brasil se constitui face à crise socioeconômica brasileira e, sobretudo, não deve ser entendida como um fenômeno de algumas décadas, mas de um tempo muito longo, em virtude de que a discriminação e a marginalização presentes no processo de formação de leitores acompanham o cidadão brasileiro ao longo de toda a constituição histórica do país.

Diante desta crise, vale lembrar Melo (1997), em relação à alfabetização proporcionada aos trabalhadores, em que a ação pedagógica fruto das políticas socioeconômicas não lhes têm dado condições efetivas de acesso ao mundo da escrita, legando-os à condição do “silêncio letrado”. Este pressuposto se reforça quando a mesma autora afirma que ao desconsiderar o conhecimento de escrita e a oralidade desses trabalhadores, a alfabetização desconsidera também o que eles falam, ouvem, vêem, pensam e quando em contato com a leitura e a escrita oficial, a maneira pela qual eles se relacionam com estes processos é determinada pelas condições socioeconômicas e culturais de seu grupo social. Nesse processo, ganham a leitura e a escrita do discurso oficial. Daí a permanência daquilo que Melo (1997) chama de “silêncio letrado” dos trabalhadores que pretendem ser leitores e escritores na escola e na vida, e se deparam com uma leitura e escrita mecanicistas que negam a sua identidade lingüística e cultural.

Nessa pesquisa, para não “silenciar” os leitores com os quais tenho trabalhado, procurei conhecer as práticas e representações das pessoas sobre a leitura, o livro e a biblioteca. Esse conhecimento poderá ser usado na reflexão sobre as práticas escolares e a sua relevância social, e também abrir discussões para formulação e implementação de políticas públicas de formação de leitores. Soma-se a isso a relevância de se estudar os espaços de leitura hoje oferecidos às pessoas, tais como salas de leituras e/ou bibliotecas, e a forma como esses espaços têm sido apropriado pelos leitores, e o que esses espaços culturais estão fazendo para promoção da leitura.

Em nível mundial, a biblioteca tem sido estudada nas últimas décadas sob vários ângulos. Pode-se destacar, em especial, uma forte tendência em estudá-la, associando-a a um espaço de formação de leitores como nos trabalhos de Cavallo e Chartier, 1998; Silva, 1995; Fulgêncio e Liberato, 1998; Oliveira, 1983; Gomes, 1983; Freire, 1997; Melo, 2007; entre outros.

Há de se considerar que a educação, em muitos momentos da história, tem vivido períodos de ações políticas inconsistentes, que não têm dado um significado maior à formação de

leitores neste espaço, como uma prática social que deve fazer parte da vida das pessoas, como está posto por Freire (1997, p.23):

O mito da neutralidade da educação, que leva à negação da natureza política do processo educativo e a tomá-lo como um quer fazer puro, em que nos engajamos a serviço da humanidade entendida como uma abstração, é o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre uma prática ingênua, uma prática astuta e outra crítica.

Enfocar a biblioteca no sentido de defendê-la, é ter em mente uma prática crítica como diz Freire que, com certeza, trará benefícios à comunidade, posto que a leitura também é um produto social e, por isso mesmo, ora se sujeita às regras impostas pela estrutura social, ora se rebela contra elas. Portanto, a dominação de uma classe social sobre as outras (principalmente a dominação econômica) preestabelece um conjunto de convenções para o desenvolvimento e para o exercício da atitude estética, popularmente, chamada de “gosto”. A não compatibilidade com essas questões provoca um emperramento no papel fundamental da biblioteca, que é formar leitores com consciência crítica, que podem se transformar por meio da leitura, e adquirir novas práticas e representações sobre o que acontece ao seu redor, abrindo novos horizontes e perspectivas. Lajolo (2006, p.7) afirma que: “Lê-se para entender o mundo, para viver melhor. Em nossa cultura, quanto mais abrangente a concepção de mundo e de vida, mais intensamente se lê, numa espiral quase sem fim, que pode e deve começar na escola, mas não pode (nem costuma) encerrar-se nela”. Este é o papel que a biblioteca, seja pública, seja escolar, deve cumprir, ter a visão de formar um leitor crítico que saiba interpretar o mundo, resultando isso em um leitor que lerá mais e encontrará nessa prática prazer e cultura.

Essas reflexões, ao longo da minha experiência de professor-leitor-formador de leitores, foram se constituindo em algumas indagações: O que é uma biblioteca? O que significa ler em uma biblioteca? Como se constitui o sujeito leitor neste espaço? Quais processos entram em jogo quando se está lendo? Neste ir e vir do mundo das letras é que formamos as palavras que culminarão em frases, formando os discursos orais e escritos com os quais ou reproduziremos as mazelas da sociedade ou transformaremos o mundo? Enfim, o que representa uma biblioteca pública no imaginário social da cidade? Qual é e deve ser a relação de uma biblioteca pública com as várias escolas públicas e privadas de uma cidade? Ou ainda, qual a relação da biblioteca com a comunidade?

É importante notar que a atividade da leitura atualiza a língua em diferentes contextos de produção e recepção, os quais trazem consigo a precariedade do singular, do irrepitível, do

insolúvel – na situação própria da interlocução – demonstrando, segundo Geraldi (1999, p.7) sua vocação estrutural para a transformação, para a mudança em busca de benefícios coletivos. O sujeito constitui-se, assim, no fluxo do movimento território. “Lugar de passagem e na passagem a interação do homem com os outros homens, no desafio de construir compreensões do mundo vivido”. Nessa perspectiva, para Bakhtin (1999) não há, pois, um terreno estável de constituição, um sujeito pronto e acabado que se apropria durante a efetivação dos seus atos de leitura de uma língua também pronta e acabada. Ler constitui, nesse sentido, um espaço ampliado de formação e interlocução que se dá em tempos e modos diversos.

Nessa linha de pensamento, Silva (1995) afirma que nos últimos anos, através de manobras ideológicas do poder dominante, as bibliotecas foram colocadas em segundo plano, ou seja, na condição de “receptáculos passivos”, do sistema; esta afirmativa me remete ao entendimento de que a biblioteca ainda continua legada a essa condição de “depósito”, como o lugar de coisas velhas, inutilizáveis. Isso me remete a Chartier (1998, p.123), quando chama a atenção para as bibliotecas municipais francesas no final do século XVIII, afirmando que mesmo sendo a França um país que já possuía uma história da leitura pública, em primeiro momento, há a constatação da “incapacidade de as bibliotecas municipais no sentido de assegurar a leitura como uma atividade pública (...) estas bibliotecas ficavam apenas entreabertas, empoeiradas; eram afinal depósitos inertes”. Dessa forma, este trabalho pretende fornecer subsídios que possam gerar reflexões no sentido de reverter essa condição, mostrando que um dos principais papéis da biblioteca é a formação de leitores que devem compreender os múltiplos sentidos dos textos que circulam na sociedade.

Assim, partindo-se do princípio de que a biblioteca tem-se tornado na maioria das vezes um espaço para se “guardar livros”, este espaço social tem perdido também seu caráter político e educativo de ser biblioteca, descaracterizando sua função essencial de formação de leitores. Ênfase maior tem sido dada ou imposta às funções técnicas de preservar e organizar os documentos do acervo, com o conseqüente ofuscamento das funções sociais do bibliotecário, confundindo questões relacionadas com o quê, como, para quem e com que finalidade difundir a informação e o conhecimento, muitas vezes não dando a atenção necessária às práticas de formação de leitores, e às campanhas de acesso à leitura para todas as pessoas, independente de classe social, cor ou sexo. A este respeito, vale a pena recuperar as seguintes palavras de Melvin Dewey citados por Silva (1995, p.75).

Chegamos a um reconhecimento geral que educação, é tanto para ricos como para pobres, tanto para plebeus como para príncipes, para pretos e brancos, para o nativo e o estrangeiro, para o inteligente e o atrasado, tanto para o homem como para a mulher, para o surdo, mudo e o cego, para os defeituosos e os delinqüentes, que na antiga concepção eram deixados à margem.

Apesar de muitas pesquisas fazerem abordagens sobre a biblioteca e sua função, deixando de ser compreendida como um simples processo escolarizado de consultas a livros para mera cópia, o que ainda está evidenciado é uma crise da biblioteca com relação ao seu verdadeiro papel de formadora de leitores. Há de se considerar que para o crescimento da biblioteca, algumas condições, como pré-requisitos, são importantes. Estas condições estão ligadas a fatores sociais, econômicos e políticos. Gomes (1983, p.13-14) afirma que:

Como condições sociais que exercem influência positiva sobre bibliotecas citam: a) o aparecimento de centros urbanos, que em suas múltiplas atividades produzem registros que requerem sistemas sofisticados de informação; b) a educação, que organizada como um sistema formal requer não somente registros, mas as facilidades oferecidas por uma biblioteca como apoio ao sistema educacional; c) estabilidade da vida familiar; d) disponibilidade de tempo de lazer; e) tamanho das famílias e da população como um todo. O desenvolvimento de bibliotecas em grande escala relaciona-se diretamente, “como uma constatação quase axiomática”, com a estabilidade e prosperidade de um país. As principais condições econômicas apontadas são: a) economia bem desenvolvida e próspera, que necessita de um sofisticado sistema de conservação de registros, não só para atender as atividades do governo, como também às pesquisas que o desenvolvimento tecnológico e econômico requer; b) grande disponibilidade de recursos financeiros excedentes que possam liberar verbas para um amplo desenvolvimento de bibliotecas; c) comércio livreiro bem organizado e implantado, apto a fornecer prontamente livros e preços acessíveis. Como condições políticas, destacam-se: a) governo eficiente e bem estabelecido, com tranquilidade política para apoiar e estimular a criação e desenvolvimento de bibliotecas; b) aparelho burocrático complexo, que demanda grande quantidade de informação de âmbito nacional e internacional, coletada e organizada em bibliotecas.

Por estes pré-requisitos, compreende-se que as bibliotecas têm tido lugar garantido nas sociedades em que a economia seja forte, a população estável, instruída, e em que o poder público dê suporte ao crescimento das bibliotecas. Nessas sociedades, a biblioteca não é vista apenas como um mero lugar de acesso físico à informação, mas, sim, um espaço dinâmico, repleto de atividades, relacionamentos, tomadas de decisão, sendo desta forma considerada um verdadeiro espaço coletivo de aprendizagem e prazer.

De acordo com Sponholz (1984), como organização, a biblioteca é uma das mais antigas existentes no mundo. As bibliotecas do antigo Egito, Alexandria e Constantinopla são exemplos disso. O acesso à leitura era privilégio de uma minoria rica e letrada, guardar e preservar documentos era sua função primordial. Em nível mundial, com o desenvolvimento da imprensa e a crescente democratização do acesso à leitura, as bibliotecas se popularizaram e

tornaram-se mais complexas. Desde então, suas funções têm sido a coleta, preservação e difusão da informação, tornando assim um ambiente multicultural.

Com certeza, a simples existência de uma biblioteca com livros e outros impressos já é uma forma possível de promoção da leitura. Segundo Carr (1992), mais do que repositórios passivos, as bibliotecas como instituições culturais, devem conduzir intencionalmente a atividades que encorajam e inspiram a mudança intelectual, em função de uma série de situações de aprendizagem, tal como a proximidade com textos, livros e objetos que levam a sensações individuais que inspiram o leitor. Segundo este autor, diferentemente da sala de aula ou de outros sistemas que requerem a intervenção de um instrutor, a biblioteca é um ambiente que o aprendiz tem possibilidade de conseguir dominar sozinho, fazer seu próprio percurso e fazer suas combinações. A biblioteca enquanto sistema organizado deve criar uma sensação de segurança, estabilidade e paz. Os ambientes estruturados facilitam o estabelecimento de padrões necessários ao conhecimento. De modo geral, as instituições culturais devem ser ambientes de conhecimento organizados onde o acesso deve ser público e a experiência privada e individual, mas que deve gerar também em experiências coletivas (CARR, 1992).

Como se percebe, a biblioteca como espaço físico tem sido alvo de consideráveis discussões e debates profissionais. Um deles aponta para a iminência e inevitabilidade das bibliotecas eletrônicas, e um suposto “desaparecimento” das bibliotecas que conhecemos; novos prédios abrigando bibliotecas têm sido construídos ao redor do mundo, tal como as bibliotecas nacionais da Inglaterra, França, Alemanha e Dinamarca, que ganharam novas sedes, algumas delas monumentais. Uma biblioteca localizada junto à comunidade, em prédios planejados e bem projetados, com boa infra-estrutura tecnológica, horários e serviços flexíveis, equipes preparadas e acessíveis, acervo diversificado é o paradigma da biblioteca como lugar dinamizador do conhecimento e fonte de cultura e informações.

De acordo com Perroti (1990), é preciso promover o desconfinamento cultural da criança e do jovem, buscando estabelecer relações interativas entre indivíduos enquanto sujeitos e sistemas de informação. Obata (1999) salienta que é necessário mais do que a promoção da leitura, que seja feita sua apropriação, levando a biblioteca a assumir-se como biblioteca interativa, espaço não apenas de difusão, promoção ou disseminação da informação e da cultura, mas também um espaço onde o leitor possa ter voz, posicionamentos e interpretações, através de projetos e programas desenvolvidos pelas bibliotecas.

Como já foi dito, a leitura tem sido foco de estudo por vários pesquisadores que tratam deste assunto no sentido de fazer com que este processo não se constitua em mais

obstáculo para os leitores, mas que seja uma prática prazerosa que resgate a sua identidade lingüística e cultural propiciando-lhes informação, formação e fruição através dos textos lidos. Todavia, segundo Silva (1995), há o que se chama, ao longo da história a já referida crise da leitura. É também nesse meandro da crise da leitura que é possível se pensar as várias concepções de biblioteca no sentido de que ela seja também um espaço, entre outros, transformador do mundo através do acesso aos vários saberes de diferentes culturas. Esse autor enfatiza ainda que: “A leitura deve também ser praticada fora dos limites da sala de aula, no sentido de ir consolidando o hábito. Dessa forma, os seus resultados poderão afetar significativamente o lar da criança (pais e irmãos) e até mesmo o trabalho pedagógico da própria escola”. (p.114-118). Partindo-se deste entendimento e no que tange à promoção e a dinamização da leitura, a instalação de uma biblioteca, seja ela escolar ou pública, é essencial para provocar a aproximação dos vários tipos de leitores com este espaço de cultura. Assim, a biblioteca pode se constituir em um ambiente que liga o leitor à palavra, dando origem à formação de novos saberes, possibilitando transformações no modo de produção, promovendo revisitações de conceitos que norteiam o homem e a sociedade. Este pensamento está reforçado na concepção de leitura exposta por Silva (1993, p.114), quando alerta que: “A leitura exige muito mais do que a soletração de palavras. A criança deve relacionar os conteúdos com as suas experiências, agindo e reagindo. Ler para além das linhas é essencial”.

Como se percebe, o contato com a leitura é um processo que pode ser constituído dentro do ambiente da biblioteca, porém constitui-se uma riqueza universal que vai além deste ambiente e do texto propriamente dito; ou seja, quando o leitor pratica a leitura, ele está se apropriando do discurso do outro para, a partir daí, construir o seu próprio discurso, conforme postula Bakhtin (1999).

Uma outra concepção sobre a biblioteca é discutida por Milanesi (1986), quando elaborou um estudo afirmando que as pessoas mais velhas, consideradas “letradas”, cultas, vêm a biblioteca como uma instituição absolutamente respeitável e idolatrada, onde os laços são mais estreitos e o apreço maior. Para os mais jovens, o nível de afeição pode não ser o mesmo, porque a biblioteca é entendida por eles muitas vezes, como um local isolado ou um local apenas para pesquisas. Isso não quer dizer que não haja entre os jovens interesse pela biblioteca, por livros e leitura de modo geral. Mas qual leitura? Para Silva (1996), a leitura não pode ser confundida com decodificação de sinais, mera reprodução mecânica de informações ou respostas convergentes a estímulos escritos preelaborados. Esta concepção nada mais faz do que decretar a morte do leitor, transformando-o num consumidor passivo de mensagens não-significativas e relevantes. Esta

postura abre espaço para indagar: será que esta concepção ainda não está presente na maioria das escolas e bibliotecas brasileiras? Também afirma o autor citado que o ato de ler sempre envolve apreensão, apropriação e transformação de sentidos, a partir de um documento escrito. Leitura sem compreensão e sem recriação de sentidos é “pseudoleitura”. Será que as bibliotecas brasileiras promovem programas de leituras que levem à compreensão e (re) criação dos sentidos dos textos? Goulemot (2001, p.108) é categórico ao afirmar que: “a leitura é sempre produção de sentido”. Ler, continua o autor, “é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas seqüências”. Acompanhando o raciocínio proposto por Goulemot, conclui-se que a leitura não pode ser entendida como um processo reduzido apenas a um leitor que encontra, no texto, o sentido construído pelo autor deste. Nesse caso, analisar o leitor faz-se bastante pertinente, uma vez que ele é quem “constitui e não reconstitui um sentido”, sendo peça fundamental no processo de troca e aprovação que é a leitura.

Freire (1997) afirma que para que essa compreensão e recriação dos sentidos aconteçam é necessário que a biblioteca se torne um centro cultural, e não um depósito silencioso de livros. (p.33):

Daí a necessidade que tem uma biblioteca (...) centrada na linha de estimular a criação de horas de trabalho em grupo, em que façam verdadeiros seminários de leitura, ora buscando o adentramento crítico do texto, procurando apreender a sua significação mais profunda, ora propondo aos leitores uma experiência estética, de que a linguagem popular é intensamente rica.

Nota-se então que a biblioteca como um espaço do leitor deve ter uma função educativa crítica, constituindo-se em um espaço de aprendizado e de conhecimento, um espaço de acolhimento e de inclusão em todos os sentidos. Acima de tudo um lugar de prazer.

As questões registradas aqui abrem caminho para formulação de outras concepções sobre leitura, a ser pensada por todos aqueles que estão envolvidos com a educação brasileira.

Enfim, o discurso sobre a leitura deve continuar tendo como premissa a constituição de vários espaços de leitura, entre eles, o espaço da biblioteca, posto que as bibliotecas podem contribuir ativamente para a educação e o desenvolvimento dos povos em todos os aspectos. Elas devem participar do desenvolvimento da ciência e tecnologia, difundir os conhecimentos profissionais e favorecer a iniciativa criadora do homem. O progresso técnico e econômico intensifica a necessidade de ler. A necessidade de aprender gera uma premência de leitura. Sabe-se, porém, e não pode deixar de ser ressaltado, que a biblioteca apesar de ser um espaço social

privilegiado na promoção da leitura, funciona, no Brasil, de maneira precária, e como já foi dito, chegando em algumas cidades brasileiras a não existir (PERROTI, 1993).

Para Battles (2003), é necessário que se tenha claro a concepção de que o papel da biblioteca é indiscutível quanto à formação cultural de um país. Esse autor referindo-se à importância das bibliotecas, salienta que no século XX, uma grande parte delas foram destruídas durante conflitos entre nações. Percebe-se que na biblioteca encontra-se a força intelectual e o crescimento de cada povo pois “as bibliotecas ofereciam grande esperança de progresso pessoal, mas também podiam ser veículos de grande sofrimento quando resolviam negar essa esperança a alguém” Battles (2003, p.180). Infelizmente, percebe-se que na história do Brasil, ainda é negada a esperança para a maioria da população do acesso à biblioteca devido a poucos investimentos na área de cultura e educação.

1.2 Biblioteca, leitura e sociedade

Não se pode negar que a educação é uma das instituições importantes no desenvolvimento econômico e social de um povo. Nesse sentido, é que a leitura torna-se de vital importância no processo educativo que acontece na sala de aula, na escola e na sociedade e, nesse contexto, na biblioteca.

Diante disso, o ato de ler exerce grande influência sobre a realidade de um grupo social ou de uma nação. Corroborando as idéias de Paulo Freire, quando de sua palestra no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em João Pessoa, Paraíba em 1982, no qual ele abordou a questão da alfabetização e das bibliotecas populares, alertando que o mito da neutralidade da informação, que pode levar à sua legitimação, torna-se enganoso. Diante disso, nota-se que a informação sempre esteve a serviço de quem a domina e a filtra para passá-la adiante. Assim, pode-se interrogar, de qual biblioteca a sociedade necessita para negociar os múltiplos sentidos da informação? Essa é uma questão sobre a qual há necessidade de uma reflexão para o entendimento das concepções de biblioteca.

Para chegar aos múltiplos sentidos da informação, é importante que o leitor tenha contato com vários tipos impressos, e que tenha a oportunidade de visualizar diferentes assuntos, pontos de vista e ideologias. Para que isso ocorra através da biblioteca, é necessário que ela tenha um acervo diversificado com todo tipo possível de textos e livros. Chartier (1998, p.119) afirma

que: “Na biblioteca pública, você deve encontrar livros que não procura, como se fossem eles que o procurassem”. Percebe-se a partir da afirmação do autor, a importância de um acervo diversificado, levando o leitor a encontrar livros que ele não esperava encontrar na biblioteca. Em contrapartida, Villalta (apud ABREU, 2000, p.187) afirma:

As informações referentes às bibliotecas nos séculos XVI e XVII sugerem que os livros então em circulação eram principalmente literários ou de cunho religioso, e que os maiores acervos bibliográficos atendiam à rotina das atividades dos colégios jesuítas. Os livros, portanto, constituíam fontes de conhecimento e de acesso ao sagrado.

Nota-se que o acervo existente nessas bibliotecas era voltado somente para o conhecimento relacionado à religião, o que com certeza interditou os múltiplos sentidos da informação, não permitindo a abertura do “leque” do conhecimento e dos diversos tipos de saber para os leitores desses séculos.

Além da necessidade de um acervo diversificado em uma biblioteca para aproximar o leitor dos múltiplos sentidos, é também necessário fazer uma análise das leituras que são silenciadas por parte da sociedade. Abreu (APUD, MARINHO 2001, p.154) afirma que no Brasil:

É leitor apenas aquele que lê os livros certos, os livros positivamente avaliados pela escola, pela universidade, pelos grandes jornais, por uma certa tradição de crítica literária, ainda que os critérios de avaliação, poucas vezes explicitados, estejam vinculados a noções particulares de valor estético, de cidadania, de conhecimento. Todos os demais escritos – mesmo que materialmente idênticos aos livros certos – são não-livros. Da mesma forma, aqueles que os lêem – embora leiam – são não leitores, pois lêem Sabrina, lêem Paulo Coelho, lêem literatura popular. Por se realizar em torno de objetos desvalorizados, essas leituras são apagadas em favor da preservação da leitura mítica.

Essa discriminação aos mais variados tipos de leitura se torna um entrave na busca de um leitor que tenha senso crítico da interpretação da informação; é necessário entender que a leitura dos mais variados impressos contribuem de forma direta para que o leitor tenha condições e maturidade para interpretar toda e qualquer informação, tirando-o da ingenuidade para se tornar, aos poucos, um leitor crítico e interrogador, que, aliando-se a outros leitores contribuirá para o desenvolvimento da sociedade a que pertence.

Assim, chegar ao conhecimento através das várias leituras é uma prática indissociável de busca da melhoria da condição de vida em quaisquer das áreas de atuação dos profissionais, que é permeada por um conteúdo ideológico, que pode estar explícito ou não. Esta compreensão se reforça na fala de Orlandi (1999, p.58), quando explica que: “As palavras mudam de sentido

segundo as posições daqueles que a empregam. Elas tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. Nos últimos anos, tornou-se evidente que a escola, isoladamente, não satisfaz às exigências da sociedade moderna; é neste contexto que a biblioteca pode desempenhar um papel relevante na sociedade, que vai além dos seus limites de mero apoio à escola quando estimula sua clientela a uma freqüente e permanente busca de informação, mesmo não havendo cobranças por parte da escola e da família. Esse incentivo de educação continuada pode ser planejado numa ação compartilhada entre os vários poderes e, com certeza, a biblioteca não ficará fora desse processo.

Nesse contexto, é importante lembrar que a maioria das bibliotecas desenvolvem atividades que exigem do público leitor pelo menos um razoável conhecimento de leitura. Esse processo, no entanto, não deve se restringir apenas à codificação e decodificação do código lingüístico; deve ser estimulado e desenvolvido através de uma prática cultural continuada, através de bibliotecas que desenvolvam programas incentivadores de leitura entre os diferentes segmentos da sociedade, principalmente, entre aqueles cujo nível de autonomia do ato de ler ainda necessite do acompanhamento de outros leitores. Ou seja, a biblioteca deve ser um espaço formal de leituras individuais e coletivas que promovam a formação de leitores.

1.3 O bibliotecário e a formação de leitores

As práticas de leituras de uma biblioteca dependem da competência e do nível de interesse das pessoas envolvidas nesse processo. Ao fazer um estudo sobre biblioteca, é necessário buscar a figura do bibliotecário, enquanto profissional, conhecendo sua função e sua profissão. Os leitores de uma biblioteca não podem se sentir tolhidos e perdidos nesse espaço de leitura. Por isso conhecer a figura do bibliotecário, como profissional responsável pelo bom funcionamento da biblioteca e também pela formação de leitores, torna-se de fundamental importância. Segundo Cunha (1978), profissão é uma atividade realizada permanentemente pelo indivíduo, sistematizada por normas que protegem sua unidade e continuidade.

Por essa concepção, o bibliotecário não pode ser visto apenas como um apêndice do ato de ler e tampouco um elemento que pode ser descartado do contexto escolar. Assim, a escolha da pessoa para exercer essa atividade de orientação para constituição de leitores deve primar pela competência de promover práticas que a função exige. Na visão de Milanesi (2002), o indivíduo

que exerce esta profissão não deve ser um especialista em determinada área do conhecimento, mas, prioritariamente, aquele que conhece a comunidade a que serve, capaz de perceber todos os movimentos que nela acontecem e faz com que as atividades sejam uma resposta a esses movimentos, e às mudanças vivenciadas pela comunidade em que a biblioteca está inserida.

Portanto pensar no papel do bibliotecário significa fazer uma reflexão sobre a formação básica e continuada, posto que a formação e o desempenho são fatores interdependentes. Há de se considerar que o bibliotecário da biblioteca pública da modernidade está à guisa de uma nova identidade em função das profundas mudanças na sociedade, que estão determinando a necessidade de aperfeiçoamento, aquisição de novos padrões e novas estratégias para atender às demandas de um público leitor que clama por cidadania e pela redução das desigualdades sociais. Por este ângulo, o modelo atual do profissional bibliotecário requer não apenas que ele desenvolva o papel de mediador entre o leitor e a leitura, mas também o de produtor de conhecimento. Esta visão se aproxima de Cysne (1993, p.78):

A mudança na concepção da produção do conhecimento e da relação estreita entre o saber e o fazer teve influência nas concepções de biblioteca e biblioteconomia, provocando novo modo de pensar a instituição, os seus serviços, o papel do profissional, seus objetivos e a própria prática profissional.

Esse autor ainda acrescenta que o profissional bibliotecário, aquele que no seu dia-a-dia passa informação, é também capacitado a gerenciar, organizar, planejar bibliotecas públicas, escolares, universitárias, infantis, centros, serviços e redes de informação e documentação em empresas, bancos, sindicatos, discotecas, editoras, arquivos, museus e outras organizações. A formação bibliotecária delinea assim um profissional de nível superior, conforme a lei nº 4.084, de Junho de 1962. A formação desse profissional tem por base a erudição e a técnica, e sua atuação deve ser pautada pela atualização permanente a fim de atender às exigências da sociedade dentro das características políticas, econômicas, sociais e culturais de cada região, estado e país.

Cabe ressaltar que, segundo Sponholz (1984), a primeira escola de biblioteconomia de nível superior no mundo foi fundada em Paris, em 1821, École de Chartes, calcada na erudição. A segunda escola surgiu quase meio século depois na América em 1887, com enfoque técnico, School of Library Economy fundada por Melvil Dewey – Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. No Brasil, o primeiro curso de Biblioteconomia só teve início em 1915 (tendo sido criado quatro anos antes) na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com cinco

disciplinas e quatro cadeiras: bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática. Este curso, em 1922, foi extinto, mas em 1933 foi restabelecido. O curso tinha duração de dois anos. Em São Paulo, surgiu um curso elementar de Biblioteconomia instalado no Mackenzie College (atual Instituto Presbiteriano Mackenzie) em 1929, voltado para a preparação técnica dos funcionários da instituição. Segundo Passos (2004), este curso era orientado por Dorothy M. Geddes Gropp, uma bibliotecária norte-americana que tinha como função auxiliar e orientar a organização da biblioteca, além de substituir temporariamente a diretora Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, que se ausentou para fazer um curso de biblioteconomia nos EUA. O curioso é que a vinda de Dorothy suscitava comentários do tipo: “Será que para se colocarem livros nas prateleiras há necessidade de se importar uma técnica americana?”. O curso de Biblioteconomia do Mackenzie não pode ser considerado o primeiro curso de biblioteconomia de São Paulo, pois tinha um caráter de sanar necessidades práticas do exercício profissional da instituição, mas foi sem dúvida um primeiro passo para a formalização de um curso voltado à formação superior de bibliotecários em São Paulo. O primeiro curso regular de Biblioteconomia em São Paulo (e o segundo no Brasil), de fato, surgiu em 1936, promovido pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Se o bibliotecário é um dos profissionais de informação responsável principalmente pelo tratamento de informação bibliográfica produzida nos meios acadêmicos e intelectuais, parece inegável seu papel no tratamento e acesso à informação. Apesar de seu papel histórico na intermediação e produção do conhecimento, o seu reconhecimento social e profissional é pouco visível, o que leva a provocar uma reflexão sobre as razões do pouco conhecimento e reconhecimento do bibliotecário.

De acordo com Lei Nº 9.674, de 26 de Junho de 1998 (anexo D), Capítulo VIII § 3º do Conselho Federal de Biblioteconomia, afirma:

As Bibliotecas Públicas localizadas em Municípios com até 10 mil habitantes e cujo acervo não ultrapasse a duzentos exemplares catalogados poderão funcionar sob a supervisão de um Técnico em Biblioteconomia, devidamente registrado perante o Conselho e, neste caso, deverão comunicar ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia a criação, o funcionamento e a responsabilidade técnica da Biblioteca, para fins de anotação e controle, sendo isentas de qualquer taxa ou contribuição.

Nota-se que de acordo com a lei acima referida somente as bibliotecas que cumpram os requisitos acima especificados podem funcionar sem o profissional bibliotecário, mas, percebe-se que essa lei não vem sendo cumprida em grande parte das bibliotecas em nosso país.

A preocupação em apontar características pertinentes ao profissional da biblioteca e ao mesmo tempo reconhecê-lo como sujeito de atuação relevante na sociedade, também está assegurada pelos autores Guimarães e Guarezzi (1994) que afirmam que o bibliotecário, em geral, divulga a biblioteca, estuda-se o usuário, dissemina-se a informação sobre a profissão. Isso é evidente, mas não é comum divulgar-se o curso de biblioteconomia, o papel do bibliotecário, e informações sobre a profissão. É necessário então adentrar aos mares da profissão, analisando o perfil do profissional e sua função educativa na formação de leitores.

Para compreender o trabalho do bibliotecário e o sujeito desse trabalho, é preciso recorrer ao discurso de Cysne (1993, pp.85-86) quando afirma que:

[...] Ao coletar, selecionar, analisar e organizar as coleções que compõem o acervo da biblioteca, com vistas a responder com precisão e pertinência às demandas de informação da sociedade; ao auxiliar os usuários da biblioteca nas suas buscas de informação para solução de um problema determinado, o bibliotecário entra em relações sociais de trabalho que vão absorvendo novas concepções de vida, novo modo de pensar e de entender a realidade. O bibliotecário nessas relações de trabalho vai elaborando um novo conhecimento de si, das coisas e dos homens, que vão influenciando seu próprio modo de vida, suas relações com o mundo, com os homens, com o trabalho e com ele próprio, transformando-o.

Com base nessa exposição, nota-se que o bibliotecário lida com o mundo dos livros e de outros impressos, o mundo das pessoas e o seu próprio mundo, sendo clara sua tarefa no tratamento e acesso a informação. Cabe a ele sugerir leituras que inovem a qualidade do programa geral quando se trata da escola e, diretamente, sobre a programação geral da biblioteca.

De acordo com Douglas (1971), a biblioteca só poderá desempenhar plenamente seu papel quando o bibliotecário corresponder às expectativas de sua função. Portanto, o bibliotecário deve compreender as crianças, saber conquistá-las e dirigi-las, ter espírito de curiosidade, animação, tato, energia e saber lidar com adultos tanto com crianças. Precisa ter sólido conhecimento das publicações destinadas ao público infantil, juvenil e adulto, e poder assegurar a organização técnica de uma biblioteca. Neste sentido, há necessidade de mudança de atitude por parte dos agentes educacionais e das políticas públicas que tratam da biblioteca, no sentido de modificarem as práticas e representações da biblioteca, bem como mudanças também em relação ao papel e imagem do profissional bibliotecário.

1.4 Biblioteca: espaço de apropriação de discursos

O desenvolvimento da sociedade no que se refere às questões informativas e produtivas advém de um processo importante que não pode ser dissociado do homem que produz linguagem e cultura. Segundo Orlandi (1999, p.19), “O sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social”. A linguagem possibilita saltos na construção do conhecimento através da leitura. Afirma Petrucci (1999) que este parece ser um processo contínuo, não se imagina que ele possa cessar, pelo menos enquanto existir a atividade que lhe é correlata: a escrita.

Não há dúvida, de que a biblioteca é um dos espaços sistematizados em que o leitor se apropria dos mais variados discursos através da leitura; é nessa perspectiva de apropriação das várias vozes do discurso, segundo Bakhtin (1999), que há necessidade de conhecer a relação do leitor com a apropriação dessas vozes. Mindlin (1997) ressalta a indiscutível importância da biblioteca ao afirmar que a leitura faz parte da vida dele desde a infância com a ajuda dos pais, e com a presença de livros em casa; todavia, isso não seria essencial, se houvesse mais bibliotecas nas escolas e nos bairros, pois a idéia de ler não deveria estar ligada à necessidade de possuir o livro. A partir desta premissa, a leitura não se constitui apenas com a maturidade, ela inicia-se na infância e perdura ao longo de toda vida.

Nessa linha de pensamento, Bakhtin (1999) concebe o espaço da biblioteca não só como uma instância cultural, territorializada, mas fundamentalmente como um espaço discursivo no qual se confrontam as mais diversas vozes. Dessa forma, essa pesquisa firma suas bases na concepção de linguagem a partir de Bakhtin (1999), como um processo de interação verbal e social entre interlocutores que se materializa em enunciações. Enunciação compreendida como produto dessa interlocução, definida num contexto social preciso. Para Bakhtin (1999, p.113):

Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre meu interlocutor.

Nota-se que através da dialogia, ou seja, da interação verbal e social, o discurso é determinado tanto pela situação da enunciação quanto pelos falantes. Diante disso, percebe-se que a linguagem como um processo totalizante diacrônico– constituinte do homem e constituída pelo homem – só pode ser compreendida a partir do fenômeno social da interação social. Esta

concepção aponta, portanto, para a necessidade de as bibliotecas terem projetos de leitura e escrita que não devem, portanto, “ser compreendidos como a mera decodificação de signos gráficos e representação gráfica de sons sem sentido e sem significado, mas que devem levar em conta as aspirações, as interpretações recíprocas, o desejo, o prazer e as próprias histórias de leitura e escrita dos leitores” (MELO, 2002). A esse aspecto, Bakhtin (1999, p.123) diz:

(...) o ato da fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade tanto as do próprio autor como de outros autores (...) o discurso escrito é de certa forma parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.

Nessa direção, Melo (2002) ainda enfatiza que “a perspectiva bakhtiniana de linguagem encaminha, assim, os estudos da leitura e da escrita para os estudos dos sentidos e dos sujeitos que se confrontam no ato de ler e escrever. É preciso, pois, buscar na historicidade do texto a polissemia, a polifonia. É preciso, pois, ouvir as vozes dos vários sentidos e dos vários sujeitos”. Assim, essas vozes que são na verdade as diferentes formas de interpretação, pontos de vista, experiência, vivência existentes nos livros, é que se tornarão elementos constituintes da formação do leitor que busca informação, e o leitor que busca essa prática também por prazer, o que se confirma pela fala de Perroti (1993), quando afirma que a formação de um quadro vivo de leitores, não ocorre no vazio ou apenas no acaso. Percebe-se que a leitura é fruto de um ato social historicamente demarcado, portanto, ela está sempre em processo de constituição, sendo as instituições formais e informais⁵ as grandes mediadoras dos vínculos entre leitura e sociedade. Esses vínculos garantem, por certo, a existência da biblioteca como um dos espaços de leitura e apropriação de discursos. Orlandi (1999, p.18), nesse percurso da apropriação do discurso, enfatiza que:

[...] há a relação de sentido (intertextualidade): todo discurso nasce em outro (sua matéria-prima) e aponta para outra (seu futuro discursivo). Por isso, na realidade, não se trata nunca de um discurso, mas de um continuum. Fala-se de um estado de processo discursivo e este estado deve ser compreendido como resultando de processos discursivos sedimentados.

Com efeito, o leitor ao apropriar-se do discurso, que já foi discurso do outro, e com certeza, formará novos discursos entremeados de confrontos, de resistências, de contradições, terá condições de provocar transformações em benefícios da sociedade. Isso faz com que o leitor

estabeleça, ao longo de sua vida, um processo contínuo de diálogo do seu texto com o texto do outro e do mundo que o cerca.

Notas

1Cidadão romano da época imperial. Foi um grande político, estadista e patrono das letras. Na atualidade esse nome é o símbolo do patronato rico, generoso das artes. O nome Mecenas tornou-se de nome próprio em nome comum. Assim um mecenas é uma pessoa que patrocina as artes, a ciência ou o ensino, muitas vezes com benefícios fiscais. (MAGGE, 2001).

2Gustavo Capanema foi político brasileiro, ministro da educação e saúde pública no governo de Getúlio Vargas; sua gestão caracterizou-se principalmente pelo início dos estudos visando à criação da Universidade do Brasil e a construção do edifício sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro.

3 Confere às línguas humanas a flexibilidade de que elas precisam para exprimirem todos os inumeráveis aspectos da realidade; assim ao encontrar um objeto novo, tentamos imediatamente “reconhecê-lo”, encaixando-o em alguma categoria já existente na memória (e na língua). Desta forma, segundo Bakhtin (1999), por ser polissêmica e dialógica, a palavra traz marcas culturais, sociais e históricas.

4 Leituras que na voz do autor estão vozes de outras pessoas, de outros autores, da sociedade, da história. Polifonia é, segundo Bakhtin (1999), a presença de outros textos dentro de um texto, causada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam.

5 Instituições formais de leitura: lugar para “reunir e dispersar [...] entre limitações e liberdade” Chartier (1998, p.75-115). Lugar onde se reúne formalmente livros e leitores (bibliotecas, escolas, universidades...). Instituições informais de leitura: locais não institucionalizados, tais como restaurantes, bares, ruas e praças. Segundo Melo (2007), a rede de sentidos imaginários apreendida através de práticas de leitura das instituições informais, recompõe a rede de sentidos imaginários presentes nas práticas de leitura das instituições formais.

CAPÍTULO 2

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ROSULINO CAMPOS: MEMÓRIA e HISTÓRIA

Não se pode entender por biblioteca apenas um lugar onde se guardam livros e conhecimentos, mas é importante ressaltar que uma biblioteca também é um ambiente vivo de memória e história, o que possibilita conhecer a trajetória de homens e mulheres que, de uma maneira ou de outra, fizeram parte da história de uma determinada comunidade. Halbwachs (2004) afirma que a lembrança é uma reconstrução do passado, diante disso, a busca da memória e da história da BPMRC proporciona uma viagem de volta ao passado, revelando as lembranças das pessoas que contribuíram para a existência deste espaço de leitura extremamente importante para a população rio-verdense. É preciso lembrar ainda que esta reconstrução se transforma na preservação da memória institucional que, segundo Bosi (1994), a reconstrução e a preservação desta memória contribui para a construção da identidade coletiva, que se forma a partir da convergência de esforços para a realização do interesse comum, onde a história de cada um se confronta e se enriquece com a história dos outros.

A BPMRC frente ao seu papel de incentivadora da leitura e acesso à informação tem sido um espaço que tem influenciado o crescimento cultural dos cidadãos rio-verdenses. Nogueira (1986, p.246) afirma: “A biblioteca pública é um instrumento ideológico. Sendo assim, exerce só não a função de favorecer a reprodução das relações sociais estabelecidas, mas também de um instrumento auxiliar da edificação de uma nova composição social”. Os projetos e as oficinas realizadas na biblioteca e as matérias publicadas em jornais mostram de forma clara que a BPMRC nunca se encontrou e nem se encontra isolada dos acontecimentos, ao contrário, ela está inserida no contexto de uma sociedade que possui características próprias e fatos históricos que a compõem. Almeida (2004) afirma que a biblioteca como um bem cultural, não está isolada dos acontecimentos sociais, e também não se encontra em hipótese alguma imune às interferências presentes no mundo que está a seu redor. Isso reforça a importância de se reconstituir a trajetória da BPMRC desde a sua fundação até os dias atuais, o que poderá fortalecer e valorizar todo seu papel cultural prestado à sociedade de Rio Verde.

2.1 Rosulino Campos: uma história de incentivo à leitura e à educação

Ao fazer um estudo sobre a BPMRC, faz-se importante destacar e conhecer um pouco da história de vida do Sr. Rosulino Campos, cujo nome foi dado à Biblioteca Municipal de Rio Verde, como forma de homenageá-lo. Diante disso, faz-se importante apreender um pouco da história de Rosulino Campos, buscando a representatividade e a vivacidade dessa história.



Ilustração: Sr. Rosulino Campos, cujo nome foi dado à biblioteca em estudo
Fonte: Acervo particular da Sra. Selva Campos

Thompson (1992, p.174), a esse respeito, afirma que a “história de vida é algo extremamente representativo, excepcional e vivo”, ou seja, a história de vida possibilita apreender a cultura “do lado de dentro”, constituindo-se em um instrumento valioso, uma vez que se coloca justamente no ponto de intersecção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e aquilo que ele traz dentro de si. Desta forma, a história de vida pode ser considerada um instrumento privilegiado para a análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Percebe-se então que a história de vida fornece base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos.

Assim, em busca de informações sobre a vida de Rosulino Campos, fui à procura de seus filhos. Procurei os filhos Saulo Campos e Selva Campos que, por sinal, foi a fundadora da BPMRC. Eu os escolhi, dentre os 12 filhos, pelo fato de ambos estarem morando em Rio Verde, já que a maioria dos filhos do Sr. Rosulino estão residindo atualmente em outras cidades. Ao procurá-los sobre a possibilidade de entrevistá-los, de forma muito pronta e gentil, os dois se

colocaram à disposição para contribuir da melhor forma possível para informações referentes à vida e trajetória do Sr. Rosulino Campos.

Após esses primeiros contatos com os filhos do Sr. Rosulino, as entrevistas foram agendadas. Desta forma, conversei primeiro com o Sr. Saulo Campos, engenheiro-civil, e que preferiu conceder entrevista em seu escritório. Iniciei perguntando a data de nascimento, filiação, naturalidade e as coisas que o Sr. Rosulino Campos gostava de fazer; e o Sr. Saulo Campos me disse:

Rosulino Campos era filho de Oscar Campos e Belcholina Piedade Campos, ele nasceu em Rio Verde – Goiás, no dia 01 de Janeiro de 1893. Ainda criança, meu pai já apresentava grande afeição pelos livros e pela leitura, mas devido à falta de recursos e oportunidade, não teve o privilégio de ir muito adiante em seus estudos, sequer teve condições de concluir o curso primário¹, mas era um jovem que mesmo diante de todas as dificuldades, tinha sede de conhecimento e aprendizado; então assim que surgia uma oportunidade, ele se apegava aos livros, buscando o conhecimento e acima de tudo encontrando na leitura imenso prazer. Meu pai de fato era uma pessoa que via na leitura um instrumento que lhe proporcionava prazer e entretenimento. Meu pai era um homem muito instruído, e com certeza a instrução e o largo conhecimento que ele tinha de tudo era proveniente das leituras que ele fazia. Desde criança ele era um apaixonado pelos livros e pela leitura, e isso com certeza trouxe vários benefícios para vida do meu pai e até mesmo para vida da nossa família.

Esta sede que o Sr. Rosulino tinha pela leitura e pelo prazer proporcionado por ela, remete-me a Barthes (2004, p.12) que afirma que “o prazer proporcionado pela leitura é romanesco, libertino, trazendo consigo o conhecimento”, prova disso era que Rosulino Campos, mesmo não tendo um grau de escolaridade elevado, tornou-se um homem extremamente sábio e conhecedor de vários assuntos, mostrando que também por meio da leitura, o ser humano pode superar várias barreiras e abrir seu campo de conhecimento.

Diante da falta de oportunidade para seguir seus estudos devido a questões financeiras, restou a Rosulino Campos o dever de começar a trabalhar logo cedo. O primeiro emprego que ele teve, foi em um escritório em Rio Verde-GO, no qual exercia a função de Guarda-Livro, que hoje corresponde a função de contador. Segundo Saulo, seu pai havia conseguido esse emprego devido à letra impecável que ele tinha, e ao relembrar o fato transcrito logo abaixo, percebi que o Sr. Saulo se emocionou profundamente.

Meu pai tinha uma letra invejável, todos os livros que ele registrava no escritório do Sr. João Belo, não ficava com nenhuma rasura, e com uma letra linda e fácil de se ler, por isso meu pai sempre nos falava que o Sr. João Belo, dono do escritório gostava muito dos serviços prestados por ele. Um fato interessante que ocorria nesse emprego é que

sempre que surgia um tempinho ou em algum intervalo para descanso, meu pai sempre se apegava a algum livro para ler.

Sr. Rosulino trabalhou por mais de 15 anos como guarda-livro. Nesse período ele conheceu a Sr^a Karlinda Cunha Campos, com quem se casou no dia 12 de Setembro de 1914, na cidade de Rio Verde – Goiás, com quem teve 15 filhos, dos quais três morreram ainda recém-nascidos. Após trabalhar como Guarda-Livro, Rosulino conseguiu serviço em uma empresa de ônibus chamada Viação Sul Goiana, onde ele exercia o cargo de gerente administrativo. Depois de alguns anos, ele decidiu não trabalhar mais como empregado, porque para conseguir manter o estudo de todos os filhos, era necessário uma melhor remuneração. Rosulino chegou a manter cinco filhos, ao mesmo tempo estudando fora, no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e uma das frases que, segundo seus filhos, ele mais dizia era que “a única herança que ele poderia deixar aos filhos eram os estudos”. Sra. Selva Campos, professora aposentada, filha do Sr. Rosulino que, de forma muito gentil, recebeu-me em sua residência, disse que:

Uma das coisas que meu pai mais nos motivava e incentivava era para que seguíssemos em frente em nossos estudos, mesmo diante de tantas dificuldades financeiras, ele sempre se esforçava ao máximo, e sustentava nossos estudos fora de Rio Verde, e ainda mais, nos dava palavras de ânimo e motivação para que pudéssemos conseguir formar e ter um curso superior.

Diante dessa necessidade de melhoria financeira, Sr. Rosulino montou uma loja de tecidos e armarinhos chamada Casa Nova, loja que por muitos anos atendeu à população rio-verdense, e se tornou na década de 1940 uma das lojas mais tradicionais da cidade de Rio Verde. No ano de 1952, Sr. Rosulino decidiu mais uma vez mudar de ramo; vendeu a loja e montou uma serraria que funcionou por dez anos. Todo esse esforço e luta valeram a pena, pois Sr. Rosulino teve o prazer e o privilégio de presenciar a formatura de todos os 12 filhos, os quais se tornaram profissionais das mais diversas áreas, tais como: engenheiro-civil, advogados, agrônomo, professores, chegando até mesmo ter um de seus filhos como prefeito de Piracicaba-SP. Após formar todos os filhos, Sr. Rosulino Campos aposentou-se no ano de 1962.

Essa mentalidade do Sr. Rosulino Campos em priorizar os estudos na vida de seus filhos, mais uma vez reforça a importância que a leitura teve em sua vida, mesmo porque o acesso à educação era algo extremamente complicado, devido às pouquíssimas universidades existentes. Em entrevista, Sra. Selva disse:

Meu pai por ser uma pessoa que lia muito, sempre teve a mente muito aberta para as coisas, principalmente, para a necessidade dos estudos na vida das pessoas, e em especial para seus filhos. Era tanto que quando a gente era jovem, sempre a prioridade eram os estudos, nunca o trabalho ocupou o lugar dos estudos em nossa casa, mesmo diante das dificuldades financeiras, meu pai sempre falava que não era para gente preocupar em trabalhar, mas sim era para preocuparmos em estudar. Eu acredito que essa visão que meu pai tinha era proveniente de suas leituras, que com certeza o instruía para essa importância.

A fala da Sra. Selva mostra a importância que a leitura teve na vida de seu pai como instrumento para uma visão diferenciada das coisas e do mundo. Por gostar muito de ler, Rosulino sempre procurava passar para seus filhos esse gosto pela leitura, e uma das formas que usava para despertar a prática da leitura em seus filhos, era contando as partes mais interessantes dos livros que acabara de ler, como relata Sra. Selva:

Recordo-me como se fosse hoje quando meu pai sentava em sua cadeira de balanço, sempre no final do dia ou à noite quando a família estava toda reunida, e fazia questão de contar para nós (os filhos), algo interessante que ele havia lido em algum livro. Outra coisa que ele fazia muito era contar alguma história interessante, e sempre no final da história ele nos convidava para ler algum livro referente ao tema da história contada. Isso com certeza fez diferença em minha vida, meu pai de fato contribuiu de forma direta na minha formação como leitora.

Essas práticas de incentivo à leitura dentro do lar desempenhada pelo Sr. Rosulino Campos é muito comentada por Pompougnac (1997, p.20-21), quando o autor afirma a importância “da leitura herdada na intimidade do lar”, mostrando que essa prática, esse incentivo pela leitura começando em casa, pode proporcionar resultados extraordinários, além de não deixar a responsabilidade de formar leitores somente para a escola e/ou biblioteca.

Rosulino Campos sempre foi uma pessoa muito conhecida na cidade de Rio Verde, devido aos amplos conhecimentos que tinha e por estar sempre no meio das pessoas, era um homem comunicativo e cheio de amizades. Com essas qualidades, sempre foi convidado para entrar na política, mas Saulo, seu filho, afirma:

Meu pai sempre dizia para nós que não se envolveria na política por ser uma pessoa extremamente sincera em tudo que falava e fazia, então acreditava que essa imensa sinceridade não combinava com os bastidores do mundo da política.

Mesmo nunca tendo entrado na política, há de se considerar que o Sr. Rosulino Campos contribuiu em prol do desenvolvimento de várias áreas na cidade de Rio Verde, principalmente em favor da cultura. Segundo Saulo, seu filho, Sr. Rosulino sempre cobrava das autoridades mais investimentos nas áreas da educação e cultura, e sempre tentava mostrar às

peças que o rodeavam a importância e o prazer da prática da leitura, e os benefícios que os livros proporcionam na vida do ser humano.

Sempre ouvia meu pai dizer que o livro é uma das melhores companhias que um ser humano pode ter, porque o livro ajuda as pessoas, abre o entendimento, desenvolve e transforma, abrindo novas oportunidades e caminhos para o crescimento e conquista das pessoas. Por isso era de se admirar, mesmo meu pai não tendo um grau de escolaridade elevado, ele sempre tinha a preocupação de incentivar as pessoas a lerem, começando com os de casa e incentivando também a comunidade em geral. Lembro-me que para incentivar as pessoas a lerem, meu pai emprestava seus livros, e ao pegar de volta, conversava com muito entusiasmo com as pessoas sobre o que haviam achado da leitura (Entrevista, 2007).

A visão que Rosulino Campos tinha em relação aos livros e aos seus benefícios, vai de encontro com a afirmação de Bamberger (1986, p.12):

Os livros representam inúmeros papéis (...) Primeiro há a necessidade de satisfazer aos interesses, necessidades e aspirações individuais através da seleção individual do material de leitura. Todo ser humano pode ser ajudado pelos livros a desenvolver-se à sua maneira, pode robustecer sua capacidade crítica e pode aprender a escolher sabiamente no meio da produção geral dos meios de comunicação de massa.

Mesmo já com a idade avançada, Sr. Rosulino continuava firme nas suas práticas de leitura; viveu até o último dia de sua vida completamente lúcido e sempre falando e comentando com os filhos, netos e bisnetos da tamanha importância existente no ato de ler. Sr. Rosulino faleceu no dia 12 de Novembro de 1976, aos 82 anos. Diante de todo empenho e dedicação que Sr. Rosulino Campos teve em favor da leitura e cultura, foi aprovado na Câmara Municipal de Rio Verde no dia 03 de Outubro de 1984 a Lei nº 1950 (Anexo E) que dava o nome de Rosulino Campos à Biblioteca Pública de Rio Verde.

2.2 BPMRC: lugar de memória/história e identidade

Desvelar a memória, a história e a identidade de uma biblioteca significa buscar os seus leitores com suas práticas e representações de leitura, numa cidade onde a biblioteca existe há mais de 20 anos.

As palavras memória e história evocam, ao mesmo tempo, o passado. Contudo, apesar de a matéria-prima comum, ser compreensão oposta e difundida entre os especialistas,

memória e história não se confundem. Na primeira metade do século passado, o sociólogo Maurice Halbwachs, no livro *A memória coletiva* (1990 [1949]), já procurava sublinhar a diferença entre as duas palavras. Suas reflexões poderiam ser sintetizadas da seguinte forma: a memória coletiva ou social não pode se confundir com a história. Ao contrário, a história, na sua leitura, começa justamente onde a memória acaba e a memória acaba quando não tem mais como suporte um grupo. Em outras palavras, a memória é sempre vivida, física ou afetivamente. Revisando mais alguns conceitos sobre memória e identidade, Nora (1990) afirma que a palavra memória é vaga e ambígua, mas que sua utilização estratégica pode ser fecunda para a renovação da historiografia. Para Nora (1990, p.451), “a memória coletiva é a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma comunidade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado”.

Para uma maior compreensão do conceito de memória, são importantes as contribuições de dois autores – o filósofo francês Henri Bergson e o sociólogo, também francês, Maurice Halbwachs, já citado acima. Em alguns momentos recorri também às observações e aos esclarecimentos feitos por estudiosas da memória que fundamentaram seus estudos na obra desses dois autores, Ecléia Bosi (1994) e Miriam Sepúlveda dos Santos (1998). Com relação a Henry Bergson, segundo Bosi (1994), o filósofo entendia que o passado conservava-se e atuava no presente, mas não de forma homogênea. Para Bergson, de um lado, nosso corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas. Isto seria o que ele denominou memória-hábito ou a memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorreriam as lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituíram autênticas ressurreições do passado. Comentando as duas formas de memória, identificadas por Bergson, Bosi (1994) afirma que a memória-hábito é adquirida pelo esforço e pela repetição de gestos e palavras, podendo essa memória ser considerada como parte de nosso processo de adestramento. Por sua vez, a lembrança pura traz à tona um momento único, singular, não repetido, irreversível. Para Bergson, a matéria dessas memórias reside no inconsciente de cada um de nós. Através da memória, o passado sobrevive, como diz Bosi (1994, p.53) “quer chamado pelo presente sob as formas de lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente”.

Já Halbwachs (2004), distinguiu dois tipos de memória, a “autobiografia”, pessoal e vivida, que necessariamente sofre influência do meio social, sendo sempre filtrada pelo presente, e a “memória histórica”, que é passada para o indivíduo pela coletividade e que se refere a coisas e processos do passado que ele não vivenciou, mas que, a partir desse processo, passam a fazer

parte da sua história. Halbwachs priorizou, em seus estudos, a análise do que ele denominou de “quadros sociais da memória” ou das “representações coletivas”. Diante disso, a questão central trabalhada por Halbwachs (2004) é: quaisquer que sejam as lembranças do passado que possamos ter – por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente individuais –, só podem existir a partir dos “quadros sociais da memória”. Entende Halbwachs que nós construímos nossas memórias como membros de determinados grupos sociais e que para tal utilizamos as convenções sociais presentes na sociedade em que vivemos. Como salienta Santos (1998), com base no autor citado, indivíduos não se lembram por eles mesmos, isto é, para lembrarem, necessitam da lembrança de outros indivíduos, de modo a confirmar ou negar suas lembranças, as quais estão localizadas em algum lugar específico no tempo e no espaço. Assim, para Halbwachs, quando lembramos de um evento do passado, o fazemos por meio da reconstrução de uma série de imagens fragmentadas e de um conhecimento acumulado a partir de experiências já vivenciadas, mas sempre filtradas pelo presente. No momento exato em que se expressa o passado sob a forma de imagem reconstruída, dá-se ao passado uma localização específica no tempo e no espaço. Logo, como a imagem lembrada é sempre uma criação do presente, há sempre uma distância entre a imagem construída sobre o passado – em gestos, pensamentos ou ações – e o passado, embora este último não esteja ausente da imagem do presente.

Halbwachs (2004) ainda afirma que a memória individual não existe sem determinados instrumentos, que se situam fora do indivíduo, como as palavras e idéias que não são inventadas pelas pessoas, mas recolhidas no meio social em que vivem. Sobre esse aspecto Bosi (1994) afirma que as relações não ficam restritas ao mundo da pessoa, mas constrói-se na realidade interpessoal, sofrendo influência das mais variadas instituições sociais de que o indivíduo participa, tais como a classe social, a família, a escola, a igreja, a profissão.

As colocações de Halbwachs podem ser resumidas no que afirma Bosi (1994, p.55) “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”. Para a autora, a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual. O fato de lembrar o passado no presente exclui a identidade entre as imagens de um e outro e propõe a sua diferença em termos de um ponto de vista. Reforçando as idéias de Bosi (1994), é possível recorrer a Heler (1993, p.53) que considera toda recordação passada: “Uma interpretação ou uma reconstrução do passado, as experiências que tivemos, nossos

interesses, sinceridade e insinceridade, tudo isso modifica aquilo que reconstruímos, o modo pelo qual fazemos e o tipo de significação que atribuímos ao passado reconstruído”.

Nesse sentido, percebe-se que a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, em constante desenvolvimento. Em contrapartida, a história é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Os grupos de memória povoam suas lembranças, repetindo aquilo que é e sempre foi tradição. A história, como operação intelectual, dessacraliza a memória. Faz-se importante observar o que Nora (1993, p.9) diz a esse respeito:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Percebe-se que a história é coletiva e, nela grupos com suas construções desaparecem para ceder lugar a outros, pois a escrita não os registrou. Evidencia-se que a história não é memória pelo fato de haver descontinuidade entre quem a lê e os grupos, testemunhas ou atores dos fatos ali narrados. Portanto há uma relação entre a exterioridade ou distanciamento da história em relação aos grupos e a divisão do tempo histórico em fatos pontuais, por isso, segundo Nora, ela “só conhece o relativo”.

De acordo com o que foi exposto, percebe-se que a memória e a história têm um papel fundamental na construção da identidade individual e coletiva dos grupos sociais, por isso baseado nesses conceitos, busquei a reconstrução da memória/história da Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos.

Esse percurso de reconstrução foi algo extremamente gratificante e desafiador. Logo no início a grande dúvida foi em relação aos caminhos que iria percorrer na busca desta reconstrução. O primeiro passo foi a ida à BPMRC em busca de documentos ou informações de pessoas sobre a origem e a trajetória desta biblioteca. Na primeira visita à BPMRC, conversei com um funcionário sobre o objetivo do meu trabalho. Ele educadamente disse-me que a diretora da biblioteca, Aparecida Loyola, que também é a funcionária mais antiga da biblioteca, estava de

licença-prêmio, e que ele desconhecia onde encontrar esses documentos e não sabia de ninguém, além de Aparecida Loyola, que pudesse me dar essas informações; mas ele me disse que eu poderia ter toda a liberdade para procurar nos armários e arquivos documentos que me interessassem.

Após passar um bom tempo à procura de documentos que pudessem me dar informações sobre a fundação e trajetória da BPMRC, percebi que de fato não seria fácil encontrar esses dados; foi após uma certa insistência de minha parte que o funcionário resolveu me dar o telefone de Aparecida Loyola, a fim de que ela me passasse algumas informações. Assim que liguei para a Sr^a. Aparecida, e expliquei-lhe o objetivo do contato, e ela de forma muito prestativa, se dispôs a me ajudar naquilo que fosse necessário. Marcamos um encontro na BPMRC, e neste encontro, a Sra. Aparecida me disse que a documentação existente na biblioteca relacionada à sua fundação era a lei de criação que havia sido aprovada pela Câmara dos Vereadores no ano de 1984. Isso me causou um certo desespero, mas ao perguntar-lhe se existiam muitas pessoas que haviam vivenciado o processo de fundação e trajetória da BPMRC, ela me respondeu que ela era uma das poucas pessoas que havia presenciado todos os fatos e trajetória da biblioteca em estudo, além de me indicar outras pessoas, em especial a Sra. Selva Campos, fundadora da Biblioteca. A partir daí, fui à procura dessas pessoas visando um número maior de informações possíveis na busca da reconstrução de fatos e acontecimentos importantes na trajetória da BPMRC. Em meio a essa busca de informações, uma das maiores dificuldades encontradas foi localizar e entrevistar essas pessoas, porque muitas delas já se encontravam com a idade bem avançada e, de uma forma ou de outra, o processo de entrevistas seria cansativo, e driblar esses obstáculos foi um desafio. Após entrevistas, pesquisas em algumas documentações e informações obtidas é que foi possível dar início a esse processo de busca da memória e da história da BPMRC.

A BPMRC foi fundada no dia 03 de Outubro de 1984, quando o então prefeito da época era o Sr. Osório Leão Santa Cruz e a secretária de Educação e Cultura era a Sr^a Selva Campos Monteiro. A fundação de uma biblioteca pública em Rio Verde era de caráter urgente, já que a biblioteca pública que existia na cidade nos anos 70, cujo nome era Casa da Cultura, havia sido “incorporada” na gestão do prefeito da época Sr. Eurico Veloso do Carmo (já falecido), através da Lei nº 1.221 de 19 de Março de 1973 (Anexo F), à Fundação de Ensino Superior de Rio Verde -FESURV. Essa incorporação ocorreu através dos trâmites legais, porque segundo o estatuto da FESURV, ela foi criada pelas leis municipais nº 1221/73 e 1313/74 (Anexo G), e é mantida pelo município de Rio Verde. O fato era que a FESURV não tinha em suas dependências

um número significativo de livros, na busca para obtenção do reconhecimento dos cursos ali oferecidos, o Ministério da Educação e Cultura - MEC exigiu que a instituição providenciasse uma biblioteca, foi então que em Março de 1973, o prefeito com a intenção de ajudar a FESURV, “incorporou” a biblioteca “pública” do município na faculdade, ficando a cidade de Rio Verde sem uma biblioteca de fato, pública.

O ex-prefeito de Rio Verde, Osório Leão Santa Cruz, recorda-se com clareza deste episódio, e em entrevista disse:

Lembro deste fato como se fosse hoje, a FESURV necessitando reconhecer seus cursos superiores, mas com a necessidade de ter uma biblioteca com maior acervo, teve que recorrer ao poder público municipal. Então a prefeitura doou todo o acervo da biblioteca pública para FESURV, é tanto que a biblioteca nem mudou de lugar, continuou no mesmo prédio, mas agora sob controle da Faculdade.

Como se percebe o poder público não tomou a iniciativa de providenciar uma nova biblioteca pública para o município, ou então viabilizar incentivos para que a FESURV adquirisse seu acervo, retirando dos leitores dessa cidade o acesso à leitura. Vale lembrar Silva (1997, p.63) quando alerta sobre a negação da leitura ao povo, como um ato autoritário de poder:

Se o ler for tomado como um ato de libertação, como uma atividade provocadora de consciência dos fatos sociais por parte do povo, então é interessante ao poder dominante que as condições de produção da leitura sejam empobrecidas ao máximo, ou seja, que o acesso ao livro e a um certo tipo de leitura (a crítica transformadora) seja dificultado ou bloqueado.

Diante desta situação, o município de Rio Verde já se encontrava há onze anos sem uma biblioteca pública. A então Secretária da Educação e Cultura, Sra. Selva Campos, percebeu a necessidade urgente de viabilizar a fundação de uma nova biblioteca pública em Rio Verde; afinal, as pessoas estavam sem um espaço sistematizado onde pudessem ter acesso à leitura e à cultura. Em entrevista, Sra. Selva, disse:

Uma cidade que não tem uma biblioteca pública é uma cidade onde a cultura está abandonada, porque sem livros ao acesso de todos como haver cultura? Uma cidade que não incentive a prática de leitura, é uma cidade sem um futuro promissor, porque a leitura traz a cultura e o desenvolvimento, então esses foram alguns fatores que me levaram a lutar por uma biblioteca pública em Rio Verde.

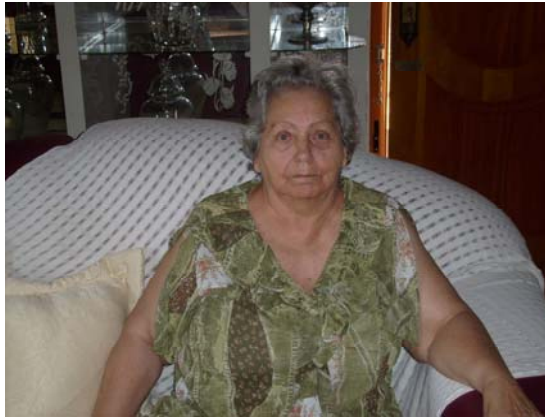


Ilustração: Dona Selva Campos, fundadora da BPMRC
 Fonte: Leonardo Montes Lopes

O interesse da Sra. Selva em fundar uma nova biblioteca em Rio Verde era tão grande que o próprio prefeito da época da fundação da biblioteca reconhece até hoje que a Professora Selva foi peça fundamental através de seu esforço e luta para a fundação deste espaço.

A minha Secretária da Educação e Cultura Dona Selva Campos, é uma senhora muito competente, e ela sabia da necessidade de uma biblioteca pública aqui em Rio Verde, ela corria atrás diuturnamente de um espaço para acomodar a nova biblioteca; ela me procurava para pedir móveis para a biblioteca, ela corria atrás de doações de livros. Enfim, era um grande esforço por parte dela para que a biblioteca fosse fundada. Na verdade posso afirmar que no tempo de Selva Campos como Secretária, a Cultura e a Educação em Rio Verde deram um grande salto. (Osório Leão Santa Cruz, 2007 ex-prefeito).

O ex-prefeito Osório Leão Santa Cruz demonstrou um reconhecimento em relação ao trabalho desenvolvido por Dona Selva Campos em sua administração e, em especial, pela iniciativa de fundar uma nova biblioteca na cidade, apresentando em sua fala um verdadeiro ato de rememorar, voltar no tempo, sentir saudades do trabalho de uma grande profissional. A maneira pela qual o entrevistado recordou e trouxe à memória esse fato, me reporta a Delgado (2006, p.p.16-17):

No processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual (vida privada – roteiro biográfico) e do tempo coletivo (social, nacional, internacional). Os sinais exteriores são referências e estímulos para o afloramento de lembranças e recordações individuais que constituem o substrato do ato de rememorar, que se relaciona, segundo Halbwachs (1990), com os quadros sociais da memória. É comum por exemplo, pessoas se referirem ao passado utilizando-se de expressões como “no tempo de Vargas”, “à época dos corsos nos antigos carnavais”, “no tempo dos militares” (...).

Após muito trabalho, foi cedida uma sala dentro da própria prefeitura de Rio Verde para que fosse instalada neste espaço a nova biblioteca pública da cidade. Já com espaço definido, a biblioteca começou a ter seu acervo montado, e de acordo com Dona Selva todos os livros que estavam compondo o acervo da biblioteca eram provenientes de doações feitas pela comunidade. Depois de alguns meses adquirindo livros, montando estantes, mesas e armários, a biblioteca já estava pronta para entrar em atividade, contando em seu acervo com 2.700 livros e um funcionário para trabalhar na biblioteca. Localizei o primeiro funcionário da BPMRC a fim de entrevistá-lo, mas ninguém sabia me dar informações concretas sobre quem era, e onde se encontrava. Após muita procura, consegui encontrar o assessor da Sra. Selva Campos na época da fundação da biblioteca, Sr. Lindomar Barros Santos, hoje professor universitário que me relatou o seguinte:

O primeiro funcionário a trabalhar na Biblioteca foi contratado pela secretária Dona Selva Campos Monteiro, o nome dele era Lenildo Azeredo, era o rapaz responsável em fazer todo o trabalho ali dentro da biblioteca, ele organizava os livros, atendia ao público, ou seja, ele realizava todas as funções dentro da biblioteca. Na verdade Lenildo era lotado na secretaria da educação, mas foi prestar serviço na nova biblioteca pública. Hoje ele reside no Japão, e há muito tempo não vem a Rio Verde.

Após tudo pronto para seu funcionamento, ainda faltava algo muito importante a ser definido, o nome da biblioteca. Na época, Sra. Selva Campos em reunião com o prefeito para decidir um nome para a biblioteca, foi surpreendida com a sugestão do prefeito e de várias pessoas da comunidade que disseram que o nome iria ser Rosulino Campos, em homenagem ao pai da Sra. Selva Campos que havia falecido em 1976. Perguntei ao ex-prefeito Osório porque ele sugeriu e apoiou o nome de Rosulino Campos, e ele respondeu:

O Rosulino Campos foi um dos fundadores de Rio Verde, família tradicional, além de ser um homem extremamente inteligente e gostava muito de ler, então resolvemos fazer essa homenagem a ele e sua família.

Foi com muita emoção que a Sra. Selva Campos falou-me sobre a homenagem que fizeram a seu pai na época. Foi um momento muito delicado da entrevista, mas dei um tempo para ela se recompor e em seguida disse:

Acredito que por ser um dos homens que mais liam em Rio Verde, eles homenagearam meu pai colocando o nome dele na biblioteca. Eu achei justo porque foi um homem que não teve a oportunidade de freqüentar a escola, mas era um leitor assíduo e valorizava de tal forma a educação e a cultura que formou seus 12 filhos.

Pude perceber que foi um momento de grande reflexão e emoção para a entrevistada, e que no fundo, no seu íntimo havia algumas informações que ela não conseguia expressar, ou até mesmo evitava tocar em alguns fatos referentes a seu pai. Delgado (2006, p.16) explica que:

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida.

Fica explicitada a razão pela qual, de forma inconsciente, minha entrevistada, devido à grande emoção ao lembrar de fatos relacionados a seu pai, protegeu-se dessas emoções, das dores da perda e evitou expor alguns acontecimentos.

No dia 03 de Outubro de 1984, a Câmara Municipal de Rio Verde aprovou por meio da lei número 1950 que se encontra registrada no Instituto Nacional do Livro sob número 12.277 a fundação de uma nova Biblioteca Pública em Rio Verde, intitulada de Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos. Enfim tudo pronto, o sonho de uma nova biblioteca pública em Rio Verde estava realizado, o espaço onde funcionaria a biblioteca já estava devidamente organizado e a população já podia ter o prazer e o direito de frequentar uma biblioteca pública; ou seja, a partir daquele momento haveria uma aproximação maior do cidadão rio-verdense com o mundo da leitura sistematizada, que se propunha a uma transformação sociocultural, onde as pessoas teriam a oportunidade de acesso à cultura diversificada e ao conhecimento. Como diz Silva (1993, p.24):

Em essência, a leitura caracteriza-se como um dos processos que possibilita a participação do homem na vida em sociedade, em termos de possibilidade de transformação sociocultural futura. E, por ser um instrumento de aquisição, transformação e produção do conhecimento, a leitura, se acionada de forma crítica e reflexiva, levanta-se como um trabalho de combate à alienação, capaz de facilitar às pessoas e aos grupos sociais a realização da liberdade nas diferentes dimensões da vida.

Nota-se o poder e os benefícios que a leitura poderia proporcionar à vida dos homens, benefícios esses que a população de Rio Verde teria agora toda a oportunidade de se apropriar através da BPMRC, dependendo dos encaminhamentos dados a ela.

De acordo com a Sra. Selva Campos não houve nenhuma cerimônia para inauguração da biblioteca, simplesmente no dia 03 de Outubro de 1984, as portas da BPMRC estavam abertas para a população local, com o expediente de 2ª a 6ª feira das 08 h às 17h. Meses depois que a

BPMRC foi fundada, mais uma funcionária foi admitida para trabalhar neste espaço, Maria Aparecida Loyola Machado, que até hoje trabalha na biblioteca ocupando o cargo de diretora. Em entrevista com Cida, como é chamada por todos os usuários da biblioteca e população em geral, ela me relatou que nos primeiros meses de funcionamento da biblioteca a frequência de pessoas naquele espaço era muito pequena.

Nos primeiros meses de funcionamento da BPMRC, passava o dia inteiro e pouquíssimas pessoas iam até aquele espaço, e o que mais me deixava preocupada era que praticamente nenhuma criança adentrava à biblioteca. Visando aumentar a frequência e aproximar as pessoas para aquele espaço, foram feitas campanhas de divulgação da BPMRC junto às escolas e comunidade em geral; há de se considerar que houve um certo aumento no número de visitantes, mas mesmo assim não se tratava de um número expressivo. Então nós atribuíamos à falta de público devido à localização, já que a mesma estava instalada dentro da prefeitura, local que não atraía as crianças e o acesso era difícil na época, porque a prefeitura ficava longe do centro da cidade.

Diante desta situação e já há quase quatro anos neste espaço com um pequeno movimento de leitores devido à localização, Dona Selva Campos começou a procurar um novo local para instalar a biblioteca. Em meio a essa procura por um novo prédio, ela descobriu que a FESURV iria desocupar o prédio onde funcionava a biblioteca central da instituição, sendo essa biblioteca aquela que havia sido doada pela prefeitura em 1973. Quando a prefeitura doou a biblioteca “pública” de Rio Verde para a FESURV, a biblioteca continuou no mesmo local, os livros não foram levados para a FESURV que se apossou do acervo e das instalações da prefeitura. Diante desta situação a Sra. Selva me relatou:

Com a construção do campus onde hoje funciona a universidade, descobri que a FESURV iria desocupar o prédio onde funcionava sua biblioteca, então fui imediatamente ao então prefeito Paulo Roberto Cunha, que hoje é novamente prefeito de Rio Verde e pedi se eu poderia mudar a BPMRC para lá, já que nossas instalações dentro da prefeitura estavam muito apertadas e a localização não estava proporcionando a aproximação do leitor naquele espaço. O prefeito de imediato falou que sim, que eu poderia providenciar a mudança, porque afinal o prédio era do município. Quando o diretor da FESURV, Sr. Alcione Bernardes que, na época, era a autoridade máxima, sendo hoje a figura do reitor, descobriu que a BPMRC iria ocupar o prédio, ele me disse que não teria como transferir a biblioteca para lá porque, segundo ele, a FESURV tinha outros planos para aquele espaço. Não desesperei e nem discuti com o diretor da faculdade, porque afinal de contas o prefeito já havia autorizado eu transferir a BPMRC para lá. Passadas algumas semanas, eu descobri o dia em que a FESURV iria desocupar o prédio, então assim que a FESURV ia desocupando o prédio a gente ia entrando com a mudança da biblioteca, quando o diretor da FESURV viu, a BPMRC já estava lá dentro.

De acordo com Cida mesmo depois que a BPMRC mudou de prédio, a FESURV por um breve período de tempo ainda continuou ocupando algumas salas deste espaço. No momento em que Dona Selva me relatava este episódio da mudança da biblioteca, percebi a todo o momento que ela ia trazendo à memória os fatos ocorridos no passado, mas sempre se reportando ao presente como um mecanismo para lembrar do passado, o que de acordo com Halbwachs (2004 p. 75-76): “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”.

Enfim, em 1988, sem nenhuma cerimônia de reinauguração, segundo Sra. Selva, Rio Verde volta a ter uma biblioteca pública no mesmo espaço onde era há 15 anos atrás. Atualmente a BPMRC está instalada em um prédio maior, no centro da cidade, onde o acervo pode ser melhor acomodado, facilitando, assim, o acesso dos leitores à biblioteca.



Ilustração: Prédio da BPMRC, em Rio Verde – GO, 2007.
Fonte: Leonardo Montes Lopes

Com essa mudança, houve a necessidade de ser tomada algumas iniciativas para uma aproximação ainda maior da biblioteca para com a comunidade, ou seja, a aproximação da biblioteca não poderia se limitar apenas geograficamente porque agora ela se localizava no centro da cidade, mas era necessário que houvesse campanhas de divulgação a fim de apresentar à comunidade a importância daquele espaço. Cida relatou o seguinte:

Com o objetivo de divulgar a biblioteca, constituir leitores e atrair pessoas para este espaço, foi que conseguimos uma Kombi da prefeitura, a ornamentamos, colocamos livros dentro da Kombi e íamos para os bairros e escolas, e com isso a criançada ficava

ao redor da Kombi. Contávamos histórias de fantoche, e as crianças tinham todo acesso aos livros, com isso nós atraíamos as crianças e seus pais, e em meio a essas práticas, nós divulgávamos o nome da biblioteca. Outra forma de divulgação que fizemos foi fazer um carro alegórico com o nome da biblioteca, e desfilamos no tradicional desfile de 07 de Setembro que ocorre aqui em Rio Verde.

Segundo Cida, essas iniciativas surtiram um excelente efeito, as crianças ficavam encantadas com as histórias de fantoches, além da oportunidade que tinham de manusear os livros que estavam na Kombi. Isso levava as crianças a terem interesse pelos livros e pela leitura, uma vez que segundo Cida, é necessário que se utilizem formas diferenciadas e dinâmicas para incentivar a prática da leitura nas crianças e adultos.

Uma outra maneira de se divulgar a biblioteca e incentivar as pessoas a frequentá-la, foi um trabalho de conscientização desenvolvido pela BPMRC com os professores da rede municipal de ensino, apresentando a importância de levar seus alunos até a BPMRC. De acordo com a Sra. Selva:

Eu ia pessoalmente de escola em escola conversar com os professores e coordenadores, para que levassem seus alunos até a BPMRC, que elas incentivassem aquelas crianças para a importância de se frequentar um espaço de cultura como é a biblioteca. Outra coisa que eu pedia era que além de levar os alunos, conscientizá-los que aquele espaço era de todos, era do povo, era um espaço de portas abertas para a população rio-verdense, e que então era para eles se apropriarem deste bem cultural.

Esta fala da Sra. Selva representa a intenção de se ter uma biblioteca que de fato atendesse a todas as pessoas, ou seja, a popularização deste bem cultural, idéia que é reforçada por El Far (2006, p.32), quando relata a importância de “livros para o povo, biblioteca para todos ou ainda livros ao alcance de todos”. A Sra. Selva ainda continua explicando que com a realização dessa iniciativa, a frequência de leitores na BPMRC aumentou de forma significativa, as pessoas começaram a despertar de forma expressiva para a prática da leitura e pesquisas no espaço da biblioteca. Outro fator que contribuiu muito para o aumento de pessoas visitando a BPMRC, foi a facilidade de acesso, afinal, agora, a biblioteca se encontrava no centro da cidade. Essa fala é alinhavada na fala de Cida:

A frequência de leitores na BPMRC aumentou de forma impressionante quando ela foi transferida aqui para o centro da cidade, o acesso ficou mais fácil e centralizado, além das campanhas realizadas surtiram um efeito espetacular, com isso as pessoas passaram a visitar mais esse espaço. Com esse aumento de visitantes, foi necessária a contratação de 05 funcionários para trabalharem aqui na BPMRC (Entrevista, 2007).

Esse aumento na frequência de leitores na BPMRC após sua mudança para uma região de melhor acesso, me levou à Bamberger (1986, p.19) quando afirma que vários fatores influenciam para atrair o público para dentro de uma biblioteca, e um desses fatores é a questão do acesso e horário de funcionamento deste ambiente, como afirma: “Muitas vezes ela [biblioteca] não é sequer acessível, nem está aberta em horários que permitam aos alunos e mestres complementar regularmente o seu trabalho com material adequado de leitura”. Isso reforça como foi de grande importância a mudança da BPMRC para uma região mais próxima e de melhor acesso aos leitores rio-verdenses.

Mesmo com a melhoria na frequência e estando em uma região mais centralizada, as campanhas de divulgação e campanhas de punho cultural não paralisaram. Por estar próxima aos bancos situados no centro da cidade, Cida me relatou um trabalho extremamente interessante desenvolvido na BPMRC:

Mesmo com uma maior circulação de pessoas no espaço da BPMRC, percebíamos que era necessário continuarmos com práticas culturais que ultrapassassem as quatro paredes da biblioteca, por estarmos no centro da cidade, próximo aos bancos, tivemos a idéia de levarmos livros para as pessoas que estavam nas filas dos bancos, então levávamos diversos livros, oferecíamos às pessoas ou então as pessoas nos procuravam e escolhiam os livros que queriam ler enquanto estavam na fila à espera de atendimento. Foi uma forma de divulgação da biblioteca e acima de tudo uma maneira inovadora e diferente de levar cultura e conhecimento às pessoas.

Em relação a essa iniciativa da BPMRC, André, funcionário público, disse:

Gostava muito e achava extremamente interessante o fato de a biblioteca ir até o leitor, ainda mais nas filas dos bancos, onde era uma forma de aproveitar o tempo fazendo algo prazeroso e que acrescenta cultura e informação, além de despertar nas pessoas o interesse pela leitura (Entrevista, 2007).

Mesmo esse contato mais rápido com os livros que produzem leituras rápidas, bem objetivas, são leituras que representam e proporcionam prazer. Galzerani (1998) afirma que as leituras feitas no espaço público (nas ruas, nas esquinas, nas praças, nas livrarias, nos bancos, nos bares, nos cafés) por serem feitas nesses espaços não deixam de ser prazerosas. Nesse sentido, nota-se que essa prática cultural desenvolvida pela BPMRC incentivava a prática de leitura, divulgava a existência da biblioteca e contribuía para a distração das pessoas em um momento de espera em filas, segundo as falas da Sra. Selva e da diretora da BPMRC.

Diante deste aumento no fluxo de leitores no espaço da BPMRC, houve a necessidade de aumentar o acervo, já que as pessoas que ali freqüentavam já estavam solicitando uma diversidade maior de livros, nesse sentido, Cassiana, 44 anos, auxiliar administrativa, disse:

Com a mudança da BPMRC para o centro da cidade, a procura pela biblioteca aumentou consideravelmente; com isso, via-se a necessidade do aumento do acervo, lembro-me que muitas vezes os leitores iam em busca de determinados livros e não havia na BPMRC. Diante dessa falta de diversidade de livros, muitas pessoas que freqüentavam a biblioteca já naquela época, inclusive eu, solicitávamos um maior investimento no acervo da biblioteca (Entrevista, 2007).

A única alternativa que se via para aquisição de livros era fazer campanhas em parceria com a comunidade local visando à doação de livros para a biblioteca, desta forma, Sr^a Selva afirma que:

Sempre solicitávamos verbas para compra de livros, mas o poder público não disponibilizava recursos de forma regular para melhoria do acervo, e quando disponibilizava não era um valor suficiente para comprar uma variedade significativa de obras. Desta forma, pensando em melhorar o acervo da BPMRC, foi feita uma campanha de arrecadação de livros, onde os alunos das escolas municipais saíam pelas ruas da cidade, de porta em porta, pedindo livros. Uma camionete vinha em seguida recolhendo os livros que iam sendo doados pela população. Com isso, o acervo aumentou de forma significativa (Entrevista, 2007).

Esse fato marcou muito os cidadãos rio-verdenses, até hoje muitas pessoas comentam este episódio que ocorreu na década de 1980, pessoas que presenciaram este fato relatam que acharam muito interessante a iniciativa de, mesmo sem recursos, o acervo da biblioteca ser aumentado e diversificado. Uma dessas pessoas que presenciou este fato foi o comerciante Sr. Antônio que disse:

Lembro como se fosse hoje aquela grande quantidade de alunos passando pelas ruas de Rio Verde batendo de porta em porta pedindo à população que doasse livros para a biblioteca, me recordo que a camionete ficou com a carroceria lotada de livros, de fato a população participou de forma direta desta campanha, gerando uma bonita interação entre sociedade e biblioteca.

Como se vê, o poder público “delega” sua função de suprir o acervo da biblioteca para o povo. Ou seja, o povo paga impostos mais de uma vez, fazendo doações para o poder público. Onde estão os recursos para a Educação e Cultura, em nível local e nacional? Essas questões me inquietaram de tal modo que fui à procura de respostas para tantas campanhas de doações para o acervo da BPMRC. Ela é ou não é pública? Se é pública, algum órgão tem que lhe

dar sustentabilidade para o real desenvolvimento desse espaço formador de leitores. Nota-se através da entrevista com a Sr^a Selva, que grande parte do acervo da BPMRC foi proveniente de doações, e que solicitações de verbas, junto ao poder público para compra e melhoria do acervo sempre foram feitas, mas poucas vezes essas solicitações foram atendidas. Retomando a fala do Sr. Antônio, percebe-se que essa iniciativa de fato marcou o imaginário coletivo das pessoas, isso me reporta a Duby e Lardreau (1989, p.61): “Efetivamente, a memória e a história, precisamente na medida que é construída sobre farrapos de memória, são obrigatoriamente seletivas”. Ou seja, aquilo que marca, que teve importância fica registrado na memória, essa campanha de aquisição de livros foi um fato que ficou selecionado na memória dos rio-verdenses. Segunda Cida, após a campanha, o balanço feito foi extremamente positivo, uma grande quantidade de livros havia sido arrecadada, clássicos, livros de auto-ajuda, revistas especializadas e até coleções haviam sido doados pela população.

Diante dessas campanhas realizadas, a quantidade de crianças visitando o espaço da BPMRC aumentou muito, foi então que em 1990 foi inaugurada a biblioteca infantil nas dependências da BPMRC, como afirma Cida:

O número de crianças visitando a BPMRC já era muito grande, e não havia um espaço exclusivo, e nem um acervo com uma literatura direcionada para o público infantil, foi então que através de doações conseguimos montar a biblioteca infantil, que no início havia um acervo pequeno, mas já era um início, e aos poucos fomos aumentando o número de livros e elaborando atividades de incentivo à leitura nesse espaço.

Greyce, arquiteta, hoje com 23 anos, lembra que quando criança freqüentava a biblioteca infantil, e afirma que:

Lembro-me que o espaço da biblioteca infantil da BPMRC mesmo com várias limitações sempre me despertava muito a atenção, gostava de passar o tempo ali folheando os livros infantis, olhando as gravuras e lendo. Acredito que as leituras que fiz ali quando criança contribuíram de forma significativa na minha formação enquanto leitora (Entrevista, 2007).

Um espaço exclusivo e especial para as crianças onde elas possam adentrar-se ao mundo da leitura de forma descontraída e prazerosa é de fundamental importância; importância essa que é confirmada por Lajolo (2005, p.32): “A organização do espaço é importante para o sucesso das atividades de leitura, vale a pena estabelecer um clima de informalidade para essas atividades”.

Um fato que ficou marcado na memória das pessoas que participaram e ainda participam da vida da BPMRC, ocorreu no ano de 1991, quando mais uma vez na tentativa de aumentar e diversificar o acervo da biblioteca, deu-se início a mais uma campanha de arrecadação de livros, visto que o poder público alegando dificuldades financeiras, não destinava verbas e nem recursos para compra de livros. Mas essa campanha de 1991 ficou marcada pela origem dos doadores, segundo Cida:

Devido a grande necessidade de aumentarmos e diversificarmos o acervo da BPMRC, nós mandamos ofícios para algumas embaixadas em Brasília solicitando a doação de livros para a biblioteca, e para nossa surpresa certos países, após alguns meses, mandaram uma quantidade significativa de livros para a BPMRC. (Cida)

Diante dessa iniciativa de pedir ajuda a outros países para melhoria do acervo da BPMRC, fica evidenciado que há no Brasil uma dificuldade em atender e entender o problema das bibliotecas devido à:

(...) impossibilidade de analisar as crises da leitura e da biblioteca, sem contextualizá-las histórica, social e politicamente [...] E a concepção de que a popularização do acesso à leitura e à valorização social da biblioteca, no Brasil, são conquistas a serem obtidas pelos atores sociais organizados e comprometidos com a democratização plena da sociedade brasileira (SILVA, W.C. 1999, p.33).

É importante notar que quando há bom andamento de programas de leitura e desenvolvimento das bibliotecas no Brasil é devido aos “atores sociais organizados”. Nesse sentido, a sociedade civil, na ânsia de conquistar um espaço e condições mínimas para suas práticas culturais, chega ao ponto de ter que pedir ajuda a outros países, deixando evidenciado o frágil investimento feito pelo poder público em nosso país nas bibliotecas públicas.

Até o ano de 1996, a BPMRC era vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, mas, em 1997, na gestão da ex-prefeita Nelci Spadoni, a Secretaria da Cultura foi desmembrada da Secretaria da Educação, surgindo desta forma a Secretaria da Cultura, que teve como secretário o Sr. Antônio Arantes. A BPMRC ganhou com esse desmembramento, pois logo que a Secretaria da Cultura foi implantada em 1997, algumas iniciativas financiadas pelo poder público municipal foram tomadas em favor da BPMRC, tais como a inauguração, em 1998, da Gibiteca, nesse mesmo ano a biblioteca teve seu prédio reformado e foram adquiridos 2.500 novos livros com um projeto em parceria com o IMBT (implantação de bibliotecas). Na administração de 2001 até o presente momento, também foi mantida a Secretaria da Cultura, que implantou projetos como

“Biblioteca Amiga da Escola”, “Projeto Mala do Livro nos Distritos de Rio Verde”, que têm contribuído para o incentivo e a prática da leitura.

Esses relatos foram de fundamental importância para que se chegasse a alguns pontos. Foi possível perceber o empenho da Sra. Selva Campos em reconstituir a sua luta em prol da biblioteca, mostrando que “quando se tem vontade política e empenho, é possível realizar muitas coisas em prol da cultura e propagação da leitura”. Nota-se, então, que há uma iniciativa da Sra. Selva Campos, e do Sr. Osório (ex-prefeito) para fundar uma biblioteca pública em Rio Verde, pois eles dizem acreditar que a leitura é uma das principais formas para a transformação de uma sociedade. Quanto a esse esforço em fundar uma nova biblioteca pública em Rio Verde, Alberto Rocco, diretor cinematográfico, reconhece que:

A luta e o esforço da Sra. Selva Campos em fundar uma biblioteca pública em Rio Verde, de fato foi algo muito importante, lembro-me que eram várias as dificuldades na época, como falta de recursos, espaço adequado para abrigar a BPMRC, mas com muito empenho e com o apoio de algumas pessoas, a biblioteca aos poucos foi se fortalecendo e hoje mesmo em meio às dificuldades, vem atendendo vários leitores em Rio Verde, ou seja, todo esforço e luta, estão hoje refletindo positivamente na sociedade rio-verdense (Entrevista, 2007).

Esta reconstrução também evidencia que a presença do leitor no espaço da BPMRC, não é mérito somente das campanhas que foram realizadas de incentivo à leitura, é necessário destacar que “os leitores buscam a leitura” e “a leitura busca os leitores” Chartier (1998, p.90). Desta forma, não basta abrir uma biblioteca como instância cultural territorializada, é preciso ir mais além, a biblioteca tem que se constituir em um espaço de formação de leitores, leitores que lêem para se informar, para se formar e para sentir prazer.

Nesta volta ao passado, muitos entrevistados evidenciaram uma certa nostalgia em relação à época da fundação da biblioteca. Não resta a menor dúvida de que “aquele tempo da fundação da BPMRC” não foi revivido, mas foi reconstituído, pois, como afirma Bosi (1994), lembrar não é reviver, “mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado,” ou seja, as pessoas que vivenciaram os fatos relatados nesta reconstrução, foram ao encontro de Halbwachs (2004) quando afirma que a memória apóia-se no passado vivido.

2.3 Práticas culturais desenvolvidas na BPMRC

É importante representar o espaço da biblioteca como um dos espaços possíveis de aprendizagem e ação cultural², desvinculando-o da visão estática daqueles que o considera ainda, um “depósito de livros” retratando uma imagem ultrapassada de lugar socializado. As bibliotecas devem em sua dinamicidade contribuir para educação e o aprendizado através do acesso e uso da informação, e, portanto, da leitura, favorecendo que os sujeitos construam uma visão crítica e social da realidade.

Nesse sentido, pelas falas dos leitores da BPMRC, através de práticas culturais que vêm sendo desenvolvidas ao longo de sua existência, vêm utilizando essas práticas, como um processo para dinamizar o espaço da biblioteca e proporcionar o fortalecimento da formação de cidadãos - leitores que percebam a biblioteca como um ambiente de aprendizagem e desenvolvimento cultural. Essas práticas pedagógicas e culturais que são desenvolvidas no espaço da biblioteca fortalecem seu papel educacional. Neves (2000, p.218) afirma que a biblioteca dentre muitos papéis deve ser: “Um serviço de informação, que se insere no âmbito dos recursos pedagógicos, ou melhor, constitui-se como um laboratório, por excelência, da práxis educativa (e informacional)”. A partir disso, percebe-se a importância de a biblioteca criar práticas que contribuam para o desenvolvimento e incentivo à leitura. Diante disso, faz-se relevante apresentar algumas atividades e projetos que têm sido desenvolvidos no espaço da BPMRC. Um desses projetos intitulado “Recreação através das Artes”, cujo objetivo é despertar o gosto e o prazer de estar na biblioteca vivenciando momentos de lazer e descontração. O projeto foi idealizado por funcionários da Secretaria da Cultura e é ainda realizado no espaço da BPMRC, onde crianças e adolescentes, alunos da rede pública e privada de ensino, são convidadas a participarem de atividades como dobradura de animais, de objetos, confecções de cartões, pintura guache, recorte de papel, teatrinho, ilustração de histórias, que são desenvolvidas de 15 em 15 dias, com o auxílio do Departamento de Artes da Secretaria de Cultura e funcionários da BPMRC. Pelas falas das crianças e adolescentes, este projeto de fato incentiva a frequência à BPMRC. Sandro, estudante, 10 anos, afirma que:

Gosto de participar dessas atividades aqui na biblioteca, leio várias histórias e poemas, depois faço desenhos e dobraduras das histórias que li, é muito legal, nem vejo o tempo passar.

Já Ana Sara, 11 anos, estudante, relata:

O que mais acho interessante é fazer peças teatrais dos livros que lemos aqui na biblioteca, acho muito bom, parece que estou vivenciando a história do livro na vida real.

Esse projeto cultural me remete a Lajolo (2005, p.31) quando alerta:

Lembre-se sempre de que o projeto é desenvolver a leitura: desenvolver o gosto pela leitura e a competência nela. Assim, recortar papel, contar história, desenhar, fazer teatrinho e atividades similares não têm um fim em si mesmas: são atividades-meio, instrumentos para desenvolver a leitura.

Essas atividades culturais para o incentivo e desenvolvimento da prática da leitura confirmam que através de atividades artísticas é possível formar leitores, já que essas atividades não têm um fim em si mesmas, mas atingem também no desenvolvimento sociocultural dessas crianças e adolescentes que participam desse projeto.

Outro projeto cultural desenvolvido na BPMRC, chamado “Extensão da Biblioteca”, visa levar conhecimento e lazer através dos livros às pessoas que moram nos distritos de Rio Verde, que são: Ouroana, Lagoa do Bauzinho e Riverlândia. A BPMRC mantém através deste projeto um acervo de mais ou menos 2.000 livros em cada distrito, com o objetivo de proporcionar aos cidadãos dessas localidades, a oportunidade e o acesso à leitura, procurando instigar nessas pessoas o interesse e o prazer pela prática da leitura. Bamberger (1986, p. 50) afirma que: “A oportunidade de ler, ou a disponibilidade de livros, representa um papel decisivo no despertar interesses de leitura”. Prova disso é a fala de Carlos Henrique, trabalhador rural, morador do distrito de Lagoa do Bauzinho, que afirma:

A vinda da extensão da BPMRC para os distritos foi muito boa, porque agora os livros estão perto da gente, toda vez que tenho um tempinho vou até a biblioteca e escolho um livro para ler. Isso me faz muito bem porque tenho a sensação que estou próximo do saber. Antes era difícil eu ler um livro, porque quase não tenho livros em casa e a biblioteca era distante, mas graças a Deus a biblioteca veio até a gente.

Juscelaine, estudante, que também residente no distrito de Lagoa do Bauzinho, corrobora a fala de Carlos Henrique:

Com a biblioteca aqui perto da gente, ficou mais fácil até para estudar, temos um lugar para fazer nossas pesquisas escolares, e sempre que posso, gosto de pegar alguns livros para ler, já que se fosse para comprar não teria condições.

Essas falas demonstram que o projeto “Extensão da Biblioteca” está de forma direta colocando à disposição da população desses distritos, livros e conhecimento, o que é um incentivo para o acesso à leitura, em que o livro se torna um instrumento para o desenvolvimento dessas pessoas, até então excluídas desse processo.

Desde 1998, o projeto “Mala do Livro”, financiado pela prefeitura, está em desenvolvimento na BPMRC; esse projeto consiste em montar uma pequena estante que é levada para bairros carentes e distantes do centro da cidade de Rio Verde, onde os leitores têm acesso a uma variedade de livros que passam o dia inteiro nesses bairros. Esse projeto teve uma repercussão tão grande na cidade e na região, que foi divulgado no *Jornal da Segunda*, de Rio Verde-GO no dia 10 de Maio de 1999:



Ilustração: Jornal da Segunda, 10/05/1999
Fonte: Acervo BPMRC

O projeto “Mala do Livro” representa um instrumento na luta contra a desigualdade de acesso à leitura e à informação, levando às pessoas a oportunidade, independente da classe social, sexo ou cor, de se interagir com a leitura, cultura e prazer. De acordo com Silva (1997, p.39):

O problema da leitura no contexto brasileiro deve ser colocado, figurativamente falando, em termos de uma lei-dura, isto é, em termos de um conjunto de restrições agudas que impede a fruição da leitura, do livro, por milhões de leitores em potencial. É essa mesma lei-dura que vem colocar a leitura numa situação de crise, num reflexo de crises maiores presentes em nossa sociedade. Numa sociedade onde estão presentes a injustiça, a desigualdade, a miséria, a fome e a falta de liberdade e democracia (aqui caracterizados como elementos dessa lei-dura), torna-se muito fácil encontrar pessoas

que não têm acesso à informação, aos diferentes referenciais inscritos em diferentes tipos de livros.

Esse projeto foi ampliado financiado pela prefeitura de Rio Verde, para as escolas rurais, e até mesmo assentamentos de Sem-Terra. Só que nesses locais, devido à distância, as estantes com os livros ficam de forma permanente. Visando entrevistar um dos membros do assentamento sobre a atuação deste projeto, consegui após algumas tentativas, falar com Marcelo, trabalhador rural, que na época da implantação da Mala do Livro, fazia parte do assentamento:

Eu fazia parte do assentamento Pontal dos Buritis quando a Mala do Livro foi para lá, lembro como se fosse hoje, foi muito bom, primeiro porque nos sentimos valorizados, mas também foi excelente porque nosso povo passou a ter a oportunidade de alcançar mais conhecimento e lazer através da leitura. Lembro que lá também existia uma sala de alfabetização de adultos, e assim que as pessoas começavam a aprender a ler, elas já começavam a pegar livros na estante e fazer suas leituras. Não havia horário de funcionamento da “Mala do Livro”, as pessoas tinham toda a liberdade de ler na hora que quisesse.

Essa expansão do projeto Mala do Livro para o assentamento, repercutiu de forma muito positiva em toda a sociedade, chegando até ser publicado mais de uma vez no Jornal da Segunda, do dia 14 de Fevereiro de 2000:



Ilustração: Jornal da Segunda 14/02/2000
Fonte: Acervo BPMRC

Percebe-se de acordo com o texto do *Jornal da Segunda*, que é utilizada uma metodologia interessante nesse projeto. Segundo a matéria: “[...] de dois em dois meses os livros existentes nas estantes dos assentamentos e escolas rurais são revezados, com isso cerca de 1000 obras passam pela ‘Mala do Livro’ durante o ano.” Isso proporciona a essas pessoas mais diversidade e opções de leitura, contribuindo para novas descobertas.

Através do projeto Mala do Livro, a BPMRC também chega à Cadeia Pública de Rio Verde, levando aos reeducandos a oportunidade de acesso à leitura e ao conhecimento, como atesta o *Jornal da Segunda* de 13 de Outubro de 1997:

OCTUBRO/97 SITI QUOIS SID
13 14 15 16 17 18 19

JORNAL DA *Segunda*

Mala do Livro

Os detentos da cadeia de Rio Verde estão participando do Projeto Mala do Livro, da Secretaria de Cultura. Para tanto, já receberam uma minibiблиотеca com 150 livros. O projeto tem como objetivo principal criar o hábito da leitura e fortalecer a cidadania na comunidade.

A 4ª Mala de Livros entregue aos presos de Rio Verde tem títulos bastante diversificados. Entre eles há obras de psicologia, contos, revistas e outros. Dentro de dois meses o acervo vai ser renovado. Só então será feito um relatório sobre os tipos de livros que mais interessaram aos detentos.

Nem só os presos terão acesso aos livros. Todos os funcionários da delegacia e os próprios vizinhos da cadeia poderão fazer empréstimos na biblioteca. Para a prefeita Neisi Spadoni, “o projeto é de grande importância, porque pode ajudar os detentos a sair da ociosidade”.

Ilustração: *Jornal da Segunda* 13/10/2000

Fonte: Acervo BPMRC

Na Cadeia Pública de Rio Verde foi criada uma mini-biblioteca como extensão da BPMRC, sendo também utilizada a metodologia de revezamento de livros a cada dois meses. Segundo informações dos funcionários da BPMRC, o que os reeducandos mais gostam de ler são jornais, revistas e livros de auto-ajuda. Com o intuito de saber mais sobre o alcance da leitura na vida dos reeducandos e a importância desse projeto dentro da cadeia pública, procurei a Sra. Lorena, diretora do regime semi-aberto para ver a possibilidade de entrevistar algum reeducando sobre o que eles pensavam do projeto Mala do Livro. De forma extremamente gentil, a Sra. Lorena autorizou-me a fazer a entrevista. No dia e hora agendados, fui à delegacia para a realização da entrevista, e após a minha devida identificação, fui autorizado a conversar com um reeducando de 25 anos, cujo nome foi preservado. Desta forma, foi dado ao entrevistado, o nome fictício de Jorge:

O fato de termos uma mini-biblioteca aqui é muito bom, porque nos é dada a oportunidade de acesso ao conhecimento e a informação. Antes de ser preso nunca havia me despertado para a prática da leitura, mas aqui dentro comecei a me despertar para essa prática. No início via os livros nas prateleiras e não dava muita importância, mas com o passar dos dias e o fato de muitas vezes estar com o tempo ocioso e com a mente vazia, comecei a pegar alguns livros para folhear, e devagar fui começando a me interessar por algumas leituras, principalmente as de auto-ajuda e os jornais. Hoje me considero um leitor, tenho interesse em ler e percebo que a leitura tem trazido muitos benefícios para minha vida, porque agora sou uma pessoa mais informada e aproveito melhor meu tempo aqui dentro; acredito que quando sair daqui terei mais facilidade em compreender muitas coisas do mundo lá fora, e pretendo até voltar a estudar e com isso arrumar um bom emprego e seguir minha vida com dignidade (Entrevista, 2008).



Ilustração: Projeto Mala do Livro na Cadeia Pública de Rio Verde (2008)
Foto: Leonardo Montes Lopes

Percebe-se através da entrevista, que iniciativas como essa, além de valorizar os reeducandos, promovem-lhes uma oportunidade de aprendizado e conhecimento, além do preenchimento do tempo com uma atividade cultural e enriquecedora, o que contribui para o processo de ressocialização e fortalecimento da cidadania.

Projetos como esses apresentados mostram que a BPMRC dentro de suas possibilidades, e com as crescentes solicitações dos leitores, vêm cumprido seu papel sociocultural na formação de leitores. Ou seja, tem levado a leitura a todos, independente do local que as pessoas moram, condição financeira, ideologia ou credo, demonstrando assim seu grande alcance na formação de leitores em Rio Verde.

O “Teatro de Fantoche” é outra atividade cultural desenvolvida por funcionários da Secretaria da Cultura no espaço da BPMRC, quando das visitas que são planejadas pelos professores das escolas de educação infantil à biblioteca, para narração de histórias da literatura

infantil através do teatro de fantoches. A montagem com bonecos e figurinos leva o público infantil a ter uma importante familiarização com técnicas de diálogos, discussão de enredos e personagens, além de atrair, de maneira muito criativa a atenção desses pequenos leitores, levando-os ao prazer e gosto pela leitura, já que o incentivo à prática da leitura deve ser feita também de forma lúdica e atraente.



Ilustração: Casa de fantoches, onde são contadas histórias para o público infantil nas dependências da BPMRC.
Foto: Leonardo Montes Lopes

A BPMRC também desenvolve os projetos chamados “Roda de leitura” e “Hora do Conto”. Crianças das escolas públicas e privadas são convidadas a participarem destes projetos que acontecem quinzenalmente, sendo que as escolas que se interessam em levar seus alunos nesses projetos, planejam e fazem o agendamento da visita junto à BPMRC. Através de dinâmicas, os próprios leitores contam suas histórias, lêem em voz alta trechos de um livro, para posterior discussão. Segundo Cida, o mais interessante destes projetos é que no momento em que as histórias são contadas ou lidas, existe um grande envolvimento e atenção por parte do público presente. Lajolo (2005, p.29) afirma que: “Quando se lê com desenvoltura, quem ouve a leitura pode se envolver nas emoções e sentimentos que uma boa história provoca. Ou pode entender direitinho tudo que um texto informativo traz”. Nota-se que a prática de contação de histórias e leitura em voz alta traz benefícios tanto para quem conta como para quem ouve. Neste projeto, são contadas histórias pelos adultos e pelas próprias crianças, utilizando-se dos mais variados materiais, dependendo da criatividade do contador de histórias ou do seu relacionamento com o público infantil.

Um exemplo de leitora que é fruto das contações de histórias e que também sabe atrair o público infantil ao contar uma história é Maria Inês, 16 anos, estudante, que teve a

contribuição direta da BPMRC para adquirir o gosto e o prazer pela leitura. Em entrevista, Maria Inês afirma:

A BPMRC contribuiu de forma significativa na minha constituição como leitora. Eu comecei a ir à BPMRC através da escola, porque minha professora levava nossa sala com frequência à biblioteca, e lá eram contadas histórias e aquilo me despertava muito, e eu gostava daqueles momentos que passávamos ali. A partir daí, passei a frequentar a biblioteca sozinha, sem que a escola levasse; sempre lia os livros de literatura infantil, e com o passar do tempo, comecei também a contar histórias para as outras crianças que frequentavam a BPMRC. Ou seja, desde os meus oito, nove anos de idade, eu já contava histórias infantis, e isso me fez tão bem e despertou tanto a minha criatividade que já escrevi e publiquei dois livros de literatura infantil (Entrevista, 2007).



Ilustração: Livros escritos por Maria Inês
Fonte: Acervo Maria Inês

Percebe-se que Maria Inês é um exemplo claro da importância da existência das práticas culturais nas bibliotecas, prova de que quando essas práticas são desenvolvidas com seriedade e competência, os frutos com certeza aparecem, mostrando que iniciativa de contar histórias infantis dentro da BPMRC têm resultado no despertar da leitura em uma criança, que hoje já é autora de livros infantis e uma excelente contadora de histórias. É importante ressaltar nessa experiência da Maria Inês, o papel significativo que a escola teve na sua constituição como leitora e escritora, porque afinal a interação entre escola e biblioteca contribuiu para que ela buscasse o mundo da leitura. Nesse sentido, vê-se a importância de as escolas, por meio de seus professores levarem e incentivarem seus alunos a frequentarem uma biblioteca pública, como ocorreu com minha entrevistada. Nesse contexto da relação escola - biblioteca, duas professoras falam sobre o alcance e a contribuição da BPMRC na vida de seus alunos. Laila, professora do ensino fundamental do município de Rio Verde, disse:

Sempre levo meus alunos na BPMRC, acho extremamente importante essa interação entre escola e biblioteca, os alunos gostam muito de estarem presentes naquele espaço.

Quando a gente chega à biblioteca, eles ficam eufóricos para escolher os livros que irão ler e as histórias que irão ouvir. Tenho certeza que atividades como essas, extraclasse, despertam e incentivam os alunos a terem prazer pela leitura e pelos livros. Mas nossa atividade não se encerra lá na BPMRC, quando retornamos para a sala de aula, os alunos compartilham com os colegas as leituras que fizeram, escrevem textos relatando as histórias que leram e ouviram. Além de levar os alunos na BPMRC, acho muito importante que o professor tenha a iniciativa de indicar a seus alunos a biblioteca como um espaço interessante para realização de suas leituras e pesquisas, não deixando que os alunos fiquem limitados somente à biblioteca escolar e às leituras de sala de aula. (Entrevista, 2008)

Milena, professora e coordenadora pedagógica do ensino fundamental, da rede privada de ensino, disse:

A aproximação entre escola e biblioteca acrescenta muito para despertar desde cedo o interesse pela leitura nas crianças. Com frequência levo meus alunos do 3º ano à BPMRC, ao chegar à biblioteca, os deixo à vontade para escolher os livros que mais lhe chamem a atenção, geralmente o que mais os atrai na escolha dos livros são as ilustrações das capas. Assim que eles vão escolhendo os livros, alguns sentam no chão para ler, outros já sentam nas cadeiras, e outros lêem em voz alta para o colega ouvir. Após esse momento de leitura, escolho algumas histórias e conto a eles; sendo que assim que termino, dou oportunidade para que eles também contem suas histórias. Sempre nesses momentos que estamos na BPMRC, reforço os benefícios da leitura, e a importância de estar com frequência na biblioteca. Ao voltarmos para a escola, eu juntamente com os alunos escolhemos algumas histórias lidas e contadas na BPMRC, e fazemos um teatro, onde os atores são os próprios alunos. Esse tipo de atividade envolve as crianças nas histórias e os despertam para novas leituras. (Entrevista, 2008)

Percebe-se através da fala das professoras que a BPMRC tem sido representada como um espaço extremamente importante no incentivo e no apoio às práticas de leitura, deixando evidenciado o alcance significativo da BPMRC na vida de seus alunos. Essas atividades de leitura desenvolvidas pelas professoras Laila e Milena, me remetem a Silva (1995, p. 114-115), quando chama a atenção da importância da interação entre escola e biblioteca, alertando que, para que isso ocorra, é necessário:

Um trabalho de sensibilização junto a professores para:

- valorizar a biblioteca, tornado-a um apoio ao planejamento das aulas bem como ao desenvolvimento da leitura e da pesquisa escolar;
- incentivar os alunos quanto à utilização da biblioteca para leitura, estudos e pesquisas;
- desenvolver atividades de integração com bibliotecários;
- orientar tecnicamente os alunos para a realização de pesquisas.

Esse autor ainda afirma que é extremamente importante a prática da leitura fora dos limites da escola, o que reforça ainda mais atividades como essas desenvolvidas pelas professoras entrevistadas, onde escola e biblioteca se complementam. Outro ponto importante a ser destacado

na fala das professoras, é o fato de os alunos realizarem atividades onde partilham com os colegas as leituras feitas na BPMRC. A esse respeito, Lajolo (2005, p.33) afirma: “Peça sempre que os alunos comentem o que leram. Comentar a leitura é uma boa forma de incentivar o leitor a ‘fazer sentido’ do que lê ou do que ouve ler”.

Com o objetivo de aprofundar ainda mais as relações e o alcance da biblioteca junto às escolas da cidade, analisei o projeto intitulado de “Biblioteca Amiga da Escola”, em que a BPMRC, por meio de seus funcionários, vai até as escolas públicas e particulares de Rio Verde, levando uma variedade de livros e histórias de fantoches, além de diversas atividades que reforçam a importância do ato de ler. Nessas visitas às escolas, também é feito um trabalho de divulgação, onde os alunos são convidados a frequentarem a BPMRC, o que corrobora as idéias de Silva (1995) quando afirma o quanto é importante incentivar alunos e comunidade em geral a frequentarem o espaço da biblioteca.

Outra prática cultural desenvolvida na BPMRC é o “Concurso de Poesias”. A poesia acompanha o homem desde a sua mais tenra idade, através de cantigas de ninar, jogos de palavras e canções folclóricas. A linguagem da poesia aproxima-se do modo de apreensão globalizante da criança e do jovem, estimulando-os para o mundo da leitura. Lajolo (2006, p.24) alerta que: “Tanto a criança à qual se destina a literatura infantil é uma construção, quanto o jovem ao qual se destina a literatura juvenil é outra construção, ambas sociais”. Pude perceber que é com esse objetivo de construir e fortalecer a literatura como uma prática cultural na vida dos leitores que frequentam a BPMRC, que é promovido o concurso de poesias, em que qualquer pessoa pode participar, além das escolas da rede pública e particular da cidade que são convidadas a inscrever seus alunos nesse concurso, o que oportuniza os leitores a expressar sua linguagem através da prática da poesia. Todas as poesias são avaliadas por uma equipe de professores de literatura, em que as melhores são premiadas no mês de outubro juntamente com a comemoração do aniversário da BPMRC e a semana do livro. Ao perguntar para uma leitora assídua da BPMRC chamada Greyce, 25 anos, arquiteta, sobre o que ela achava desse concurso de poesias ela respondeu:

Acho interessante esse concurso de poesias no mês do aniversário da BPMRC, isso com certeza desperta e incentiva nas pessoas um interesse a mais pela literatura, além de descobrir e despertar novos talentos na área literária. (Entrevista, 2007)

O aniversário da BPMRC é comemorado na maioria dos anos e, sempre na semana de seu aniversário, são realizadas festividades que incluem apresentações teatrais, declamações de

poesias, concurso de redação, contação de histórias e demais atividades culturais, sempre visando a aproximação do leitor ao ambiente da biblioteca, como traz a matéria do Jornal *Folha da Cidade* de Rio Verde-GO:

Biblioteca comemora aniversário



ototeca Municipal Campos" comemora o dia 26, seu 20º. Durante os dias 26 em foram realizadas em comemoração Nacional do emorações com participação de alu-

nos e professores da Escola Municipal Maria Ribeiro Costa, do Cemb (Colégio Estadual Martins Borges), Colégio São Tomás, da Escola Bulbina de Campos e Escola Dona Josefina, as quais foram homenageadas. Os leitores-destaque do ano também foram homenageados. Mariana Lello

Martins, a mais jovem, José Alberto Pereira, o mais assistido, Leonor Ferreira Araújo, a mais idosa.



A comemoração contou também com outras atrações, como a leitura da história da Biblioteca Municipal, declamação de poesia por alunos, apresentação do Coral de Línguas (Linguagem Brasileira de

Sinais) da Emef (Escola Municipal de Ensino Fundamental) Maria Ribeiro Costa, do grupo "Fazem Teatral" com a



peça "Os Vendedores", da escola de música "Tom Jobim". A programação concentrou-se em atividades envolvendo a formação cultural, como exposição de livros, cantinho da leitura, teatro de fan-



toches, música e dinâmicas de grupo. A professora e escritora rio-verdense Ana Luiza de Lima foi uma das que ressaltaram a importância do livro.

Projetos
O secretário de Ciência, Tecnologia e Cultura da Prefeitura de Rio Verde, Braz Ronis Ferreira, afirmou durante o evento que existem diver-

soz projetos para a biblioteca. "A prefeitura sempre trabalhou para que as crianças se interessassem pela cultura. Temos vários projetos na Biblioteca Municipal. Com certeza, nos próximos anos da gestão atual, haverá continuidade a estes projetos", disse.

Ilustração: Jornal *Folha da Cidade*, 01 de Novembro de 2004
Fonte: Acervo da BPMRC.

O Dia do Livro é outra festa cultural muito festejada na BPMRC, várias escolas são convidadas a levarem seus alunos à biblioteca. Várias atividades culturais são realizadas, dentre elas a presença de escritores locais que expõem suas obras e têm a oportunidade de falar sobre a importância dos livros e da leitura para o crescimento intelectual das pessoas. Essa atividade se torna uma verdadeira festa da cultura e do saber, repercutindo até mesmo nos jornais.

A festa do conhecimento

Formar desde cedo a consciência da necessidade de cultivar o hábito da leitura. Com esse objetivo, a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Cultura, através da Biblioteca Municipal, realizou as comemorações pelo 20º aniversário da Biblioteca Municipal Brasileira Campos e a 11ª Semana Nacional do Livro.

A programação ocorreu nos dias 26 a 29 de outubro e contou com declamação de poemas, teatro, música, palestras, distribuição de brindes, exposição de livros e Continho da Leitura. Mariana Lello Martins, leitora mais jovem da Biblioteca, foi homenageada - assim como José Alberto Pereira (o mais assistido) e Thomaz Leonor Ferreira Araújo (a mais idosa). A Biblioteca Municipal do Colégio Estadual Martins Borges e o Colégio São Tomás (COTEM) também foram homenageadas, por possuírem os alunos que mais frequentam o local.

O espaço
Contando com um acervo de aproximadamente 17.500 títulos disponíveis para consulta, a Biblioteca Municipal Brasileira conta com mais dificuldades e realiza dinâmicas para incentivar o hábito da leitura.



Para ter acesso ao acervo de 17.500 títulos disponíveis na Biblioteca basta fazer uma consulta em Inglês e Espanhol, nas máquinas de todos os anos, a direção promoveu projetos educativos. A "Festa do Livro" já existe há cinco anos e funciona sempre entre bibliotecas envolvidas. Levando livros de escolas rurais. O projeto "Biblioteca Amiga da Escola" conta com livros brancos, mas também os leitores com mais dificuldades e realiza dinâmicas para incentivar o hábito da leitura.

Esporadicamente, há palestras de teatro de fantoches e apresentações de música e dança.

Outra ideia que vem sendo criada é a implantação de estações da Biblioteca. Elas já estão presentes nos distritos de Ourizona, Buzandinha e Lagoa do Bonfim e no Bairro Cota Anual, além de outros do perímetro.

Com 200 alunos visitantes, a Biblioteca distribuirá livros para os alunos do Ensino Fundamental, nº 500. Para ser

selecione e poder desfrutar do acervo, basta fazer a matrícula. Levando um real para o pagamento da taxa, além de contribuir a melhoria do relacionamento e o crescimento da biblioteca. Os empréstimos são gratuitos e cada usuário pode fazer até três empréstimos durante o período de uma semana. Os livros de consulta só podem ser retirados da Biblioteca da semana a ser devolvida para a biblioteca seguinte. (B.D.)

Jornal *O Mercador*, 22 de Outubro de 2004
Fonte: Acervo da BPMRC.

Percebe-se através da matéria do jornal *O Mercador*, de Rio Verde-GO, que são quatro dias de muitas festividades na BPMRC, onde escolas da cidade se fazem presentes para

participarem de atividades culturais diversas, o que proporciona maior interação entre escolas e a BPMRC. Outra atividade interessante relatada em um dos trechos dessa matéria, é que: “[...] na festa do conhecimento são feitas homenagens aos leitores mais assíduos da biblioteca, além da homenagem aos colégios que possuem os alunos que mais freqüentam a BPMRC”. Festividades como essas valorizam e aproximam a comunidade do espaço da biblioteca, além de incentivar a prática e o prazer pela leitura.



Ilustração: Festa de homenagem a leitores assíduos na BPMRC.
Foto: Leonardo Montes Lopes

Segundo Cida, os projetos relatados são as principais atividades culturais desenvolvidas na BPMRC. Mesmo diante das dificuldades de recursos financeiros e humanos para ajudarem na sustentação desses projetos, eles continuam existindo atraindo leitores para o espaço da biblioteca, ou até mesmo levando os livros aos locais de difícil acesso, tendo sempre como meta a formação de leitores e incentivo a uma leitura que proporcione cultura e prazer. Acredito que através de práticas culturais como essas desenvolvidas na BPMRC é possível que a biblioteca se torne um espaço para fortalecer e auxiliar na formação de uma nova sociedade, a partir de um acervo rico, crítico, que dê liberdade ao leitor de concordar, discordar e, por que não, transformar os discursos reprodutores.

É necessário que se deixe claro que o papel de uma biblioteca não pode se limitar meramente em apenas deixar suas portas abertas para a visitação do público leitor; a biblioteca deve ter projetos e práticas culturais que visem à popularização e o acesso ao livro a todos os cidadãos. Silva (1997, p.30) ressalta a importância de se ter: “... uma política de leitura, que, mobilizando diferentes segmentos sociais, possibilite a popularização do livro e sua circulação,

livre e desimpedida, sobretudo entre os setores mais carentes da população”. É através de práticas culturais desenvolvidas pela biblioteca, com o apoio de políticas públicas que envolvam os meios de comunicação, a escola e a família, que se pode chegar a tão sonhada popularização do livro e da leitura em nosso país.

2.4 Biblioteca: em busca de políticas públicas e investimentos

Ao longo desse trabalho, leitores e autores têm demonstrado que a biblioteca têm contribuído para a democratização da informação e, deste modo um pequeno caminho para inclusão social, além de ser uma fonte de lazer e conhecimento. Sendo assim, este espaço é de fundamental importância para o desenvolvimento cultural da sociedade; afinal, o acesso à leitura faz com que as pessoas ampliem seus conhecimentos e vislumbrem novos horizontes, tornando a leitura algo essencial para o crescimento intelectual de uma nação. Bamberger (1986, p.12,13) afirma:

A leitura e os livros têm hoje um novo significado e já não basta a uma pessoa completar sua educação escolar (...) tornou-se indispensável que um número maior de pessoas leia. Além disso, em face da riqueza infinita e constantemente ampliada de assuntos e áreas de informação a serem publicados, a escolha individual é cada vez mais importante.

Diante dessa necessidade e importância de acesso à leitura, percebe-se que o papel da biblioteca pública passa a ser de vital importância na medida em que contribui como um grande centro disseminador da informação, atuando, principalmente como um dos espaços para diminuir as desigualdades existentes na sociedade brasileira. Desta forma, Chartier (1998, p.123) faz uma alerta às bibliotecas municipais “no sentido de assegurar a leitura como uma atividade pública”, e ainda continua dizendo da importância de “que a biblioteca saia de seus muros e vá ao encontro dos leitores”.

À medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente à comunidade, ela passará a ser um dos caminhos que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação. Isso é de extraordinária importância em um país onde a desinformação atinge altas proporções e, sem essa oportunidade, milhares de pessoas jamais terão o prazer de entender e de ter noção dos seus direitos e deveres em uma sociedade globalizada. Assim, o acesso à informação e à leitura nos novos tempos significa um dos investimentos adequados para diminuir

as desigualdades socioeducacionais e as mais diversas formas de dominação impostas na sociedade contemporânea. Nesse contexto, formar o leitor crítico é de vital importância para perceber a realidade através das suas contradições.

Nesse sentido, Cunha (1978) comenta que a biblioteca pública tem o papel de ser a instituição capaz de contribuir para o contato e cultivo de valores humanos, estimulando a convivência com outras culturas, acesso à leitura, levando ao conhecimento das raízes culturais, e o desenvolvimento de culturas locais, além de libertar as pessoas de forma que elas se desenvolvam e se reconheçam como cidadãos interagidos com a sociedade, no sentido de transformá-la.

Percebe-se assim, a importância, o significado das bibliotecas e a responsabilidade a ela destinados. Mas, para que as bibliotecas públicas tenham condições de cumprir seu papel de disseminadora da cultura e leitura, é necessário que o poder público, em todas as esferas, faça investimentos e dê sustentabilidade para que elas possam exercer de forma significativa, diferenciada e com qualidade seu exercício cultural. Infelizmente, a realidade tem nos mostrado que o poder público, muitas vezes, não vem dando a devida atenção às bibliotecas públicas. Faltam-lhe visão, ousadia e coragem em fazer mudanças radicais nas bibliotecas públicas de nosso país, principalmente, nas bibliotecas do interior do Brasil. Faltam investimentos na cultura em geral, e as bibliotecas públicas terminam sendo desprezadas em termos de prioridade administrativa e visibilidade social. A maioria das bibliotecas sobrevivem de doações esporádicas, e são profundamente carentes de livros, revistas, periódicos, jornais, bem como boas condições físicas para se ter uma leitura prazerosa.

Com efeito, as bibliotecas públicas não são vistas com a devida seriedade e não são priorizadas pelo poder público em nosso país. Investimentos em livros, jornais, revistas, “dvd’s”, são considerados gastos “desnecessários”, já que o poder nega investimento em informação, cultura e conhecimento. Essa falta de investimentos do poder público em leitura e bibliotecas públicas em nosso país é proveniente do temor de se ter que lidar com uma sociedade informada e com conhecimento apurado, uma vez que

[...] a leitura, enquanto ação, não se resolve apenas no ato individual, se não que reflete uma ação política do Estado e de seus cidadãos. Porque, se a leitura é um processo individual inaugurado a partir da alfabetização, o acesso a esta última depende da organização da sociedade e do estado que ajuda a mantê-la e a reproduzi-la. E ambos – Sociedade e Estado – podem estar mais ou menos interessados na disseminação do conhecimento à disposição, já que a posse deste gera uma maior mobilidade dos grupos humanos, assim como um aumento qualitativo da capacidade crítica dos indivíduos e, portanto, de seu potencial reivindicatório (SILVA, 1997, p.30).

Como se percebe, a problemática é realmente séria e difícil de ser solucionada devido à natureza dos entraves que barram o desenvolvimento e os investimentos na leitura e nas bibliotecas em nosso país. Acredito que a saída é apresentar cada vez mais à sociedade, a leitura como uma prática social que serve para o desenvolvimento do homem e, essencial para sua participação na sociedade. Diante disso, é necessário sempre ter formas de lutas contra a irracionalidade, dominação e manipulação a favor de uma nova sociedade, onde todos tenham a oportunidade de usufruir dos livros e de outros bens culturais e materiais, tendo acesso à leitura e a outros tipos de informação, veiculados pelos vários materiais impressos que circulam na biblioteca e na sociedade.

Na ânsia de reverter essa situação de pouco investimento nas bibliotecas públicas, é importante reforçar esse espaço cultural, porque é essencial que toda sociedade tenha consciência da importância das bibliotecas no suporte ao ensino e à educação. Nessa sociedade injusta e desigual, reivindicar investimentos para as bibliotecas públicas é garantir a uma grande parte da população brasileira (hoje excluída) o acesso à informação e à cultura para a continuação dos seus estudos.

A falta de grandes investimentos por parte do poder público nas bibliotecas brasileiras, também afeta a biblioteca em estudo BPMRC. Um dos pontos que necessita de investimentos é em sua estrutura física. O prédio em que funciona a biblioteca já tem mais de 25 anos e, neste período, foram realizadas apenas reformas superficiais. Atualmente, o prédio já não comporta de forma ideal o grande movimento de pessoas, não proporcionando ao leitor o conforto devido. A falta de um prédio maior e com melhor estrutura para acomodar a BPMRC foi algo que sempre me incomodou como leitor, e este incômodo aumentou ainda mais quando no decorrer desta pesquisa, pude ver de mais perto ainda a necessidade de reforma e ampliação do prédio da biblioteca. Diante desta realidade, senti-se incomodado enquanto leitor e pesquisador em saber de fato o porquê de uma não reforma e ampliação da BPMRC. Procurei o Secretário da Cultura, Sr. Marat de Souza, para que em entrevista, ele me relatasse os projetos e as perspectivas do poder público municipal em relação à BPMRC. O secretário se colocou à disposição e me recebeu de forma receptiva e atenciosa em seu gabinete. Ao começar a entrevista, perguntei-lhe porque a prefeitura não disponibilizava recursos para reformar e ampliar o prédio da BPMRC. O secretário respondeu:

Eu tenho em minhas mãos, um quadro de detalhamento das despesas que nós estamos executando no ano de 2007. Esse quadro de detalhamento foi planejado no orçamento de 2007, então sempre no ano anterior a câmara aprova um projeto anual de orçamento, e também um projeto plurianual. Nos dois projetos que a câmara de vereadores aprovou no ano passado, nós prevíamos a reforma e a ampliação da BPMRC. A secretaria da cultura é em questões orçamentárias a menor unidade dentro do município de Rio Verde, o nosso orçamento anual é estimado em 1 milhão e 200 mil Reais, aí inclusas todas as despesas, inclusive despesas com Recursos Humanos. Mas dentro desse orçamento, nós estimamos uma verba de aproximadamente 122 mil reais para ampliação e reforma da BPMRC; no entanto, a execução desta obra ficou comprometida porque nós tivemos uma queda significativa na arrecadação de receita do município. Ainda assim nós tentamos, aí eu contei com a colaboração de um arquiteto aqui de Rio Verde e nós tivemos o desprendimento de fazer o levantamento da planta baixa da BPMRC. Fizemos então uma proposta de reforma e apresentamos essa proposta para o BNDES, que tem fonte de capital previsto para isso. Eram cinco etapas, e esse projeto de ampliação e reforma conseguiu passar por quatro etapas, e por falta de apoio político no congresso ou no senado que sensibilizasse por nossa causa, o projeto não foi aprovado. Agora eu te digo que o dever de casa foi feito, mas caso eu esteja na frente da secretaria no ano de 2008, eu estarei lutando com unhas e dentes para a concretização da reforma e ampliação da BPMRC. (Entrevista, 2007)

Nota-se que a falta de verbas é o argumento mais utilizado pelo poder público para a ausência de investimentos nas bibliotecas públicas. O que fazer então com os leitores que buscam a leitura? Se o acesso à informação é um dos processos essenciais para a formação de leitores – cidadãos críticos, constituindo-se, portanto em um direito de todos da sociedade. Há necessidade de se considerar a biblioteca como um serviço público, ou seja, do povo para o povo, que não é uma categoria abstrata, mas concreta e historicamente situada.

Assim, a propalada “crise” de leitura no Brasil e também em Goiás possui uma outra face da moeda que deve ser desvelada, contrapondo-se leituras, leitores e políticas públicas de formação de leitores dentro de um projeto mais amplo de desenvolvimento social que indicam o acesso e a manutenção de todos os direitos de cidadania. A fala de Silva (1995, p.37) alerta para as “estratégias do poder”.

A crise da leitura no Brasil não é, em essência, uma crise, mas um programa muito bem planejado por aqueles que detêm o poder. À classe dominante não interessa que o povo tenha acesso ao conhecimento através do livro; o importante é manter o povo na ignorância de modo que as causas primeiras da miséria, da marginalização social e cultural sejam obscurecidas ao máximo. Acredito que a tomada de consciência sobre a verdadeira gênese da crise da leitura no Brasil seja um primeiro passo para a sua superação e transformação.

A falta de investimentos na reforma e ampliação da BPMRC, de forma direta ou indireta, se transforma em um conjunto de restrições agudas que impede a fruição da leitura e do livro apontada acima pelo autor. É necessário que se deixe claro que para a realização e

apropriação da leitura sistematizada é importante que ela seja realizada em um espaço agradável e estimulante, daí a necessidade de uma biblioteca confortável e aconchegante.

De acordo com a publicação feita pelo Departamento de Processos Técnicos, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, órgão ligado ao Ministério da Cultura (1999, p. 25), alguns requisitos são indispensáveis em um prédio que acomoda uma biblioteca pública, dentre estes requisitos estão:

- O prédio da biblioteca deve ser planejado e construído de acordo com as necessidades dos serviços a serem oferecidos, adaptados para tal.
- O ambiente deve ser bastante amplo, para possibilitar a separação do acervo dos locais de consulta e leitura, e permitir acomodações confortáveis para os usuários. A biblioteca deve ser um ambiente agradável, um local onde se goste de ir, onde seja bom permanecer.

Novamente, fica evidenciada a tamanha importância de se ter uma biblioteca atraente e confortável, o que influi de forma expressiva na promoção e dinamização da leitura neste espaço. Maria Inês, leitora e escritora, ao ser perguntada sobre estes requisitos para um prédio acomodar uma biblioteca pública, disse:

O cumprimento desses requisitos seria o ideal, mas infelizmente percebe-se que a maioria das bibliotecas públicas no Brasil, principalmente as do interior, não tem prédios que se adequam a esses requisitos citados. A verdade é que se o poder público investisse na modernização dos prédios que acomodam as bibliotecas, na compra de móveis, equipamentos e atualização do acervo, com certeza o interesse das pessoas em frequentar as bibliotecas seria bem maior. (Entrevista, 2008)

Diante dos requisitos citados acima para acomodar uma biblioteca, e da fala da escritora, reafirma-se mais uma vez a necessidade do poder público de Rio Verde viabilizar verbas e priorizar a reforma da BPMRC, o que com certeza irá promover ainda mais a leitura e a cultura neste município.

Outro questionamento levantado em entrevista com o secretário da cultura Marat de Souza foi em relação a investimentos na compra de livros para a BPMRC. No acervo da biblioteca, existem muitos livros provenientes de doações, mas não posso considerá-los como um acervo ruim ou péssimo, há de se reconhecer que se trata de um acervo que vem fomentando, dentro de suas limitações, as necessidades dos leitores que ali frequentam, onde existem muitos livros e revistas que contribuem de forma direta para o crescimento cultural desses leitores. Mas, é necessário que a atualização do acervo e sua diversificação seja constante nesse espaço, o que leva Abreu (2001) a afirmar que para que o leitor possa se constituir enquanto tal, é necessário o

acesso a uma diversidade de livros e de uma variedade de materiais impressos que envolvam o universo letrado, além da integração desse leitor no universo que tem a escrita como código oficial, para que ele possa, constituindo-se na e pela linguagem, compreender a realidade e atuar sobre ela. O discurso oficial reafirma as falas de Silva e Abreu, o que é muito contraditório em relação às condições de funcionamento das bibliotecas públicas no Brasil.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (1999, p.30) afirma que:

Numa biblioteca pública o acervo será constituído por todo tipo de material que possa contribuir para atender às necessidades informacionais, educativas e de lazer da comunidade a que pretende atender. É base da biblioteca.

Critérios para seleção do acervo:

- Conheça a comunidade local para poder atender a todas as suas necessidades de informação.
- Não deixe faltar obras sobre assuntos da atualidade.
- Forme coleções de obras relativas à história, geografia, folclore, literatura e etc, sobre a região ou escritas por autores locais.

Realmente, os leitores tendem muito a ganhar, se esse discurso oficial saísse do papel e se concretizasse em projetos que atingem as bibliotecas, sejam públicas, comunitárias, ou escolares.

O cumprimento destes critérios é de fundamental importância para o bom andamento da biblioteca. Interrogado quanto a investimentos ou repasse de verbas por parte do poder público para compra e atualização do acervo, o Secretário da Cultura, Marat de Souza respondeu:

Na medida do possível estamos adquirindo livros para a BPMRC. Quando são disponibilizados recursos, é feita uma análise das áreas que mais estão carentes de livros e desta forma efetuamos a compra; mas, infelizmente, a renovação e atualização do acervo não é feita com frequência, porque estamos presos a recursos financeiros, mas estamos fazendo de tudo para viabilizar recursos para enriquecermos ainda mais o acervo da BPMRC. Eu sinto que nós temos condições para isso, mas é importante que empresas privadas, sociedade civil, comunidade em geral, juntem forças para que unidos possamos reformular e ampliar ainda mais o acervo da biblioteca. (Entrevista, 2007)

Mais uma vez os recursos financeiros, segundo o secretário, impedem investimentos na melhoria e diversificação do acervo da BPMRC que, hoje segundo dados existentes na biblioteca, conta com um acervo de aproximadamente 18.000 livros, sendo 5.000 em literatura, 2.600 em literatura infantil e infanto - juvenil, 7.400 livros de pesquisas de diversas áreas do conhecimento tais como humanas, exatas, agrárias, e 800 periódicos entre outros. O secretário, em sua entrevista, afirma a necessidade de parcerias com empresas privadas, comunidade e outras instituições, acreditando que seja uma forma viável para a solução problema, mas é necessário

deixar claro que “A manutenção das bibliotecas públicas municipais, estaduais e federais são de responsabilidade, respectivamente, da prefeitura, do governo estadual e federal” (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (1999, p.27). Portanto, cabe a esses órgãos públicos priorizarem recursos para os devidos investimentos e manutenção destes espaços. Até mesmo os meios de comunicação através da imprensa escrita publicaram algumas matérias mostrando que a falta de investimento na compra de livros para a BPMRC é algo preocupante, como alerta o jornal *O Mercado*, numa matéria de 05 de Novembro de 2001:

O MERCADOR De 05 a 12 de novembro de 2001

Acervo da Biblioteca Municipal é insuficiente para atender público

A Biblioteca Municipal Rosalino Campos completou no último mês 17 anos de funcionamento. Atualmente, ela mantém um acervo de 15 mil livros, com temas nas diversas áreas de pesquisa e entretenimento, além de revistas e jornais. Todo o acervo é, na sua maioria, doação da comunidade.

Os livros mais procurados são os de pedagogia, informática para atender a demanda. Cerca de 1500 pessoas por semana visitam a Biblioteca Municipal, em suas salas de leitura.

Os livros de pesquisa são emprestados apenas nos fins de semana. Existem 9200 cadastros. “As vezes acontece de arriscarem páginas. Muitos levam para tirar cópias e só devolvem após três dias”, informou a coordenadora da Biblioteca, Maria Aparecida Leida.

Uma campanha para aquisição de novos livros de pesquisa, parafiláticas e de títulos recém lançados, está em curso há dois meses. Dois rapazes do Projeto Lar, devidamente identificados, percorrem empresas e particulares, requisitando ajuda em dinheiro, que poderá ser abatido, posteriormente, do imposto de renda.

Um evento será realizado e os livros adquiridos serão expostos à comunidade. A expectativa da coordenadora é arrecadar cerca de 3 mil livros. Na última campanha, realizada em 99, conseguiram 2500.

A Biblioteca Municipal, coordenada pela Secretaria de Ciências Tecnologia e Cultura, também está realizando desde o início do ano, curso de espanhol. A mensalidade é de 15 reais. São 48 alunos, a maioria entre 12 a 26 anos de idade. Todos, recebem certificados no final.

Na última semana, os livros mais procurados são os relacionados a cloragem e terrorismo. Na literatura, a grande procura é pelos títulos indicados para vestibular. A coordenadora da Biblioteca informou também que a procura pelo tema espírita e livros de auto-ajuda vem aumentando consideravelmente.



A única biblioteca pública da cidade mantém regularmente doações, em detrimento ao livro

7007
BPMRC - 2001

Ilustração: Jornal *O Mercado*, 05/11/2001

Fonte: Acervo da BPMRC

Nota-se, segundo a matéria do Jornal *O Mercado*, que uma parte significativa do acervo da BPMRC é proveniente de doações feitas pela comunidade, e que esse acervo muitas vezes não consegue atender com qualidade o grande número de leitores que procuram a BPMRC. Percebe-se desta forma a negligência por parte do poder público na compra de livros, deixando essa responsabilidade para a população através de “doações”. O ex-prefeito, Osório Leão Santa Cruz, relata que:

Existe negligência por parte da maioria dos políticos no que diz respeito a investimento na cultura. Assumo que inclusive da minha parte. Hoje tenho uma outra visão sobre educação e cultura, acredito que o investimento em educação e cultura deve ser prioridade em qualquer administração; mas infelizmente é necessário que os políticos reflitam um pouco mais sobre o valor da cultura; por exemplo, o poder legislativo preocupa muito pouco com a educação e cultura, eu nunca fui procurado por nenhum vereador para melhorar a situação da BPMRC ou colocar algum livro lá dentro, eu tenho certeza absoluta que eu nunca fui cobrado por nenhum vereador nesse sentido, mas para outras coisas como investimento em áreas de maior visibilidade, era

procurado todos os dias. Inclusive era muito procurado por eles para nomeação de aliados políticos. (Entrevista, 2007)

A falta de investimentos nas bibliotecas públicas não se restringe apenas na cidade de Rio Verde. O Jornal *O Popular*, de Goiânia-GO, do dia 23 de Setembro de 2007, traz uma matéria intitulada “Escreveu não Leu...” onde é discutida a falta de investimentos do poder público na compra de acervo, capacitação profissional e infra-estrutura nas bibliotecas públicas da capital e do interior de Goiás. A matéria afirma que “[...] as bibliotecas públicas de Goiânia e de algumas das principais cidades do interior de Goiás, tais como Itumbiara, Porangatu, Anápolis, Rio Verde e Jataí, existe uma enorme falta de investimentos na infra-estrutura e na compra de acervo para essas bibliotecas”. A matéria continua afirmando que “[...] grande parte dos livros são provenientes de doações feitas pela comunidade e empresas locais”. Isso demonstra a falta de interesse por parte do poder público em investir na manutenção desses espaços de leitura e cultura. Nesse sentido, Caldas (2005, p. 76) registra que: “sem verba e investimentos, a BP se torna um instrumento de controle pelo Estado, pois não tem autonomia para se desenvolver”.

Diante dessa realidade, Milanesi (2002, p.96) afirma que isso interfere de forma direta em toda a ação cultural que é desenvolvida pela biblioteca:

Ação cultural não é uma atividade possível de ser desenvolvida se a biblioteca não possuir um acervo onde determinadas informações estejam disponíveis. Para cada atividade cultural é necessário que todos os registros sobre o tema de ação sejam conhecidos. Como ação cultural e criatividade são elementos que se integram, é requisito básico conhecer o que já foi criado numa tentativa de encurtar o caminho entre o já visto e o novo.

Outro investimento que deve ser feito na BPMRC, é a contratação de um bibliotecário, pois a biblioteca não possui em seu quadro de pessoal este profissional. A respeito desta falta de bibliotecários nas bibliotecas, em palestra proferida no 16º COLE, no ano de 2007 em Campinas – SP, o professor Ezequiel Theodoro Silva afirmou que para a melhoria e visando à qualidade nos serviços desempenhados em uma biblioteca, é essencial a presença do bibliotecário e ainda disse mais que a área de biblioteconomia é tratada com muito desprezo em nosso país.

Já foi comentado no primeiro capítulo deste trabalho a importância e relevância do trabalho do bibliotecário no enriquecimento da prestação de serviços na biblioteca e, também, na promoção do leitor neste ambiente. Assim, de acordo com a Lei 9.674 de 26 de Junho de 1998, capítulo 8º, parágrafo 3º, do Conselho Federal de Biblioteconomia, somente as cidades com até

10.000 habitantes e com uma biblioteca com menos de 200 exemplares pode funcionar sem um bibliotecário. Diante disso, o Secretário da Cultura, Sr. Marat de Souza, questionado sobre a ausência deste profissional na BPMRC, argumenta:

Olha muito oportuno seu questionamento. Eu tive a oportunidade no ano de 2006 de promover a reforma do estatuto da Fundação Municipal de Cultura; nessa reforma do estatuto, nós criamos um quadro de pessoal, dentro desse quadro, nós estabelecemos que teríamos a vaga para um bibliotecário, e está assegurado por lei, inclusive já passou pela câmara dos vereadores, já foi aprovado, e, no entanto nós já estamos nos trâmites para viabilizar o ingresso deste bibliotecário, que deverá ser por concurso público, mas a realização de um concurso público não é algo simples de se realizar, mas nós já estamos viabilizando a realização deste concurso, e no mais breve possível nós já teremos esse profissional presente na BPMRC (Entrevista, 2007).

A BPMRC, portanto, terá que esperar concurso que, segundo o Sr. Marat, sairá “o mais breve possível”. Atualmente, a BPMRC conta com 11 funcionários desempenhando as seguintes funções: Maria Aparecida Loyola Machado, diretora; Togildo Parreira de Souza, secretário; Alba Batista de Souza, auxiliar de biblioteca; Edercina Souza Almeida, auxiliar de biblioteca; Edson Antônio Moraes Cunha, auxiliar de biblioteca; Floryaci Paiva Barbieri, auxiliar de biblioteca; Horaides Maria de Oliveira, auxiliar de biblioteca; Ione Loyola, auxiliar de biblioteca; Valdívia de Fátima Alves de Oliveira, auxiliar de serviços gerais; Domingos Matias dos Santos, guarda-diurno e Manuel dos Santos, guarda-noturno. Quanto à falta de um bibliotecário no quadro de funcionários, Togildo, secretário da BPMRC disse:

Seria muito bom se tivéssemos um bibliotecário presente aqui na BPMRC, com certeza esse profissional iria acrescentar muito quanto à organização e catalogação dos livros, no controle de saídas e devoluções do acervo, no atendimento ao público, na escolha de compra de livros e muito mais; não se esquecendo que até mesmo nós funcionários iríamos nos aperfeiçoar mais através do contato e experiência desse profissional. (Entrevista, 2008).

Diante dessa realidade da BPMRC não contar ainda com um bibliotecário, a necessidade de qualificação e aperfeiçoamento dos funcionários que trabalham na biblioteca se torna algo primordial, já que esses funcionários não têm o acompanhamento de um profissional graduado na área. Interrogado quanto a programas de qualificação e treinamento dessas pessoas, o secretário, Sr. Marat de Souza, disse:

Eu tenho procurado, sim, possibilitar todo um acesso a informação e qualificação dos funcionários da biblioteca a cursos correlatos à área da leitura e biblioteconomia. Os funcionários, logo que eu assumi a secretaria no ano de 2005, foram até Goiânia onde ocorreu a bienal do livro, e ali foram proferidas várias palestras e os funcionários

conseguiram conhecer melhor o que estava acontecendo no mundo da literatura, os lançamentos, seminários onde eram abordados temas voltados para o tratamento ao público nas bibliotecas, e muito mais. Mas nós sentimos muita falta de cursos voltados para esses funcionários em nossa região, cursos que pudessem estar promovendo e intensificando ainda mais a atualização destes profissionais. Mas mesmo diante dessas dificuldades, sempre que surgem as oportunidades, esses funcionários recebem cursos de qualificação. É necessário que se deixe claro que na BPMRC, o tratamento para com os leitores é humanizado, sempre tratando o leitor com dignidade e satisfação; e temos sim muitas metas a serem atingidas quanto à qualificação destes profissionais (Entrevista, 2007).

Esta busca em qualificar e atualizar os funcionários da BPMRC é de extrema importância, já que tanto os funcionários de uma biblioteca como o bibliotecário são profissionais que devem ter um contato direto com o público leitor. Neste contato, é necessário que esses profissionais consigam desempenhar uma série de atividades que necessitam de constante qualificação. Martins (2002, p. 335) afirma: “Nos seus contatos pessoais com o leitor, o bibliotecário deve ser, igualmente, um ‘conselheiro da leitura’. Nesse particular, ele pode opinar com eficácia seja na leitura dirigida, seja na edição dirigida [...] aconselhando ou sugerindo uma leitura [...]”.

Percebe-se que a BPMRC necessita de políticas públicas consolidadas que dêem suporte aos programas que valorizem a leitura e a formação de leitores. Nesse sentido, nota-se que a falta de investimentos e de políticas voltadas para as bibliotecas é algo antigo em nosso país, ficando evidenciado que a história de leitura no Brasil tem sido composta de muitos desencontros entre políticos, governo e o povo. É assim uma história de grandes controvérsias, imposições e descontinuidades que tem dificultado a criação e o desenvolvimento de bibliotecas públicas e de programas de leitura no país. Esse cenário de falta de recursos tem atingido as bibliotecas públicas brasileiras e, em especial, a BPMRC de Rio Verde.

Com todas essas questões levantadas em relação à falta de investimentos e de acervo limitado na BPMRC, é importante destacar que os funcionários têm tentado desenvolver constantemente práticas culturais criativas, com o objetivo de levar crianças e adultos às informações e ao prazer e entretenimento proporcionado pela leitura. Mas, e os leitores que dão vida à leitura? Quais os sentidos de suas práticas de leituras? Quais suas representações? Essas representações gestadas nas suas práticas têm transformado a realidade da BPMRC? Essas são questões para serem compartilhadas uma vez que a biblioteca não tem vida sem as práticas e representações de leitura dos leitores.

Notas

1 Com a regulamentação da (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, foi feita a fusão do antigo curso primário (com quatro anos de duração), e do curso ginásial, com quatro anos de duração, sendo que desta fusão surgiu o então Ensino Fundamental.

2 A Ação Cultural proposta por Freire (1982) é a de fazer dos indivíduos parte de sua realidade, e isso não pode ser imposto pela cultura das classes dominantes. Para o autor, o indivíduo não pode ter uma visão do mundo se esta não for comparada com a visão do mundo de outra pessoa. Desta forma, ação cultural idealizada pelo autor conscientiza e liberta o público das suas barreiras, através da educação, cultura e faz o indivíduo ter uma visão mais ampla do mundo.

CAPÍTULO 3

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ROSULINO CAMPOS: práticas e representações de leitura

3.1 BPMRC: apropriação de leituras e de linguagens

A história da leitura está entrelaçada com a história da humanidade, pois através das várias práticas de leitura verbais e não-verbais é possível o homem construir suas representações sobre o convívio e as relações que se constituem no meio social. Desta forma, a prática de leitura quando partilhada através do confronto, das certezas e incertezas, representa um dos processos essenciais para que o homem tenha conhecimento de si mesmo, possibilitando-o a compreender as contradições e as relações próprias da sociedade com os olhos não ingênuos, mas capazes de interpretar com postura crítica o que se passa ao seu redor.

Procurando a apropriação das várias linguagens tendo como contraponto as práticas de leitura de pessoas que se constituíram e têm se constituído leitores através da BPMRC, percebi que seria de fundamental importância para a concretização deste capítulo, ouvir as narrativas dos leitores e os caminhos percorridos por eles para chegarem ao prazer da leitura, e também perceber suas dificuldades para o exercício desta prática cultural.

Como encontrar esses leitores? A forma mais viável para localizar esses leitores foi através das fichas de cadastro da BPMRC. Nesta etapa, procurei a diretora da BPMRC, Aparecida Loyola, e disse-lhe da necessidade de ter acesso às fichas de leitores, para selecionar algumas para conhecer estas histórias de leituras. De maneira muito prestativa a diretora disponibilizou todo o fichário para que eu pudesse fazer a seleção de leitores. Com o auxílio dos funcionários da biblioteca, fui utilizando vários critérios para a seleção das fichas, tais como: leitores mais assíduos, gêneros mais lidos, sexo, profissão, grau de escolaridade etc. Após a análise, selecionei 29 fichas de leitores da BPMRC para as entrevistas. O desafio seguinte foi o agendamento dessas entrevistas, porque a maioria dessas pessoas trabalhavam, e algumas ainda estudavam à noite. Diante disso, os horários possíveis para as entrevistas foram nos finais de semana. A maioria das entrevistas foram realizadas nas casas dos entrevistados, sendo todas marcadas com antecedência e com total consentimento dos leitores.

A leitura, como se percebe, é uma atividade complexa e plural que se desenvolve em várias direções teórico - práticas que se confrontam ou se encontram em determinados pontos. Segundo Gilles Thérin (1990, apud JOUVE 2002), a leitura é um processo com cinco dimensões. Um processo neurofisiológico em que a leitura é antes de tudo um ato concreto, observável, que recorre a faculdades definidas do ser humano. Cognitivo, já que depois que o leitor percebe e decifra os signos, ele tenta entender do que se trata. Um processo afetivo que provém em grande parte das emoções que ela suscita. Um processo argumentativo em que o texto como resultado de uma vontade criadora, conjunto organizado de elementos, é sempre analisável; e, por último, a leitura também é um processo simbólico, que é o sentido que se constrói durante a leitura e que vai se significar imediatamente no contexto cultural no qual cada leitor se constitui. Na compreensão dessas direções teóricas de como se dá o movimento de estabilidades e instabilidades do ato da leitura, Bakhtin (1999), afirma que o sujeito da linguagem só produz sentido quando interage com outros sujeitos, elegendo, portanto, como lugar de encontro e de confronto, o terreno instável e precário do evento discursivo¹. Para esse autor, a linguagem é uma atividade, um processo criativo, que se materializa pelas enunciações. A realidade essencial da linguagem é, assim, o seu caráter ideológico, não podendo ser compreendida separadamente do fluxo da comunicação verbal, conforme afirma:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicológico de sua produção, mas pelo fenômeno da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações; a interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1999, p.123).

Toda enunciação é, portanto, diálogo, ou seja, não há enunciado isolado. Para Bakhtin, qualquer enunciado - oral ou escrito – faz parte de um processo de comunicação ininterrupto, concebendo a linguagem um processo de interação, onde é desenvolvida a comunicação dos falantes, ampliando seu repertório lingüístico e social. Na concepção de Bakhtin (1999), a realidade concreta e dinâmica da língua não permite que os falantes interajam como se esta fosse um sistema abstrato de norma; a língua está em constante transformação por meio das interações verbais dos interlocutores. Por conceber o homem como um ser histórico e social, compreende a linguagem sob a perspectiva da situação concreta, considerando a enunciação e o contexto. É no contato entre a língua e a realidade concreta, via enunciado, que a palavra pode expressar um juízo de valor, uma significação, uma expressividade. Sendo assim, o

sentido é construído no discurso, e essa construção envolve os participantes, a situação imediata ou o contexto mais amplo.

Diante disso, ao provocar uma reflexão sobre as práticas de leitura na biblioteca, não se pode partir do pressuposto de que existe uma língua pronta e acabada, um discurso imutável representado pelos cânones literários expostos nas estantes e/ou prateleiras. Ler na ou a partir da biblioteca compele o sujeito a construir sobre o mundo que o cerca uma representação, oferecendo-a e contrapondo-a à representação de um “outro”. O que reforça Jouve (2002, p.p.119/120) quando afirma que:

Ler é vir a ser, isto é, começar a participar mentalmente da vida particular do próprio texto. A leitura de um texto implica sempre, portanto, em maior ou menor grau, uma operação que só se pode chamar de antológica. Pelo tempo em que se efetua, ela provoca uma transformação tão radical do pensamento leitor que esse não pode mais, durante esse período, ser dissociado do texto que o anima e o preenche. Torna-se então um pensamento não mais isolado em si próprio ou absorvido nos objetos que lhe são particulares à sua atividade mental, mas sim verdadeiramente o sujeito que se encontra no centro do texto e que, de dentro, o ordena e o faz viver.

Há, nesse contexto, a provocação de sentidos múltiplos no sujeito que vai se constituindo leitor. Nessa direção, Bakhtin (1999) afirma que a linguagem é uma atividade sociosemiótica, na qual o movimento da leitura pressupõe a consciência prática de um sujeito que funda uma nova relação consigo mesmo, com o “outro” e com o mundo. Faraco (1997) também alinha-se a essas idéias, quando diz que é necessário que se olhe a língua em sua integridade concreta e viva, não como algo unitário, mas focando a atenção na realidade lingüística que, segundo os pressupostos bakhtinianos, é sempre pluridiscursiva, plurilíngüe, heteróclita, e imersa no diálogo. O sujeito constitui-se, portanto, nos processos interativos dos quais participa, abrindo o espaço para as relações intersubjetivas e para o reconhecimento recíproco da construção ideológica das consciências.

O espaço da biblioteca carregado das experiências da humanidade, ao se atualizar no movimento da leitura, torna-se assim como a própria linguagem, um lugar vivo e inquietante. Com base nesses pressupostos é que a biblioteca deve ser vista como um espaço de intimidade e uso das múltiplas linguagens pelo leitor para que, em contato com o discurso do outro, tenha condições de processar o seu próprio discurso que, por certo, contribuirá para a formação de outros, culminando assim na rede que se compõe através das várias vozes do discurso, muito discutido por Bakhtin (1999).

Nesse sentido, Renato, 47 anos, técnico em contabilidade, participando da “convivência com as pessoas que freqüentavam” a BPMRC, diz que:

Aprendi a falar como qualquer outra pessoa. Porém na função que exerço, achei que precisava melhorar o estilo da minha linguagem. Eu não tinha o caminho, voltar para a escola, o trabalho não me dava essa condição. Resolvi freqüentar a biblioteca Rosulino Campos, foi através da leitura e da convivência com as pessoas que freqüentavam aquele ambiente que melhorei meu nível de linguagem e a minha forma de escrever. Enfim, melhorei a minha vida e me tornei mais qualificado profissionalmente; pude perceber de perto o quanto a leitura enriquece o nosso vocabulário e aumenta o nosso poder de argumentação e discurso. (Entrevista, 2008)

Já para Glaciene, 28 anos, universitária, a prática da leitura e a convivência no espaço da BPMRC tem contribuído não só na apropriação das linguagens verbais, mas também na apropriação das linguagens não-verbais:

Sempre tive muita dificuldade na leitura e interpretação de imagens, tais como mensagens passadas através de gravuras, pinturas e charges; isso foi algo que sempre me incomodou. Desta forma procurei através da leitura amenizar esse problema, passei a pegar diversos livros na BPMRC. Hoje percebo que minha capacidade de interpretação e apropriação das linguagens não-verbais melhoraram de forma significativa, ou seja, adquiri mais facilidade nas leituras de out door's e ilustrações diversas. Através dessa minha experiência percebo que as escolas deveriam dar mais ênfase nas leituras não-verbais. (Entrevista, 2008)

Situações iguais a que foram apontadas por Renato e Glaciene são comuns na cidade de Rio Verde. No entanto, os leitores, de modo geral, também afirmam que existe uma diferença entre a linguagem da escola e a linguagem do cidadão comum. A esse respeito, Silva (1997, p.66-67) evidencia que:

Diz-se que a escola está fora da realidade à medida que privilegia a linguagem escrita em detrimento de outras linguagens, como a visual, sonora, corporal, etc. Na sociedade, fora da escola, o aluno vê ou lê uma coisa e na escola, uma outra. E este fato recorrentemente aparece como sendo uma causa do distanciamento entre a escola e a vida social. Será que a nossa concepção de leitura não deveria ser alargada de modo a abarcar essas outras linguagens? (...) Algumas pesquisas revelam que o currículo de leitura nas escolas se apresenta desorganizado, isto é, sem seqüenciação das obras a serem oferecidas aos alunos. A ausência de critérios para a seleção de textos geralmente resulta no “desgosto pela leitura”.

O relato dessas experiências de apropriação da leitura leva à compreensão de que a linguagem é constituída nas relações entre o sujeito e o seu meio histórico e sociocultural, sempre dependendo um do outro numa relação dialética. Para Bakhtin (1999), é o outro que delimita e

constrói o espaço de outros sujeitos no mundo, é ele que lhes dá acabamento, dentro de um processo de interação verbal e social.

Uma outra contribuição foi a entrevista de Alberto, 60 anos, diretor cinematográfico:

A linguagem que apropriei dos romances que li tais como: “*A Moreninha*” de Joaquim M. de Macedo; “*Amor de Perdição*” de Camilo Castelo Branco; “*Fogo Morto*” de José Lins do Rego; “*Senhora*” de José de Alencar entre outras muitas obras, e o contato direto com pessoas que gostavam de ler que eu deparava na BPMRC, foram fundamentais na minha formação como diretor e para eu dirigir os cinco filmes que fiz. O contato com o outro, a socialização, a troca de idéias e experiências acrescentaram muito na minha apropriação da linguagem, da leitura e do conhecimento. (Entrevista, 2008)

A linguagem entendida como um suporte para fomentar a criatividade, como é o caso de Alberto Rocco, remete ao discurso de Bakhtin (1993), quando destaca a importância da linguagem na vida do homem, em razão do ser social que ele é, portanto, formado por discursos dialogicamente conflitantes. Ou seja, ao apropriar-se da linguagem, o leitor penetra em uma arena de conflitos, onde se cruzam relações de dominação ou resistência.

Diante disso, fica evidenciada a influência direta das práticas de leitura na apropriação da linguagem, reforçando assim o importante papel da biblioteca na formação de um leitor maduro e crítico.

3.2 O texto nas mãos do leitor: múltiplos sentidos e significados

Ao fazer uma abordagem sobre as práticas de leitura, não se deve fazer desta prática cultural, peça motora para provocar exclusão que, segundo Foucault (2006, p.9), “em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão”. Ao contrário, deve ser ponto de reflexão sobre a formação do público leitor que, para Zilberman (2001) não pode ser entendido apenas como quantidade indistinta de gente, mas também enquanto composto por classes sociais diferentes e dotados de interesses e objetivos variados. É nesse sentido que a leitura deve ser compreendida para que todos os sujeitos da sociedade possam construir suas práticas e representações para composição do círculo de vida, fazendo da leitura um dos caminhos possíveis de inclusão social e de formação da cidadania.

Este entendimento se fortalece em Orlandi (1999, p.35) ao afirmar que “a leitura é uma questão lingüística, pedagógica e social ao mesmo tempo”. Assim, indubitavelmente, a

leitura é uma forma de linguagem que constitui o sujeito com possibilidade de torná-lo crítico e capaz de vislumbrar outras leituras, já que a leitura enquanto discurso se constitui carregado de ideologia estabelecendo aí a relação de poder; poder que oprime, que domina e que exclui, que é enfatizado também por Gnerre (1985, p.16) quando registra que: “A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”.

Nesse contexto, visando exemplificar estas questões, fiz entrevista com uma leitora da biblioteca, Maria de Lourdes, 53 anos, auxiliar de serviços gerais, sobre a importância que a leitura representa em sua vida:

Passei a maior parte da minha vida sofrendo mais do que todo mundo porque não sabia ler. Quando tive a oportunidade de aprender, a leitura passou a ter um papel muito forte na minha vida, pois foi com a ajuda da leitura que eu, viúva, sozinha, consegui criar, educar e dar estudo aos meus três filhos. Considero-me uma leitora; a leitura com certeza me ajuda a adquirir conhecimentos e me fortalece nos momentos de dificuldade (Entrevista 2007).

Por esta fala, entende-se que a leitura mostrou a esta leitora, um caminho para buscar conhecimento e leitura também para seus filhos.

Quando as pessoas atribuem sentido à leitura dos textos lidos, têm mais condições de acesso à informação o que lhes ajudará a desvendar o texto do mundo exterior e as significações desse mundo que serão também ressignificadas. A informação será melhor compreendida, quando o que se conhece é transformado, justificando a alteração ou reforço de uma representação ou estado das coisas. Assim, em relação à leitora Maria de Lourdes, a leitura ajudou compreender melhor as desigualdades sociais, impelindo-a a buscar outras oportunidades, pois a exclusão pode aparecer de várias maneiras e, com certeza, a falta de leitura e a falta de acesso para tal são algumas delas.

Maria de Lourdes representa a leitura como um processo de conhecimento do mundo e da vida. Há assim a percepção de que a leitura é um processo que proporciona conhecimentos vários, pois, ao ler, o indivíduo passa a ampliar seus horizontes e conhecer outras formas de pensar o mundo, com as quais pode concordar ou discordar. Este conhecimento pode, muitas vezes, proporcionar a transformação de uma vida, de uma sociedade, daí a necessidade de espaços de leitura como a BPMRC.

Uma outra representação que a leitura exerce no sujeito-leitor da BPMRC foi encontrado na fala de Ricardo, 24 anos, professor da zona rural:

Desde criança minha mãe me incentivava a ler, morávamos na fazenda e mesmo sem ter muitos livros devido à falta de recursos e por estarmos longe da cidade, ela conseguia revistas antigas, jornais, e alguns livros que tínhamos na fazenda. Com esse incentivo à leitura, recordo que sempre pedia a minha professora da escola rural que me arrumasse livros para eu ler, e ela sempre que podia levava alguns livros para mim. Aos 15 anos, meu pai me mandou para a cidade para cursar o ensino médio e depois a faculdade, aí comecei a freqüentar a BPMRC, lembro-me que assim que comecei a freqüentar fiquei entusiasmado ao ver várias opções de leitura, então ficava naquela dúvida interessante de qual livro levar para ler. Sempre li de tudo, mas o que mais gosto de ler são contos e romances. Hoje percebo que o incentivo à leitura que recebi quando criança, mesmo sem muitos recursos e opções de leitura, contribuiu de forma significativa na minha formação como leitor, e a BPMRC com certeza fomentou esse prazer pela leitura existente em mim. Através da leitura, descobri o mundo das letras, e como forma de passar a minha leitura para os outros, eu escrevo. Sinto-me um poeta. (Entrevista, 2007)

Ricardo representa, de forma clara, sua trajetória e incentivos recebidos para a prática da leitura, mostrando que mesmo morando na zona rural, em meio a várias dificuldades, é possível sentir prazer no ato de ler. Nesse sentido, Orlandi (1999, p.86) afirma que “a leitura é produzida em condições determinadas, ou seja, em um contexto sócio-histórico que deve ser levado em conta”. Nota-se que a apropriação da leitura decorre de um processo concomitante entre leitor e objeto de leitura, é preciso que haja interação entre esses dois suportes para que a compreensão chegue ao encontro da leitura já existente no leitor e das outras leituras contidas no objeto de leitura. Esta circunstância promove sentido e significado para o leitor, porque ao estabelecer o ato de ler, o leitor compreende e seleciona o que há de melhor no seu foco de leitura para, a partir daí, dar continuidade a outras leituras. Por essa visão, o sentido que a leitura faz para o leitor está ligado ao gosto, à descoberta de si mesmo e à contribuição que a leitura pode dar ao sujeito no sentido de que ele possa ressignificar novos caminhos, podendo torná-lo ainda intelectualmente mais amadurecido e capaz de proceder reflexões para a busca de melhor qualidade de vida para si e a comunidade na qual está inserido.

Entrar no território da leitura não significa apenas decodificar signos, mas corresponde a uma prática de múltiplas formas de utilização das palavras, compreendendo que essas palavras podem estabelecer múltiplos sentidos e significados para o leitor. Para Barthes (1994), a leitura é definida como um conjunto de práticas codificadas, numa perspectiva histórica e social. Assim, o leitor ao apropriar-se da leitura, entra nos meandros do discurso que também, segundo Bakhtin (1999), é constituído de acordo com o momento sócio-histórico e cultural do sujeito por estar sempre ligado às estruturas sociais. Assim, “a leitura, de fato, longe de ser uma recepção passiva, apresenta-se como uma interação produtiva entre o texto e o leitor” Jouve

(2002, p.61). Portanto, ao apropriar-se da leitura, ocorre uma interação entre o texto e o leitor em que os mistérios e os segredos vão se descortinando a partir do momento que a leitura passa a ter sentido para a vida cotidiana do leitor. A exemplo disso, um mesmo romance ao ser lido por determinadas pessoas, pode atender o nível de satisfação de umas e não de outras, posto que cada leitor constitui um universo de sentidos inteiramente diferente a partir do seu contexto histórico-social.

Nessa perspectiva da leitura como um ato apenas de decodificação mecânica, Kleiman (2001, p.20) a concebe como uma “prática muito empobrecedora”, enquanto concepção de leitura “uma vez que em nada modifica a visão de mundo do aluno”. Com base nessa premissa, entende-se que a atividade do ato de ler precisa trazer uma significação para o leitor, levando-o à construção do pensamento crítico, reflexivo, possibilitando transformações em sua vida diária, não podendo se transformar num ato mecânico de reprodução e inculcação de idéias.

Assim, buscar o sentido de um texto não quer dizer atribuir a ele um único sentido; conforme aponta Jouve (2002) ao interpretar o texto, o leitor não lhe dá um sentido (mais ou menos fundamentado, mais ou menos livre) pelo contrário, ao estabelecer esta prática, o leitor aprecia de que plural ele é feito. Jauss (1994) afirma que o leitor que interpreta, desempenha função categórica quando se trata de discernir o texto lido e entender sua importância e significado para novas descobertas.

Nesse sentido, Roseana, uma leitora da BPMRC, dona de casa, 52 anos, trouxe representações da BPMRC como um lugar de refúgio e novas descobertas:

Em um momento de crise na minha vida, sem cabeça para pensar em mais nada, resolvi buscar ajuda na única coisa que eu tinha que era fé em Deus. Eu tinha uma Bíblia em casa, mas não sabia onde estava. Foi quando resolvi ir à biblioteca e me deparei com uma bíblia lá. Comecei então a ler essa bíblia na biblioteca, e essa leitura me fez muito bem. Mas o interessante é que com o passar do tempo comecei a me interessar também pelas leituras de auto-ajuda. Na biblioteca, descobri novos valores e outras leituras para minha vida, e o mais importante, descobri que quando a gente está sozinho e não tem com quem conversar, o livro é um amigo. Ele conversa com a gente. (Entrevista, 2007)

A biblioteca, na fala de Roseana, foi um lugar em que ela encontrou suporte para enfrentar os seus desafios, e para reforçar a sua religiosidade, porque os textos lidos na Bíblia trouxeram sentidos e significações reais em sua vida e a despertou para buscar outras leituras. Ou seja, das “leituras de auto-ajuda”, ela passou para os livros em que descobriu “novos valores e outras leituras”. Nessa rede de livros e de leituras, Roseana descobriu que o livro “conversa com a gente”. Então, percebe-se que nesse sentido a BPMRC está inserida no contexto de uma

sociedade que possui características próprias e necessidades particulares que a compõem, reafirmando que a biblioteca é um espaço onde se pode encontrar respostas para diversas dúvidas, e obter novos conhecimentos. Esta prática remete a Lucas (2000, p. 40) quando ressalta os modelos de leitura:

Os modelos de leitura estão atrelados à concepção de sentido que buscam: a leitura como gnose, a busca do espírito do texto é o modelo de leitura cristão; a leitura como modo de extração da essência corresponde ao sentido empirista, e, finalmente, o modelo de leitura como inteligibilidade universal está pressuposto na busca do sentido lógico-científico como conceito.

Com relação à leitura da bíblia, é interessante lembrar Cavallo e Chartier (1998, p.113), quando abordam a importância desta leitura não ser um dogma, uma imposição. “Até o final do século XI, todos os que quisessem ler ou discutir as escrituras seguiam com a maior fidelidade a tradição patrística.”. Percebe-se que era uma leitura induzida, engessada, que não permitia o leitor indagar ou interpretar com liberdade o que havia lido nas escrituras. Cavallo e Chartier (1998, p.112) ainda mostram que a leitura mesmo bíblica, deve ser um diálogo, uma conversa, que leve o leitor a interpretar e entender o texto lido:

Para Gregório, o Grande, a leitura, e sobretudo a da bíblia, devia ser um diálogo com o texto. Da mesma forma que, ao identificar o rosto de uma pessoa, não significa conhecê-la e apenas falando com ela poderemos saber o que pensa. Somente entrando em conversa com a bíblia pode-se chegar a compreender os pensamentos que estão por trás da superfície do texto.

Na busca pela diversidade de sentidos da leitura para o leitor rio-verdense, Willian, 18 anos, estudante contou a seguinte experiência com a leitura:

Eu estava curioso para entender sobre os relacionamentos entre homem e mulher, já tinha conhecimento claro do meu sexo, mas não tinha as orientações sobre o que fazer e o cuidado. Sendo filho de pais separados, não tive coragem de perguntar à minha mãe. Como eu gostava de ler os livros da escola, e a escola não me mandava ler sobre este assunto tido como proibido, fui buscar este tipo de leitura na Biblioteca Rosulino Campos. Aprendi muito. Posso dizer que aprendi quase tudo. Um fato interessante que aconteceu comigo, é que na biblioteca também li e folhei outros tipos de livros, gostei e achei muito interessante, o que me despertou para outras leituras, como livros de aventura e histórias de época. (Entrevista, 2007)

A fala de William remete às concepções de Jouve (2002, p.102) quando postula que “o sujeito não é nada mais do que a resultante de influências múltiplas. A interação que se produz na leitura, é, portanto, sempre inédita. O sentido, longe de ser imanente, se apresenta como o

resultado de um encontro: o do livro e o do leitor”. No caso de Willian, o processo de interação entre ele e o livro se constituiu integralmente porque aquele tipo de leitura teve uma significação especial e própria apontada pela curiosidade, porque atendeu às suas necessidades. O mais interessante é que a partir de sua curiosidade, ele teve o gosto despertado para outros tipos de leituras. O processo desencadeado para a constituição de Willian como leitor foi um fato típico do sentido que a leitura pode representar para um jovem leitor, que na circunstância de curiosidade “tem fome de muitas coisas” para a compreensão de si mesmo e do mundo que o cerca. O relevante nessa entrevista é que percebi que Willian teve realmente “fome” de leitura, e a biblioteca preencheu este espaço que até então parecia vazio em sua vida. Essa “fome” de leitura, essa prática de leitura como alimento intelectual ou do espírito vem desde o século XVIII, como afirma Darnton (1990, p.160):

Nos séculos XVIII e XIX, os leitores tentavam “digerir” os livros, absorvê-los em sua totalidade, corpo e alma. Alguns extremistas interpretavam a leitura como digestão, de maneira literal: o caso de uma mulher em Hampshire, Inglaterra, que comeu um novo testamento [...] como remédio para suas convulsões.

Percebe-se a representação da importância dada ao livro, chegando ao ponto de ser “cultuado”, “degustado”, pois apreciava-se o suporte do livro, assim como seu conteúdo intelectual.

Através da fala de Willian percebe-se quão grande é a gama de interpretações que a leitura proporciona ao leitor: uns buscam-na para sanar dúvidas, outros para buscar ajuda, outros para aumentar seus conhecimentos, sendo que para cada necessidade haverá no momento da leitura uma imensa diversidade de sentidos e significados. Certeau (1994) afirma que é impossível que ao momento em que pessoas diferentes estão lendo o mesmo texto tenham, rigorosamente, a mesma interpretação, ou seja, significar absolutamente as mesmas coisas, ter a mesma leitura. É essa diversidade de sentidos que enriquece as práticas culturais contidas no ato de ler.

3.3 O leitor no espaço da BPMRC

A educação é apontada por Gomes (1983) como o fator que mais tem implicações com bibliotecas. Em sociedades subdesenvolvidas e dependentes, a relação sociedade e biblioteca

deve assumir uma relação estreita, porque onde não há o uso de livros e nem a consciência dos serviços que uma biblioteca pode prestar, não haverá também leitores em número suficiente para exigir mais leitores, mais livros, mais jornais, e denunciar as relações de opressão.

Nota-se a relevância e a necessidade da interação entre biblioteca e comunidade e a importância deste espaço para a transformação de uma sociedade, como afirma Gomes (1983, p.53): “A biblioteca tem o fim de desenvolver e propagar a instrução, estimulando o desenvolvimento intelectual de todos em geral, sem distinção de sexo e nacionalidade”. Esse autor (1983, p.XIII) ainda afirma que “a biblioteca é uma agência social organizada para atender a certas necessidades de um grupo social ou a sociedade em geral”. Atender a essas necessidades tem que ser um dos principais papéis desempenhados pela biblioteca, porque afinal, o leitor ao procurar este espaço, está sempre com a expectativa e com o anseio de preencher algo que deverá ser suprido, e/ou que lhe dará prazer.

Tratando-se do espaço da BPMRC, notam-se vários tipos de leitores que freqüentam este ambiente; trata-se de um público eclético com idades variadas e que estão sempre em busca do conhecimento e do prazer através da leitura. Segundo dados da administração da BPMRC, circula diariamente por este espaço, uma média de 250 pessoas, sendo a maioria destes freqüentadores estudantes do ensino fundamental e médio, da rede pública e particular. Cerca de 80 a 100 livros são emprestados todos os dias, sendo que os leitores podem ficar com os livros por até 07 dias; caso o livro não seja devolvido na data prevista, é cobrada uma multa no valor de 1 R\$ por dia de atraso ou a doação de um livro, sendo que os recursos provenientes dessas multas são revertidos na compra de material de expediente para a própria biblioteca. Segundo Cida, o atraso na devolução dos livros é freqüente na BPMRC, vários leitores não cumprem o prazo de entrega, o que muitas vezes causa transtornos.

Diante dessas informações, continuei a procurar os leitores que freqüentam este espaço, os leitores que têm prazer em fazer suas leituras neste ambiente, bem como os motivos que os levam a ler na BPMRC, suas expectativas e sugestões. No decorrer desta pesquisa, em todas as minhas idas e vindas à BPMRC, sempre fiz questão de observar os leitores dentro da biblioteca fazendo suas leituras e pesquisas.



Ilustração: Leitores na BPMRC
Fonte: Leonardo Montes Lopes, 2007.

Greyce, que frequenta a biblioteca semanalmente, disse que:

Um dos vários motivos que me leva a frequentar o espaço da BPMRC é por causa do atendimento, todos os funcionários daqui já se tornaram amigos, e isso de uma forma ou de outra me incentiva e me motiva a pegar livros e frequentar este espaço; é muito bom ter a confiança dos funcionários e a ajuda deles me auxiliando na procura dos livros que desejo ler; a maioria dos funcionários já sabem o quanto gosto de ler romances, então eles sempre me ajudam e me sugerem algumas obras, acho excelente essa interatividade (Entrevista, 2007).

A fala de Greice mostra a importância de um bom atendimento dentro do espaço da biblioteca, mostrando que o bom relacionamento entre leitor e os funcionários resulta no incentivo à prática da leitura, além de tornar a biblioteca um espaço de amizade e descontração, que contribui diretamente para a frequência regular do leitor na biblioteca. Esta importância é reforçada por Cysne (1993) quando afirma que a formação profissional dos funcionários de uma biblioteca deve estar voltada para aspectos que visam propiciar ao leitor (usuário) a rápida e pertinente informação, sem, contudo, levar em conta a dimensão social, o poder e a dominação. Greyce, ainda afirma que:

Eu gosto de ler e de estar aqui na BPMRC; eu me distraio quando estou neste espaço porque a leitura consegue me tirar da realidade, é uma grande distração, eu viajo nos pensamentos do autor, e de uma forma ou outra, eu me aproprio dos pensamentos dele, e isso me faz muito bem, me sinto em outro mundo, e quando encerro minhas leituras, percebo que essa distração me revigora, me capacita, e uso essa capacitação no meu cotidiano (Entrevista, 2007).

Percebe-se que ao voltar à “realidade”, essa “viagem” da imaginação feita pela leitora, resulta em distração e aquisição de conhecimento, ou seja, os resultados dessa “viagem”

são aplicados no seu dia-a-dia. Este prazer apresentado na fala da entrevistada corrobora as idéias de Zilberman (2001, p.52) quando escreve que:

Ao ler, o leitor experimenta uma situação desencadeada tão somente pela leitura: ele consegue ocupar-se com os pensamentos de outro. Graças a essa propriedade da leitura, o leitor substitui a própria subjetividade por outra, abandonando temporariamente suas disposições pessoais e preocupando-se com algo que até então não conhecia.

Percebe-se que o texto fala com o leitor, estabelecendo um funcionamento assimétrico, conforme o qual o leitor se deixa levar pelo prazer da leitura. Na busca por esta leitura prazerosa, no privilégio de “viajar pela imaginação”, é necessário que o espaço da biblioteca dê subsídios e suportes necessários para que este prazer se concretize e que atraia o leitor a este ambiente. É importante salientar que o espaço e a organização da biblioteca “atraem” o leitor a este ambiente. Tavares (1973, p.14) afirma que: “A beleza, a ordem e quietude da biblioteca, a eficiência de sua organização e a utilidade de seus materiais convidam à leitura, fazem o estudo atraente, mantêm e aumentam o entusiasmo ou o impulso nela nascidos pelos livros e preferências”.

Fica clara a importância de se ter uma biblioteca com um espaço amplo, arejado, organizado, e com boa iluminação, dando condições para uma boa leitura; um espaço que leve o leitor a se sentir bem e motivado a frequentar e a realizar suas leituras em boas instalações. Ely (1988) reforça essa idéia quando afirma que a biblioteca constitui-se em um recurso muito importante de que dispõe a comunidade para se inteirar em um processo cultural, a partir do momento que for bem dirigida, possuir acervos adequados, serviços dinâmicos, aí com certeza deverá ser um lugar atraente que os usuários gostarão de utilizar no seu dia-a-dia, tornando a biblioteca participante do fazer educativo. A este respeito, a leitora Greyce acrescenta:

Eu acredito que se a BPMRC tivesse um prédio maior, dinâmico, com um bom espaço cultural, com mobiliários novos e confortáveis, penso que atrairia mais as pessoas a frequentar aquele espaço, porque afinal um ambiente agradável é interessante e motiva a prática da leitura (Entrevista, 2007).

Greyce reforça uma dura realidade já apresentada em relação à estrutura física da BPMRC, percebe-se mais uma vez a necessidade de uma reforma nas dependências deste espaço, que é uma das maiores reclamações por parte dos leitores que frequentam a Biblioteca. Mas, mesmo diante de todas as dificuldades no que se refere à estrutura física e mobiliários antigos, há leitores que têm prazer em realizar suas leituras neste espaço. Silva (1986) aborda com muita pertinência, a importância e a relevância da prática da leitura e estudos no espaço da biblioteca,

prática esta que resulta em uma aproximação e intimidade com os livros, como afirma André, 34 anos, funcionário público:

Eu gosto de ler na BPMRC, mesmo tendo alguns problemas de estrutura física, gosto de lá. Acho um lugar tranquilo, me concentro mais nas leituras, e vejo aquele ambiente, como um ambiente lúdico, tenho prazer em estar ali, e não vejo o tempo passar quando estou lendo naquele espaço de cultura. (Entrevista, 2007)

Um outro tipo de leitor muito presente na BPMRC são as pessoas que buscam aquele espaço para fazerem suas pesquisas escolares. Nas várias vezes que tive a oportunidade de freqüentar a biblioteca para entrevistar os leitores ou fazer alguma consulta em livros para esta pesquisa, me deparava com uma grande quantidade de estudantes de nível fundamental, médio e até mesmo superior fazendo trabalhos escolares. Conversei com alguns destes estudantes com o objetivo de saber se eles percebiam aquele espaço apenas para realização de trabalhos escolares, ou se aquele local era também um ambiente de leitura e prazer. É necessário que se deixe claro que as pesquisas e trabalhos escolares realizados na biblioteca é uma das maneiras de aproximar as pessoas deste espaço, o que pode ser o começo da constituição de um leitor voraz, alguém que vê na biblioteca uma fonte de acesso à informação e cultura. Rafael, 24 anos, estudante do curso de agronomia, disse:

Desde pequeno vinha aqui na BPMRC para fazer pesquisas escolares, reconheço que no início, quando vinha aqui, vinha apenas na intenção de pesquisar aquilo que seria útil para realização do meu trabalho escolar. Confesso que no início tinha dificuldades até para achar os livros que queria pesquisar, mas logo aprendi e me senti bem no espaço da BPMRC. Com o passar do tempo, eu não ficava só na pesquisa escolar, lembro que sempre que estava à procura de algum livro para pesquisar, sempre me deparava com outros livros que chamavam minha atenção, então eu separava aqueles livros, e lia algum trecho ou ele todo. Com o passar do tempo, sempre que acabava minhas pesquisas escolares, eu passava a procurar algum livro que chamasse minha atenção para ler. Hoje eu posso afirmar que não venho aqui só para fazer pesquisas acadêmicas, venho também pelo prazer em ler outras literaturas sem ser as cobradas na universidade. (Entrevista, 2007)

Nota-se que Rafael foi atraído ao espaço da BPMRC com o intuito de fazer pesquisas escolares, mas o convívio com aquele ambiente despertou-lhe para a leitura de outros gêneros e a busca por uma leitura prazerosa, sem cobrança e sem exigências, confirmando assim que o espaço da biblioteca também pode transformar as pessoas que ali freqüentam, resultando na formação de leitores.

Rafael salientou também (e eu presenciei este fato várias vezes em minhas visitas na BPMRC) a dificuldade que alguns leitores têm em achar os livros que lhe interessam. Este

entreve que é o desconhecimento, a falta de intimidade e de autonomia com o acervo é constante, principalmente, nos estudantes de nível fundamental que vão fazer suas pesquisas escolares. Percebi que esses estudantes aprendem a utilizar a biblioteca quase que à força, quando essa aprendizagem poderia ser processual, pedagógica e sedutora. Muitos leitores e, principalmente, alunos que vão à BPMRC para fazer suas pesquisas escolares, chegam sem ter noção de como podem usufruir daquele espaço e quais os serviços que a biblioteca presta, fazendo pouco proveito do seu uso. Essa realidade, muitas vezes, ao invés de educar afasta o usuário da BPMRC, pois sem uma orientação de como utilizá-la, ele sente que sua necessidade não foi atendida. Nota-se a urgência de a escola, por meio de seus professores em conjunto com os funcionários da biblioteca, elaborar um trabalho que aborde as formas e as maneiras mais práticas de procura e manuseio do acervo existente.

Em relação ao acervo, após consulta nas fichas de controle dos livros e de conversa com os funcionários da BPMRC, ficou evidenciado que os gêneros mais lidos são os romances nacionais e estrangeiros, e contos. Diante disso chamou-me a atenção a ficha do leitor, Alberto, 56 anos, diretor cinematográfico, que com frequência leva de três a cinco romances de uma vez para ler. Na sua entrevista, Alberto disse:

Eu sou um leitor assíduo da BPMRC e geralmente em cada visita eu pego três ou mais romances de uma vez, porque geralmente quando eu acabo de ler um romance que foi muito bom, eu fico com sentimento de um namoro terminado, então eu leio três romances de uma vez, porque quando estou terminando de ler um, eu sei que tenho outro na frente para ler. Isso me consola, isso me faz bem, porque afinal quando estou lendo um romance eu viajo na história, eu sofro com os personagens e me alegro com eles, ou seja, me sinto em outro mundo (Entrevista, 2007).

A fala de Alberto me remete a Eco (1986), quando apresenta a leitura como algo vivo, que tem o poder de levar o leitor “a viajar” em sua imaginação, tendo sempre o prazer de dialogar com a obra lida e se sentir “presente” na história; fato que aproxima cada vez mais o leitor do livro. Este prazer pelo texto, pela leitura, representado por Alberto, lembra Certeau (1994, p.269) quando afirma:

O leitor é o produtor de jardins que miniaturizam e congregam um mundo. Robinson de uma ilha a descobrir, mas “possuído” também por seu próprio carnaval que introduz o múltiplo e a diferença no sistema escrito de uma sociedade e de um texto. Autor romanesco, portanto. Ele se desterritorializa, oscilando em um não lugar entre o que inventa e o que modifica.

Com efeito, o prazer proporcionado pela leitura é libertino, transformador e apaixonante, algo que de fato envolve e seduz o leitor, oportunizando melhor qualidade de vida e fluindo para que a leitura seja um meio para a aquisição de novas culturas, possibilitando a construção e o fortalecimento de idéias e ações.

Um outro leitor, Marcus, 26 anos, acadêmico do curso de Direito, pede melhoria no acervo:

Eu gosto de ler aqui na BPMRC, mas acho o acervo de algumas áreas um pouco pobre, na minha área do direito, por exemplo, têm livros até bons, mas falta uma maior atualização do acervo. Percebe-se que não existe uma compra regular de livros. Sou de família humilde e não tenho dinheiro para comprar os livros que são lançados e que têm informações mais atualizadas; valorizo as obras que têm aqui na biblioteca, e tento usufruir ao máximo dos livros que têm aqui; mas seria muito bom se houvesse uma iniciativa por parte do poder público na compra de livros para a biblioteca. Afinal é só aqui na BPMRC e na biblioteca da minha faculdade, que posso fazer as leituras do curso que faço e aperfeiçoar meus conhecimentos. (Entrevista, 2007)

O discurso de Marcus mais uma vez apresenta uma dura realidade encontrada não só na BPMRC, mas também em várias bibliotecas brasileiras, que é a falta de investimentos na aquisição de livros. Ficou claro na fala de Marcus, a sua falta de condições financeiras para comprar livros que o atenderiam com maior qualidade. Por outro lado, percebe-se a falta de iniciativa por parte do poder público em todas as esferas na compra de livros e investimentos regulares nas bibliotecas públicas. Segundo pesquisa realizada pelo Retrato da Leitura no Brasil (2001), o principal bloqueio das pessoas para compra de livros no Brasil é econômico, onde 57% dos entrevistados alegam que não compram livros, devido ao seu custo e à falta de recursos para comprá-lo. Essa falta de acesso aos livros devido ao fator econômico, El Far (2006, p.32) afirma:

Na década de 1870, o livro barato no Brasil, de capa brochada e pequeno tamanho, começava a ser vendido nas livrarias e pelos mercadores ambulantes, que costumavam perambular pelas freguesias mais afastadas do centro da cidade do Rio de Janeiro. Essas edições populares, voltadas não para um público específico, mas sim “para todos os bolsos e gostos”, trouxeram à luz, primeiramente, títulos e autores aclamados pela crítica literária daquele tempo. Os livreiros acompanhados de frases de efeito ressaltavam o fato de o livro não ser mais um produto de luxo. “Livros para o povo” “bibliotecas para todos” ou ainda “livros ao alcance de todos” eram reclames que passaram a fazer parte, com regularidade, das páginas dos jornais.

Percebe-se que atitudes semelhantes a essa, ocorrida no Brasil em 1870 apresentam de forma clara, que é possível levar o livro para todos, independente da classe social, e ainda mais, a criação de bibliotecas com acervo de qualidade, onde todos possam ter acesso à informação, ampliar e exercer sua cidadania. No entanto, poucos governantes dão importância a

esse fato. Ainda há os discursos que circulam no senso comum que ilustram a antiga expressão “biblioteca e presídio não dão voto”.

Há de se reconhecer nos últimos anos a existência de alguns programas do governo, por meio do PNBE (2003) de incentivo à leitura e à criação de bibliotecas, projetos como, “Literatura em Minha Casa” e “Palavra da Gente”, onde alunos e comunidade receberam livros juntamente com bibliotecas; também o Projeto “Biblioteca do Professor” para professores de alfabetização de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental; “Biblioteca Escolar” e “Casa da Leitura”, onde são emprestados livros para leitura no espaço escolar e no espaço da comunidade. Infelizmente, nota-se que esses programas ainda são insuficientes levando-se em conta o número de habitantes das cidades e dos estados. Faz-se importante afirmar que a falta de investimento em leitura representa um enorme entrave para a permanência do leitor no espaço da biblioteca, sendo que muitas vezes o leitor se sente desmotivado a frequentar uma biblioteca em que o acervo não seja diversificado.

3.4 As dimensões e o alcance da leitura a partir da BPMRC – diversidade de leituras e de leitores

Se o acesso à leitura é um direito de todos, a BPMRC deve ser um espaço social onde devem conviver pessoas de diferentes faixas etárias, de vários níveis econômicos, diversas escolaridades, credos e várias raças, além de segmentos da comunidade em geral. Compreender cada leitor em suas necessidades, anseios e expectativas e promover sua auto-estima devem ser práticas presentes no ambiente da BPMRC. Mas é importante ressaltar que essa compreensão do acesso à leitura não deve estar somente dentro do espaço da biblioteca, é necessário que a BPMRC desdobre seu papel cultural e educativo em outras dimensões. Houaiss (2001) considera essas dimensões de formação de leitores como aspecto significativo do desdobramento do pensamento, da obra, da realidade.

Um ponto de grande relevância a ser destacado em relação ao desdobramento das dimensões da BPMRC, é a importância desta instituição em formar leitores para o mundo e para a vida; ou seja, a transformação construída através da leitura faz descortinar um novo horizonte na vida do ser humano através do texto, que conversa com o leitor e o transforma. Zilberman (2001, p.51) alerta que:

Como é o texto que fala ao leitor, e não o contrário, estabelece-se, no início um funcionamento assimétrico, conforme o qual o segundo se deixa dirigir pelo primeiro. Wolfgang Iser³, discutindo o ato de ler, destaca, contudo, que a função do leitor é eminentemente transformadora, pois, graças à sua ação, a obra passa de mero artefato artístico a objeto estético, passível de contemplação, entendimento e interpretação.

Fica claro na citação de Zilberman (2001) que o livro fala com o leitor, transformando-o e ampliando seus conhecimentos, a ponto de capacitá-lo para interpretações mais amplas do mundo e da vida. Sem dúvida, a história da leitura tem demonstrado que ela constitui uma das conquistas da humanidade. Pela leitura, é possível o ser humano não só apreender o conhecimento, como também transformá-lo em um processo de aperfeiçoamento contínuo. O exemplo disto se constata na fala de Cassiana, 44 anos, auxiliar administrativa:

A leitura transformou minha vida, a BPMRC foi um grande suporte que tive para adquirir o hábito da leitura, desde que comecei a ler com frequência, passei a ter uma nova visão do mundo e das coisas. Os conhecimentos adquiridos a partir da leitura, aplico no meu dia-a-dia, no meu emprego, na minha família. Ou seja, no meu relacionamento com as pessoas. Posso afirmar que a leitura abriu a minha mente, consigo interpretar textos escritos e as demais coisas com facilidade, me sinto uma pessoa mais capaz e preparada. (Entrevista, 2007)

Para Cassiana, a BPMRC foi um espaço onde se constituiu leitora; lá desenvolveu o seu interesse pela leitura, participou de projetos, e os frutos destes conhecimentos ela não os deixou adormecidos, está aplicando-os em outras dimensões, no seu dia-a-dia, nos seus relacionamentos. Nesse sentido, Zilberman (2001, p.54) afirma que:

A leitura sinaliza as restrições vivenciadas pelos indivíduos e impostas pela sociedade. Ao mesmo tempo, indica que pode ser diferente e, talvez melhor. Hans Robert Jauss⁴ atribui à leitura natureza emancipatória: “A experiência da leitura pode liberá-lo (o leitor) de adaptações, prejuízos e apertos de sua vida prática, obrigando-o a uma nova percepção das coisas”.

A fala de Cassiana também leva a Freire (1992, p.11) quando diz que:

O ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita; mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

O discurso de Zilberman e Freire reafirmam a fala de Cassiana, confirmando que o prazer e o conhecimento construídos por meio da leitura conseguem extrair a fragilidade

aparente, fazendo com que a pessoa tenha acesso ao mundo das letras, da informação e, conseqüentemente, o direito à voz que outrora era imersa na força do silêncio e da “escuridão”, (BAMBERGER,1995). Nesse sentido, a leitura promove também o desenvolvimento intelectual, podendo ressignificar a vida pessoal do sujeito, possibilitando a abertura de novos caminhos e perspectivas.

Outro ponto a ser abordado quanto às dimensões da leitura a partir da BPMRC, diz respeito a algumas práticas de leituras desenvolvidas por certos leitores com os quais me deparei no decorrer desta pesquisa. Há em nossa cultura muitos preconceitos em relação aos livros que devem ser lidos; muitas pessoas lêem somente os livros indicados pelos cânones oficiais; ou seja, livros autorizados pela academia, e não se sujeitam, em hipótese alguma, a ler um outro tipo de leitura, como uma literatura popular (subliteratura) ou uma revista sem cunho científico, popular. A fala do estudante Gustavo, 15 anos, chamou-me a atenção:

Gosto muito de ler aquilo que me interessa, não tenho muitas afinidades com aquelas leituras que a professora de literatura pede pra gente ler. Gosto de ler revistas que falam sobre esporte, em especial futebol, tenho até uma coleção destas revistas, mas minha mãe fala que é para eu ler algo melhor, acho que esse algo melhor que ela fala são as leituras da escola. Infelizmente, aqui na BPMRC não têm muitos livros e revistas que falam sobre esporte, mas os livros que falam sobre esporte que tem aqui na biblioteca tenho certeza que já li todos. Venho muito aqui para fazer meus trabalhos escolares. (Entrevista, 2007)

A esse respeito Cavallo e Chartier (1999, p.222) advertem:

Já mencionamos o fato de os jovens com menos de 20 anos representarem potencial e naturalmente um público que recusa o cânone (qualquer cânone) e que prefere escolhas anárquicas. Na verdade, recusam também as regras comportamentais que constituem o corolário óbvio de cada cânone.

Isso mostra de forma clara que o jovem por si só procura ler tudo, principalmente, aquilo que o agrada. Mas, é necessário que se deixe claro a importância e o valor dos cânones oficiais, dos clássicos da literatura para a formação do leitor. O que está se afirmando neste momento é que o leitor tem o direito e a liberdade de fazer outros tipos de leitura, e que estas leituras devem também ser valorizadas e respeitadas. Não parece razoável, portanto, que se continue a pensar apenas nas obras consagradas, nos grandes escritores e pensadores, é preciso também conhecer as leituras correntes, aquelas que pessoas comuns realizam no seu cotidiano, e sobre isso, infelizmente, sabe-se muito pouco. Isabela, 18 anos, estudante, diz que:

A BPMRC contribuiu de forma direta para que eu pudesse ter prazer na leitura. Gosto de ler aqui na BPMRC e de pegar livros para ler em minha casa. Mas não fico só nas leituras da escola e nos livros que pego aqui na biblioteca, leio tudo que aparece para eu ler, todo tipo de revista, jornais e livros. Reconheço que aprendi a gostar de ler em um espaço onde tem mais clássicos, mas isso não me impede de ler outros tipos de leitura (Entrevista, 2007).

A fala dos leitores entrevistados reforça a diversidade de leituras existente dentro de uma esfera significativa de leitores. Mas, diante desta diversidade de leituras, vários questionamentos se manifestam, no sentido de que existem alguns paradigmas principalmente no meio acadêmico, de que o leitor “de verdade” tem que ler somente os livros indicados pelos cânones oficiais, principalmente, o leitor que frequenta uma biblioteca ou que tem um grau de escolaridade elevado, gerando conseqüentemente um preconceito aos outros tipos de leitura. Midlin (2000, p.104) conta que:

A leitura foi algo que começou na infância e prolongou-se pelo resto da vida. Devo dizer que sempre foi uma leitura bastante indisciplinada. Sempre defendi a tese de que o livro foi feito para a gente, não a gente para o livro. Não existem regras rígidas que possam ser estabelecidas e, menos ainda, obedecidas, indicando o que deve e o que não deve ser lido. É uma questão de gosto e de interesse pessoal: o mundo da leitura deve ser um mundo de liberdade intelectual. Eu não tenho a menor hesitação em pegar um livro de Agatha Christie depois de ter lido uma peça de Shakespeare. O contraste existe, mas não é pecado, nem sequer pecado venial.

Nesse sentido, se a leitura deve ser uma prática livre, o leitor deve ter liberdade de escolher e ler suas leituras, independente de seu grau de instrução e do meio que frequenta. É necessário que a família, a comunidade e principalmente as escolas, universidades e bibliotecas percebam essa diversidade de práticas e representações de leituras e leitores, diversidade essa que não engessa o leitor mas, pelo contrário, dá-lhe autonomia para suas práticas de leitura. Leitura livre que de fato deve ter escolha espontânea, resultando em um novo leitor, ou seja, um leitor que quebra paradigmas e busca novas experiências, mesmo sendo muitas vezes discriminado. Nesse sentido, Cavallo e Chartier (1999, p.224) afirmam:

A esse novo leitor e às suas práticas inovadoras, corresponde, numa certa medida no âmbito do ciclo produtivo do livro, uma outra figura anômala e potencialmente “anárquica”, a do escritor de consumo, que escreve textos de paraliteratura, reescreve textos alheios, redige romances cor-de-rosa e policiais ou compila jornais de pouca importância, é freqüentemente condenado ao anonimato e fica apagado pelas equipes redacionais. Trata-se de um fenômeno que não é novo na longa história da cultura escrita ocidental, pois reapareceu em todos os momentos de crise da produção, de grande aumento do público e de nítido distanciamento dos níveis do produto, como foi por exemplo na França da segunda metade do século XVIII, às vésperas da grande revolução.

Melo (2007, p.180) relata que na época da construção de Goiânia (GO), existiam muitos intelectuais que tinham preconceitos em relação a vários tipos de leituras, como por exemplo, a leitura de almanaques: “A leitura do almanaque, nesse contexto, sugere uma leitura menor. Ou seja, uma leitura ‘não científica’, imprópria para os leitores intelectuais”. Percebe-se que havia rejeição por parte dos “letrados” à leitura de almanaques, e muita gente os lia escondido para não se representarem como “incultos”. Nota-se que mesmo estando agora no século XXI, o preconceito a certos tipos de leitura ainda continua presente em nossa sociedade; faz-se necessário, em caráter urgente, que esses preconceitos relacionados às preferências de leituras sejam quebrados, e que a leitura, além de ser vista como uma porta e travessia para o conhecimento, informação e fruição, possa ser vista e valorizada também como uma forma de prazer e entretenimento. Barthes (2004, p.19) adverte: “Se aceito julgar um texto segundo o prazer, não posso ser levado a dizer: este é bom, aquele é mau. Não há quadro de honra, não há crítica, pois esta implica sempre um objeto tático, um uso social e muitas vezes uma cobertura imaginária”. Assim, a partir do momento que representamos a prática da leitura como um momento de prazer, não se pode julgar o que é bom ou ruim, mas sim respeitar os leitores com múltiplos gostos e preferências.

Percebi de forma muito clara através das entrevistas com leitores da BPMRC, que muitos gostam de ler diversos gêneros de leitura, mas alguns afirmaram que em relação às leituras ditas como populares ou “sub-literaturas”, ou “não-leituras”, eles se sentem constrangidos em lê-las em público, principalmente na escola, perto dos professores; disseram-me ainda que caso os professores os vissem lendo “qualquer coisa”, poderiam ser criticados, e nesse sentido, uma leitora entrevistada, Lília, 16 anos, disse-me:

Minha professora de português já me chamou a atenção porque viu em minha mochila uma revista, destas populares, ela falou que aquilo não era leitura para mim. Ela disse que era para eu ler algo que prestasse, este fato me deixou muito sem graça na sala de aula porque meus colegas estavam perto (Entrevista, 2007).

Atitudes como essa de censura só geram constrangimentos e traumas nas pessoas, impedindo-as muitas vezes de ler. É pertinente questionar: essa professora já leu essa revista? De onde vem esse discurso sobre a concepção de não-leitura dessas revistas? Para selecionar as chamadas “boas leituras” não se têm que ler vários materiais impressos, dentre eles, revistas, jornais e livros populares, como *Sabrina*, *Júlia*, livros de auto-ajuda? Quais os critérios usados pelas escolas e professores para a seleção da “boa leitura”? Penso que questões como estas devem ser discutidas pelos leitores-alunos, leitores-pais, leitores-professores, e leitores-funcionários das

diversas bibliotecas. Enfim, quem seleciona o selecionador? Será que a partir dessas leituras, os professores não poderiam expor na escola uma variedade de outras leituras com as quais os alunos poderiam ir, aos poucos, se familiarizando? É nesse sentido, que não existe o leitor pronto; o leitor vai se constituindo, amadurecendo através das suas práticas e representações de leitura, ele vai se constituindo durante o ato de ler, como ressalta Freire (1997).

Darnton (1992, p.127) analisando as leituras chamadas clandestinas, no século XVIII na França, quando vários tipos de leituras foram censuradas, proibidas, porque: “o livro ‘filosófico’, isto é, sedicioso – pois, seja político seja pornográfico, sempre zomba das convenções - , tem seu mercado próprio, suas estruturas de difusão, suas conjunturas de comercialização, seus leitores. Em resumo, mais que uma corrente, constitui um corpus”. As contradições e os conflitos exprimem o veto a certos tipos de leituras. Diante desta situação, as pessoas para o acesso a algumas leituras, tinham que comprar e ler os livros na clandestinidade. Nos dias atuais, as leituras que são consideradas “subliteraturas” ou leitura censurada por uma parcela significativa da população acadêmica, vão se tornar leituras clandestinas, porque como foi relatado, muitos leitores se sentem constrangidos por lerem as leituras ditas como populares em público com medo de serem discriminados.

Nas entrevistas, os leitores construíram representações e valores sempre positivos relacionados ao incentivo, à prática de leitura: “ler faz bem”, “ler torna os sujeitos críticos”, “ler faz com que se escreva melhor”. Entretanto, tais representações são construídas por aqueles leitores que lêem os livros “certos”, os livros “positivamente” avaliados pela escola, pela academia, por uma certa tradição literária, ainda que em nenhum momento se explicitem que critérios sustentam estas avaliações. Curiosamente, o preenchimento do objeto só se faz ao se discutirem as leituras repudiadas: “os alunos só se interessam por gibis”, “as meninas só querem ler novelas sentimentalóides”. Segundo Abreu (2000), a leitura efetivamente praticada por alguns leitores é negada em nome de uma leitura que se define positivamente. Todos os demais escritos fora dessa leitura “positiva” – mesmo que sejam materiais escritos, instigantes de debates, curiosidades e informações – são não-livros. Da mesma forma, aqueles que os lêem – embora leiam – são não-leitores, pois lêem o que não deveriam ler. Por se realizar em torno de objetos desvalorizados, tais leituras são apagadas em favor da preservação da leitura mítica, consagrada.

Na base desses discursos estão relações de poder que necessitam reafirmar posições sociais, culturais e identitárias. A leitura realizada por muitos deve ser reconhecida como não-leitura, enquanto se cria o mito de uma leitura redentora capaz de tornar os sujeitos melhores. Bakhtin (1999) afirma que o livro não é um objeto neutro, que no contato de um leitor com um

texto estão envolvidas questões culturais, políticas, históricas e sociais e que as diferentes leituras são condicionadas por diferentes formas de inserção nas formas de cultura.

O gosto pela leitura tido como popular vem sendo estudado por alguns pesquisadores há muito tempo. Na área cultural, Bourdieu (1979), desenvolveu um estudo sobre os consumidores dos bens culturais e suas preferências, o gosto na escolha desses bens, demonstrando, através da observação científica, que as necessidades e práticas culturais, tais como frequência a museus, concertos e exposições, preferências em matéria de literatura, leitura, pintura e música são um produto da educação, estando estreitamente ligados ao nível de instrução, e não à origem social do sujeito. Esse autor desmistifica assim um determinismo histórico, segundo o qual o gosto é delimitado pelo lugar social das pessoas. Esse lugar social é, no entanto, determinado pelas classes dita como superiores, a partir de seus balizadores privilegiados. Segundo Bourdieu (1979), a negação do prazer dito pelos elitistas de inferior, grosseiro, vulgar, venal, servil, em uma palavra natural, encerra a confirmação daqueles que sabem satisfazer-se de prazeres sublimados, refinados, desinteressados, gratuitos, distintos, interditos aos simples “profanos”. O gosto considerado “puro” e sua estética se fundamentam na recusa do gosto “impuro”, forma simples e primitiva do prazer sensível, reduzido ao prazer dos sentidos. Ao risco de parecer sacrificado aos “efeitos fáceis” que estigmatizam o “gosto puro”, pode-se mostrar que toda linguagem da estética está restrita pela principal recusa do fácil, entendido dentro do sentido que a ética e a estética burguesas dão a esta palavra. O gosto puro tem por premissa recusar o degustar, que em primeira instância é visceral e se manifesta por tudo que é fácil. A recusa do que é fácil, no sentido de simples, portanto sem profundidade, e ainda barato, fundamenta-se no princípio de que, se a decifração é fácil e culturalmente pouco custosa, esta conduz à certeza e, por conseguinte à recusa natural por parte dos intelectuais. Estes, ainda segundo Bourdieu (1979), recusam tudo aquilo que é fácil ao senso ético ou estético, a tudo que oferece prazeres imediatamente acessíveis e que induz à descredibilidade, por serem esses prazeres infantis ou primitivos, em oposição aos diferenciados da arte considerada “legítima”.

Nesse contexto da diversidade de leitura e de leitores da BPMRC, um leitor, Rafael, 24 anos, universitário, afirma que:

A BPMRC foi e ainda é muito importante na minha formação como leitor, mas me considero diferenciado porque gosto de ler não só nos ambientes formais (escolas, universidades, bibliotecas...) ,mas tenho prazer em ler em qualquer lugar, ou seja, nos ambientes informais de leitura como (praças, ruas, estabelecimentos comerciais, shopping...), ou seja, sempre que tenho oportunidade, logo procuro um livro, uma

revista ou jornal para ler, com isso aproveito ao máximo o tempo me informando e distraíndo através da prática da leitura (Entrevista, 2007).

Até alguns anos atrás, segundo Abreu (2006), não se imaginava que as formas e os lugares de ler pudessem ter se alterado desde que o homem inventou maneiras de registrar conteúdos por escrito e formas de decifrá-los. Imaginava-se que a leitura sempre se fizera em silêncio, e de modo que venha a favorecer a concentração e o recolhimento. De acordo com Cavallo e Chartier (1999, p.221), na Europa dos séculos XIII e XIV, por exemplo, os profissionais da leitura e escrita, rodeados de livros, de estantes e de várias instrumentações, já se contrapunham às livres experiências de leitura do mundo da corte e às leituras livres de coação de regras do povo burguês de língua vulgar. Havia regras pelas quais os leitores deveriam seguir para fazer uma leitura devidamente adequada. Segundo tais regras, as leituras deveriam ser feitas da seguinte maneira:

Deve-se ler sentado em posição ereta com os braços apoiados na mesa, com o livro diante de si, e assim por diante; deve-se ler com a máxima concentração, sem mover-se, sem fazer barulho, sem incomodar os outros, sem ocupar demasiado espaço; deve-se ler de maneira ordenada, obedecendo ao texto em suas subdivisões; folhear o livro com cuidado, sem dobrá-lo, sem amassá-lo, maltratá-lo ou danificá-lo. Com base em tais princípios, foram projetadas as salas de leitura da public libraries anglo-saxônicas lugar sagrado para leituras “de todos”, que, por conseguinte, se mostram praticamente idênticas às salas de leitura tradicionais das bibliotecas de estudo, de trabalho, de pesquisa (CAVALLO E CHARTIER, 1999, p.221).

Percebe-se que as práticas de leituras eram feitas e vistas como algo extremamente rígido, e que elas eram realizadas em sua maioria absoluta, somente nos ambientes devidamente preparados para leitura, tais como bibliotecas e salas de leituras (ambientes formais). Já as outras formas de leituras, ou seja, realizadas em qualquer lugar, uma leitura feita em um ambiente informal, era muito criticada e considerada como uma falta de respeito para com a obra lida, como afirmam Cavallo e Chartier (1999, p.221):

As outras maneiras de ler, em que o leitor está só, em qualquer lugar da casa, em total liberdade, são naturalmente conhecidas e também admitidas, mas como secundárias, e são toleradas a custo e sentidas como potencialmente subversivas, porque expressam atitudes de pouco respeito para com os textos que fazem parte do cânone, e que são portanto naturalmente venerados.

Nota-se que a rigidez em relação ao ambiente onde se realizava uma leitura era tão grande, que as leituras feitas em um espaço informal como uma praça, eram consideradas como secundárias e subversivas, tal era a importância dada ao ambiente, à postura do leitor no

momento da leitura à veneração dos textos consagrados. Chartier (1999) explicita que na sociedade contemporânea fica claro que essa rigidez em relação ao ambiente e à forma onde e como se deve fazer uma leitura foram desaparecendo gradativamente. Já algum tempo, a maioria das pessoas não segue nenhum ritual para efetuar uma leitura, o leitor tem absoluta liberdade de ler na forma que se sentir melhor, e no local que lhe é oportuno. Cavallo e Chartier (1999, p. 222), complementam:

Como se configura o novo *modus legendi* representado pelos jovens leitores? Em primeiro lugar, ele comporta uma disposição do corpo totalmente livre e individual; pode-se ler deitado no chão, apoiado na parede, sentado em baixo das mesas de consulta, com os pés apoiados sobre a mesa, e assim por diante. Em segundo lugar, os “novos leitores” recusam quase totalmente ou uso de modo impróprio, isto é, não previsto, os suportes normais da operação de leitura, a mesa, o assento, o tampo da mesa.

Essa nova maneira de ler, de uma forma ou de outra, influi positivamente no papel social e na presença do livro na sociedade contemporânea, contribuindo para modificá-lo em relação ao passado, deixando evidente que a essência, a base de uma boa leitura, está na compreensão do texto, no prazer em ler e não obrigatoriamente no local e na posição em que essa prática é realizada, até porque o espaço público mostrou abrigar grandes quantidades de leitores, que se recostam em árvores de praças, deitam em gramados de parques, acomodam-se em bancos de jardins e fazem malabarismos equilibrando-se para fazer leituras dentro de ônibus.

Diante dessas transformações relacionadas aos modos e aos locais para as práticas da leitura, Estêvão, 20 anos, universitário, disse o seguinte:

Gosto de ler na BPMRC, mas nem sempre tenho tempo, por isso leio em qualquer lugar, leio na fila do banco, no ônibus, dentro do carro, na praça, ou seja, gosto muito de ler e para isso não escolho hora e nem lugar; no mundo em que vivemos temos que aproveitar todo tempo e todas as oportunidades para adquirirmos cultura e conhecimento (Entrevista, 2007).

As falas de Rafael e Estêvão retratam uma realidade do mundo moderno; as pessoas necessitam aproveitar ao máximo o seu tempo, muitas pessoas passam horas e horas dentro de um ônibus para chegar ao serviço, ou passam grande parte do tempo nas ruas trabalhando e, por isso, elas aproveitam estes espaços para suas práticas da leitura. Melo (2007, p. 198), a esse respeito, diz que a rua ainda é lugar de leitura machista: “A rua é, assim, um espaço de leitura destacado para o homem – representação de sua posição social e profissional. Nas cidades modernas, lê-se nos bares, nos cafés, nas bancas de jornal, nos bancos de jardins, nas livrarias...”.

Desta forma, percebe-se que mesmo realizada em espaços ditos informais, a leitura é uma oportunidade de enriquecimento e experiência, sendo primordial na formação das pessoas. É importante ressaltar que esses espaços de leitura, tais como bancas de jornal, revistarias e praças, ou seja, ambientes com grande circulação de pessoas, constituem-se também como um importante instrumento de acesso à leitura, principalmente, para aquelas pessoas que, devido a fatores socioeconômicos, não têm o acesso e a posse desses bens culturais. Nesse sentido, Soares (2000, p.25) afirma:

As condições sociais de acesso à leitura em nossa sociedade capitalista são diferenciadas: discriminam-se as camadas populares pelo reforço de sua concepção pragmática da leitura, a que se atribui apenas um “valor de produtividade”, enquanto, para as classes dominantes, ler é proposta de lazer e prazer.

Sevcenko (apud, MELO, 2007) também relata que nas primeiras décadas do século XX aqui no Brasil, as ruas, os bares e confeitarias também eram utilizados como espaço de leitura; o autor realça a importância destes espaços onde os homens apropriaram-se de variados tipos de leitura, ocupando este ambiente prazer.

É necessário reafirmar que mesmo diante destas transformações nas formas de ler e nos espaços onde as práticas de leituras são realizadas, as bibliotecas e, em especial, a BPMRC, ainda são e deverão ser um espaço formal, organizado e lúdico. Para isso, é necessário que a biblioteca cumpra com qualidade o seu papel de formadora e fomentadora de leitores, que pratiquem a leitura não só no ambiente da biblioteca ou entre quatro paredes, mas que tenham o prazer e a liberdade de ler em todo e qualquer lugar, confirmando o discurso de Soares (2000, p. 18) de que a “leitura não é um ato solitário; é interação verbal entre indivíduos socialmente determinados: o leitor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros”.

É certo que o cidadão que não consegue dominar a leitura nesse mundo globalizado, somente receberá informações já filtradas, interpretadas e ressignificadas por outros. A escola tem um importante papel nesse processo de produzir práticas de leitura para formar o cidadão que seja capaz de interpretar por si o que lhe é passado através dos noticiários, dos meios de comunicação de massa e das múltiplas leituras existentes na sua vida. Escola que também perceba a biblioteca (onde ela existe), como uma parceira que compartilha práticas e representações das várias leituras que são vivificadas pelos leitores. Por isso, é preciso ser leitor e praticar a leitura através dos vários suportes em que veiculam as informações.

Pode-se dizer pelas entrevistas e análise dos autores citados que as leituras realizadas na BPMRC se propagam em grande dimensão. Uma diversidade, uma heterogeneidade de leitores se despontam para a sociedade em geral, apresentando suas preferências de leitura, os espaços em que lêem e, acima de tudo, mostrando que através da leitura, paradigmas podem ser quebrados, pessoas podem ser liberadas para outros vãos de sentidos e transformadas, confirmando que as dimensões e o alcance das práticas da leitura são infinitos, e que através da biblioteca, entre outros espaços de leitura, vários tipos e formas de leitura podem ser criados e formados. De acordo com as falas dos leitores, pode-se afirmar que os livros, o acervo, todo material presente na BPMRC, quando bem aproveitados e utilizados, têm, como nos projetos desenvolvidos, rompido barreiras, superado obstáculos e modificado os leitores e suas representações do mundo.

Vale lembrar que a biblioteca não é o único espaço formal onde acontecem práticas de leitura. Há outros espaços formais como escolas, livrarias, universidades, academias e espaços informais criados pelos leitores, como praças, ruas, cafés, onde a leitura também está presente. O que é importante dizer é que uma biblioteca bem organizada, com um rico acervo e, preferencialmente, pública e gratuita, pode, com certeza promover a formação de leitores que continuarão sempre buscar leituras que serão ressignificadas por outros leitores.

3.5 BPMRC: caminhando para o mundo digital

O desenvolvimento e a rápida expansão das novas tecnologias de informação e de comunicação e a passagem para uma sociedade de informação, digital ou de rede, em que a internet e a World Wide Web⁵ assumem uma especial importância e têm levantado diversas questões sobre a natureza e a função do livro tal como tradicionalmente o temos conhecido. Desta forma, é necessário observar o leitor rio-verdense frente a essas transformações relacionadas às novas práticas de leitura e informação, e a apropriação dos textos, bem como os caminhos que estão sendo trilhados pela BPMRC rumo ao mundo digital.

Entrar no mundo da informação é essencial para a vivência atual, tendo em vista as constantes transformações ocorridas na sociedade e, agora, na “sociedade virtual”. Para sobreviver na sociedade globalizada, torna-se imprescindível que as pessoas saibam como obter, entender e utilizar a informação. Qualquer que seja seu conteúdo, a quantidade de informação

necessária depende da complexidade da escolha. Ao se deparar com uma grande quantidade de escolhas igualmente prováveis e se qualquer coisa pode acontecer, é preciso mais informação do que simplesmente encarar uma simples escolha entre alternativas. Para Almeida (2004, p.2) “a informação deve, necessariamente, modificar, transformar o conhecimento pré-existente de alguém e somente assim deverá ser ela entendida como informação”. Nessa perspectiva, a informação constitui-se num conhecimento potencialmente construído e transmissível, tem papel decisivo na mudança dos destinos da humanidade e está ligada ao conhecimento e desenvolvimento de cada uma das áreas do saber. Ela precisa ser confiável, atual e disponível. Quem a detém com certeza domina o poder, pois agências, hoje, especializam-se em vender informações para quem delas precisar.

Costin (2004) mostra que o jovem que não lê está excluído da sociedade, pois não tem acesso a informações necessárias para sua sobrevivência na sociedade atual, que tem na leitura e escrita o modo essencial de comunicação e que atualmente é movida pelo universo virtual, onde pessoas de todas as partes do mundo se comunicam e fazem transações importantíssimas através das grandes redes virtuais. Para essa autora, quem não domina a leitura em todo seu processo está sujeito a margear o universo textual que cerca a sociedade, ficando à mercê de outros que lêem e interpretam o texto para eles. Tornam-se então incapazes de terem autonomia, pois dependem de outros para “caminharem” no universo letrado. O sujeito que lê faz suas próprias interpretações, tornando-se mais crítico e ativo na sociedade atual. Como se vê, essa autora corrobora muitos estudos dos autores já citados nesse trabalho.

Percebe-se que o livro e as suas práticas ou os modos de apropriação dos textos, bem como a relação com a escrita, encontram-se num momento de rápida transformação, impondo uma reflexão sobre como se traduzem essas mudanças na “ordem do livro”. Na verdade, há um campo de turbulência, em que se assiste cada vez mais a experiências no âmbito da edição eletrônica e ao aparecimento de obras para leituras em *écran*⁶ de dispositivos portáteis de leitura de textos digitalizados, à multiplicação de publicações em diversos formatos e linguagens “mark-up” e ao desenvolvimento de “software” para potencializar condições dessa “nova leitura”.

Neste quadro, Chartier (1998, p.147) tem insistido que muito embora situações aparentemente semelhantes sejam recorrentes na história do livro e dos meios de comunicação, o momento em que as pessoas se encontram, configura-se uma “revolução” mais radical do que todas as anteriores por abranger, pela primeira vez em simultâneo, um conjunto de mutações que até agora tinham ocorrido em separado. Na verdade, argumenta Chartier, que muitas das categorias através das quais as pessoas têm relacionado com a cultura escrita estão alterando-se,

pois têm havido mudanças nas técnicas de reprodução do texto, na forma ou suporte do texto e ainda nas práticas de leitura. Ainda, segundo esse autor, no passado isso nunca sucedeu, porque a invenção do códice⁷ no Ocidente não modificou os meios de reprodução dos textos ou dos manuscritos. A invenção de Gutenberg não modificou a forma do livro. As revoluções nas práticas de leitura ocorreram no contexto de uma certa estabilidade quer nas técnicas de reprodução dos textos quer na forma e materialidade do objeto. Percebe-se, de forma clara, que hoje estas três revoluções – técnica, morfológica e material – indicadas por Chartier, estão perfeitamente interligadas.

Segundo ainda Chartier (1998), essa singularidade leva ao enfrentamento de uma crise nas categorias que têm permitido uma ligação com o livro e com sua cultura. Por exemplo, acrescenta Chartier, as que dizem respeito à propriedade e ao “copyright”⁸, que se cristalizam durante o século XVIII, encontram agora diversas dificuldades face às características do texto eletrônico. Mas o mesmo se passa com a noção da identidade do livro, identidade que é simultaneamente textual e material. Até agora, os gêneros textuais podiam distinguir-se imediatamente pela sua materialidade específica. Um livro não é um jornal, que por sua vez também não é uma carta. Mas no mundo dos textos eletrônicos esta diferença tende a desaparecer. Chartier (1998, p.30), ressalta que:

Ler numa tela, de fato, não é ler num codex. A nova representação do escrito modifica, em primeiro lugar, a noção de contexto, substituindo a contigüidade física entre textos presentes num mesmo objeto (um livro, uma revista, um jornal) sua posição e distribuição em arquiteturas lógicas – as que governam os bancos de dados, os fichários eletrônicos, os repertórios e as palavras-chaves que tornam possível o acesso à informação. Ela redefine também a “materialidade” das obras, quebrando o elo físico que existia entre o objeto impresso (ou manuscrito) e o texto ou textos que ele veicula, dando ao leitor, e não mais ao autor ou ao editor, o domínio sobre o contorno ou a aparência do texto que ele faz aparecer na tela. É, portanto, todo o sistema de identificação e de manejo dos textos que é transformado.

Mesmo diante de toda essas transformações que estão ocorrendo nas formas de reprodução textual, no suporte do texto ou até mesmo nas práticas de leitura, há de se admitir que o mundo digital tem revolucionado a informação e o conhecimento nos dias atuais.

Lévy (2003) mostra que a ciberdemocracia⁹ favorece grandemente a quebra das barreiras territoriais, tanto no sentido político como cultural, abrindo um espaço para expressão da liberdade podendo a humanidade se conectar com quem e quando desejar, tornando-se atemporal, para discutir assuntos sobre política, trocar informações, pesquisá-las de acordo com seus interesses. A globalização deve trazer consigo a necessidade de demarcar e denunciar os

territórios impostos pela economia, política e cultura, tornando uma nação única, sem preconceitos e com maior liberdade de expressão. Para Lévy (2003, p.377), “a internet é o melhor meio de comunicação e traz a esperança de libertação tão esperada, libertação de uma sociedade estruturada sobre fortes pressões e imposições dos dominantes no império da globalização”. Para tanto, é necessária a intervenção do Estado no processo de inserção de toda população na sociedade globalizada, oferecendo programas sérios que proporcionem acesso à informação e um suporte para o desenvolvimento da leitura.

Nesse contexto, a BPMRC vem, de acordo com suas possibilidades, tentando proporcionar ao leitor de Rio Verde a oportunidade de ter acesso ao mundo digital. Atualmente, a BPMRC tem em suas dependências um telecentro, onde os alunos são orientados por um professor de informática que é funcionário da BPMRC. O telecentro é um espaço público onde os leitores podem utilizar os computadores, a internet, e as outras tecnologias digitais que lhe permitam coletar informações, criar, aprender e comunicar-se com outras pessoas enquanto desenvolvem habilidades digitais essenciais no século XXI. Gilson Barbieri, professor do telecentro, afirma que:

O telecentro tem dado oportunidade a várias pessoas a terem seu primeiro contato com o mundo digital. O telecentro funciona de 2ª a 6ª feira das 8h às 17h e são oferecidas aulas de informática gratuitamente, tendo hoje uma média de 40 alunos, além de computadores disponíveis a todas as pessoas para fazerem suas pesquisas e leituras via internet sem nenhum custo. (Entrevista, 2007)

Em relação ao contato com o mundo digital na BPMRC, Lília, 16 anos, estudante escola pública, disse:

A leitura digital me atrai muito, por vários motivos, entre eles, a diversidade e opções de leituras disponíveis, a facilidade na busca de textos que me interessam, atualização constante das informações, além da possibilidade de ter acesso “on line” a qualquer jornal ou revista no mundo inteiro, em tempo real. Outra grande vantagem existente ao ler um texto digital é a possibilidade de intervir nos textos, modificá-lo, reescrevê-lo, sugerir, criticar e muito mais. (Entrevista, 2007)

A fala da Lília, com relação a essa liberdade encontrada nos textos digitais, encontra eco em Cavallo e Chartier (1998, p.31):

O objeto impresso impõe-lhe sua forma, sua estrutura, seus espaços (...). Com o texto eletrônico acontece algo diferente. Não somente o leitor pode submeter os textos a múltiplas operações (ele pode indexá-los, anotá-los, copiá-los, deslocá-los, recompô-los, etc.), como pode, ainda mais, tornar-se o co-autor. (...) O leitor diante da tela, torna-

se um dos atores de uma escrita a várias mãos ou, pelo menos, encontra-se em posição de construir um texto novo a partir de fragmentos livremente recortados e reunidos.

O foco do telecentro dentro da BPMRC está no uso das tecnologias digitais para sustentar o desenvolvimento comunitário, econômico, educacional e social, reduzindo o isolamento, interligando as divisas digitais, criando oportunidades e alcançando as pessoas. O telecentro existente dentro da BPMRC foi instalado no início de 2006, possui 12 computadores, doados por bancos públicos e empresas da iniciativa privada. Mesmo ainda operando em um espaço físico limitado, com vários ajustes a serem feitos, percebe-se que a iniciativa de ter um espaço dentro da biblioteca para consultas e leituras via internet, está proporcionando a inclusão digital para os leitores que ainda não tiveram a oportunidade de acesso a essa tecnologia, além de dar grande suporte aos leitores no momento de suas pesquisas e leituras, como afirma André, funcionário público:

A instalação do telecentro aqui na BPMRC foi de grande valia, porque agora temos a liberdade e a oportunidade de acessarmos com o mundo e diversos tipos de leitura; uma outra grande vantagem do telecentro, foi que muitas coisas que eu pesquiso nos livros da área de Direito, às vezes, estão desatualizados, com o suporte da internet esse problema se ameniza. (Entrevista, 2007)



Ilustração: Telecentro da BPMRC (2007)
Fonte: Leonardo Montes Lopes

Segundo Silveira (2001, p.26), as políticas de acesso ao mundo digital é a forma mais ampla de acesso físico ao computador e à internet. Faz necessário que se deixe claro, que a inclusão digital não pode ser apartada da inclusão autônoma dos grupos sociais pauperizados, ou seja, da defesa de processos que assegurem a construção de suas identidades no ciberespaço, da ampliação do multiculturalismo e da diversidade a partir da criação de conteúdos próprios na

internet, e, pelo ato de cada vez mais assumir as novas tecnologias da informação e comunicação para ampliar o processo de cidadania. A mensagem central para inclusão digital é de caráter universalista, como afirma Santos (2002, p.75): “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Diante disso, é necessário que a BPMRC seja vista também como um espaço formador para desenvolver e aprimorar as competências necessárias para sobreviver na sociedade da informação, na qual o uso intensificado de tecnologias da informação e comunicação tem sido uma constante para conviver com pessoas. Robson 20 anos, estudante escola pública, esclarece que:

Na minha casa não tem computador, meu pai não tem condições para comprar um; mas sempre tive vontade de aprender a mexer nesta máquina. Sempre venho aqui na BPMRC para pegar livros ou fazer pesquisas escolares, até que um dia foi montado aqui este telecentro, então tive a oportunidade de ter acesso ao mundo digital, agora além de saber mexer no computador, viajo pela internet, leio vários textos, e o que eu acho mais interessante é que um texto, um assunto, vai me levando a outros textos, ou seja, é uma verdadeira viagem. (Entrevista, 2007)

Perguntado se essa experiência do mundo digital o havia afastado dos livros, Robson respondeu:

Não, continuo lendo normalmente, eu gosto de ler livros, mas têm muitas coisas que não têm aqui na biblioteca, então eu acho na internet, acredito que a internet não me distanciou dos livros, pelo contrário, praticamente toda semana estou aqui, e sempre pego um livro para ler em minha casa, sendo que muitos livros descubro a partir da internet. (Entrevista, 2007)

A fala de Robson mostra de forma clara que a iniciativa e a implantação de um telecentro na BPMRC abriram novos horizontes em sua vida; ou seja, está tendo a oportunidade de ter acesso a um mundo que antes para ele era desconhecido. Outro aspecto que deve ser destacado foi o fato de um texto dentro da internet levar a outros textos, o que é chamado de hipertexto, tão discutido atualmente.

Para Silveira (2001), um hipertexto é uma estrutura conceptual que foi originalmente concebido em termos completamente mecânicos, os hipertextos formam um sistema de recuperação de informação, usados para recolher, ordenar, agrupar, atualizar, pesquisar e recuperar informação de um modo mais fácil, rápido e eficiente. Na realidade, o hipertexto fornece meios potentes e efetivos para integrar e organizar documentos em coleções coerentes, com referências cruzadas extensas, estáveis e imediatamente disponíveis. Nota-se, que o hipertexto abre e é uma grande esfera para o crescimento sem limites, parece então razoável

descrever o hipertexto como uma ferramenta altamente constitutiva de organização e um hiperespaço, onde o leitor tem a oportunidade de ler e conhecer uma imensa esfera de textos, onde um texto levará o leitor a outros textos, e assim sucessivamente. Zilberman (2001, p.115), a esse respeito, ressalta que: “A profundidade e a simultaneidade evidenciam-se mais propriamente no caso do trabalho em hipertexto. Essa modalidade de expressão desenvolve de certo modo, uma caracter do texto literário, a intertextualidade”.

É preciso deixar claro, que a idéia de hipertexto não nasce com a internet, nem com a web. De acordo com Burke (2004), as primeiras manifestações hipertextuais ocorrem nos séculos XVI e XVII através de “manuscritos e marginalia”. Os primeiros sofriam alterações quando eram transcritos pelos copistas e assim caracterizavam uma espécie de escrita coletiva. Os segundos eram anotações realizadas pelos leitores nas margens das páginas dos livros antigos, permitindo assim uma leitura não-linear do texto. Essa marginalia era posteriormente transferida para cadernos de lugares-comuns para que pudessem ser consultadas por outros leitores.

Outro ponto a ser destacado em relação a Robson, foi sobre a possibilidade de o mundo digital afastá-lo das leituras impressas, ou seja, dos livros, revistas, jornais. O entrevistado disse que não, que ele continua tendo interesse pelos livros. Mas essa questão do distanciamento dos livros em consequência do mundo digital é uma das maiores preocupações dos estudiosos da área, Zilberman (2001, p.105 e 106) afirma:

A valorização do leitor e da leitura parece chegar tarde demais: anunciam-se o final da era do livro, sua substituição por multimídias interativas, a metamorfose do consumidor de obras escritas no nerd internauta, aventureiro que percorre até agora desconhecidos universos virtuais. Os vaticínios provêm dos profetas da aurora do milênio, cujas palavras revelam, de um lado, otimismo, de outro, desalento. A primeira reação deve-se à possibilidade de se descortinarem horizontes julgados, até poucos anos, sequer imagináveis. A segunda, porém, advém da hipótese de desaparecerem culturas e tradições milenares, transformadas em espaços hipotéticos alojados nas memórias de máquinas impessoais.

É preocupante a fala de Zilberman, mas penso que o livro jamais será substituído e que o interesse pelos textos em multimídia pode até despertar as pessoas para a necessidade e a importância do livro, levando cada vez mais a leitura de textos impressos. O que não se pode negar, e que já está acontecendo, mas não resultará no fim dos livros, é uma grande transformação na economia editorial e nas organizações administrativas e jurídicas nestas áreas. Como afirma Chartier (2000, p.26 e 27):

A transmissão eletrônica de textos trouxe outra revolução na leitura. A nova relação com os textos obriga a uma profunda reorganização da “economia escrita”. Ao tomar a produção, transmissão e leitura de um dado texto simultâneo, e ao atribuir a um único indivíduo as tarefas, até aqui distintas, de escrever, publicar e distribuir, a apresentação eletrônica dos textos anula as antigas distinções entre papéis intelectuais e funções sociais. Torna-se, ao mesmo tempo, imperativo redefinir todas as categorias que organizavam as expectativas e percepções dos leitores. Estas incluem os conceitos jurídicos (direitos autorais, propriedade literária), categorias estéticas (originalidade, integridade, estabilidade), noções administrativas (biblioteca, catalogação, descrição), os quais vinham sendo usados até agora para caracterizar o mundo escrito. Todos foram inventados para um modo de produção, preservação e comunicação dos escritos completamente diferente.

Nesse sentido, vale lembrar Barthes (2004, p.45) quando afirma que: “o livro faz o sentido, o sentido faz a vida”. Acredito sim que várias transformações estão ocorrendo e irão ocorrer em relação às práticas, modos e representações de leitura, mas mesmo diante de todas essas transformações, nada pode substituir o livro.

Fica claro, portanto, que o mundo digital está cada dia mais presente na vida das pessoas, e é uma transformação que vem desafiando várias tradições e quebrando várias barreiras, Chartier (2000, p.28) lembra que:

A passagem dos textos do livro impresso para a tela do computador é uma mudança tão grande quanto à passagem do rolo para o códex durante os primeiros séculos da Era cristã. Isso desafia a ordem dos livros familiares aos leitores e dita novos caminhos de leitura que superam as limitações tradicionais impostos pelos objetos impressos.

Nesse contexto, a BPMRC tendo a necessidade de incluir os seus leitores no mundo digital, mesmo de forma ainda pequena, vem tentando oferecer algumas tecnologias da era digital através dos computadores presentes na biblioteca, apresentando assim, outras práticas de leitura e outras maneiras de acesso à fruição, informação e formação. É preciso reafirmar no entanto que a história tem demonstrado que é possível um compartilhamento entre o livro (material impresso) e as novas tecnologias; prova disso é o constante crescimento do mercado editorial em função da caça dos leitores por livros. Livros que também caçam os leitores a partir de vários lugares: nas livrarias, nas bancas de revistas, nas ruas, nas bibliotecas, nas salas de aula e por que não, na internet ou em outros lugares ainda a serem criados pelos homens. Vale dizer com Certeau (APUD, MELO, p.265), que o homem, nas suas andanças através dos seus textos verbais e não-verbais, tem muito ainda a descobrir.

1 Baltar (2003) afirma que um evento discursivo é uma ocorrência num tempo e num espaço exclusivo e específico, que envolve enunciadores com objetivos comunicacionais específicos. Uma audiência num tribunal poderia ser um exemplo de evento discursivo onde poderiam ocorrer gêneros como exposição de defesa, argüição, sentença; o ambiente jurídico como o ambiente discursivo determinado, tendo os enunciadores presentes em situação real de comunicação, com objetivos a atingir.

2 Segundo Greimas e Courtés (1989), a sociossemiótica é o estudo dos discursos sociais não-literários, que considera o modo de existência e produção de significação.

3 Wolfgang Iser é professor de inglês e literatura comparativa na Universidade de Constance na Alemanha. Junto com o colega teórico Hans Robert Jauss, Iser é o maior expoente da estética da recepção, que fundamenta suas bases na própria crítica literária alemã. Em resumo, a sua teoria vê o texto como um local de produção e proliferação de significados, sendo cético em relação à objetividade do texto da crítica formalista. Iser privilegia a experiência da leitura de textos literários como uma maneira de levar a consciência ativamente, realçando o centro da mesma na investigação de significados.

4 Hans Robert Jauss é autor de livros sobre teoria da recepção, professor de línguas românicas e teoria da literatura, é um dos maiores defensores da teoria da análise literária que se concentra na forma como um trabalho é recebido pelos leitores, seus contemporâneos e ao longo da sua história subsequente (teoria da recepção). Jauss afirma que o significado de um texto se modifica à medida que se altera o horizonte de expectativas e de saberes dos leitores que constituem o seu público.

5 (que significa “rede de alcance mundial”) é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na internet. Os documentos podem estar em forma de vídeos, sons, hipertextos e figuras.

6 Leitura através da imagem da tela de um computador.

7 Livro manuscrito, em geral do período da era antiga tardia até a Idade Média. O códice é um avanço do rolo de pergaminho, e gradativamente substituiu este último como meio de escrita. O códice por sua vez, foi substituído pelo livro impresso.

8 Direitos autorais, propriedade literária ou artística.

9 Representação da democracia no meio virtual, o que, claro se acredita existir na internet, ou seja, a oportunidade de todas as pessoas, independente de classe social, cor ou sexo, ter acesso ao mundo da informática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte da memória\história da BPMRC se faz presente neste trabalho. O trabalho envolveu vários leitores e suas respectivas práticas e representações de leitura, mostrando os múltiplos sentidos e significados da leitura para esses leitores, além de várias atividades culturais desenvolvidas pela BPMRC.

No decorrer dessa pesquisa ficou evidenciado através das várias entrevistas e matérias de jornais, a importância da BPMRC como suporte cultural para muitos cidadãos rio-verdenses, que buscam nesse espaço cultura, prazer e entretenimento. Essa importância também se configura pelo fato da BPMRC através de seus projetos culturais ir a lugares antes inacessíveis, levando livros, revistas e jornais aos distritos de Rio Verde, assentamentos de Sem Terra e Cadeia Pública, proporcionando a essas pessoas a oportunidade e o prazer do contato com a leitura, além da aproximação entre biblioteca e comunidade.

Também é importante ressaltar o alcance da BPMRC junto às escolas da cidade, foi possível perceber que a biblioteca tem buscado por meio de algumas práticas culturais e pedagógicas, fazer-se presente na vida dos alunos e no cotidiano das escolas públicas e particulares de Rio Verde, procurando através dessas iniciativas apresentar a importância e o prazer da leitura, tornando-se assim um elemento transformador que contribui diretamente no processo de formação de alunos e professores. “A biblioteca deve deixar de ser um elemento inexistente ou passivo no contexto da escola, a biblioteca deve se transformar num ambiente rico em estimulação sociocultural para a leitura, e com significação para professores, alunos e comunidade” (SILVA,1993, p.28). Essa aproximação e interação da BPMRC com escolas e comunidade mostram a relevância desse espaço como fonte de saber e informações para um número significativo de pessoas, e esses benefícios da biblioteca como agente cultural na comunidade rio-verdense e arredores me reportam a Martins (2002, p.325) que afirma:

A biblioteca desempenha, por menos que pareça, o papel essencial na vida das comunidades modernas, é em torno dela que circulam todas as outras correntes da existência social; ela é circulante pelo empréstimo de livros que penetram então, em domínios que lhe tinham sido inacessíveis: o meio rural, as fazendas e as vilas proletárias

Percebe-se que o autor mostra a importância e os benefícios da biblioteca para uma comunidade, e o impacto positivo dessa instituição cultural quando chega à vida de pessoas que

antes eram deixadas à margem. Dessa forma, é possível afirmar que a BPMRC vem de acordo com suas possibilidades buscando levar o livro e o prazer da leitura às pessoas que se encontram em lugares distantes, mostrando que a biblioteca deve ir além de suas fronteiras, ou seja, estar aberta ao público é uma das tarefas da biblioteca, mas também é necessário que ela vá ao encontro do público que se acha longe deste bem cultural.

Mesmo sendo a biblioteca em estudo tão importante para a comunidade rio-verdense, foi possível perceber no decorrer desse trabalho uma carência de investimentos por parte do poder público junto a BPMRC, e a inexistência de políticas relacionada à aquisição de livros, através de verbas específicas para a biblioteca. São ainda criadas iniciativas tímidas que não dão condições de a BPMRC exercer com alto padrão de qualidade seu papel como agente cultural para a população, oferecendo seu espaço para discussão, encontro e favorecimento da leitura. Fica claro que os projetos e práticas de leitura existentes atualmente na biblioteca são frutos da iniciativa e dedicação dos funcionários ali presentes que, mesmo com carência de recursos e verbas, vêm ao longo dos anos desempenhando projetos e campanhas com o objetivo de incentivar e propagar os benefícios da leitura.

Essa falta de investimentos remete a Abreu (2000, p.156) quando alerta que “Se queremos uma sociedade democrática e justa, inclusive do ponto de vista cultural, é fundamental que se invista em escolas e bibliotecas públicas de qualidade”. Dessa forma, se considerar a educação como a base sólida para o desenvolvimento massificador, compreender-se-á que a biblioteca pública pode oferecer o aprofundamento dos conhecimentos individuais, promovendo a capacidade e a criatividade das pessoas. É necessário, assim, que o poder público dê a devida atenção à BPMRC para que ela tenha condições e mecanismos para se aperfeiçoar e continuar cumprindo seu papel no oferecimento das oportunidades de leitura e, assim, contribua ainda mais para a formação de leitores na cidade de Rio Verde. Para tanto, faz-se necessário também que todos os profissionais inseridos nessa área estejam em constante processo de capacitação, para que tenham condições de prestar os relevantes serviços que são exigidos das bibliotecas públicas por uma sociedade de demandas culturais crescentes. Os investimentos no acervo, prédio, mobiliários e recursos humanos são essenciais para a melhoria das condições de atendimento ao público no sentido de estimular o prazer da leitura nos diferentes níveis, processos e situações. Tal tarefa influencia diretamente na vida de toda a comunidade e possibilita ainda mais o desenvolvimento intelectual, cultural, social e tecnológico do ser humano.

Esse trabalho ao reconstruir a memória\história e as práticas de leitura e leitores da BPMRC não se configura como um instrumento de solução dos problemas existentes nesse

espaço. Ao contrário, ele aponta reflexões e encaminhamentos para uma tomada de decisão em favor da BPMRC para que continue sendo formadora de leitores de forma prazerosa, sem os recalques de culpas e fracassos e, sobretudo, que continue valorizando a educação do povo e a cultura popular. Afinal, a biblioteca é uma organização de existência milenar que vem modificando conceitos, estruturas e estratégias, em função das mudanças da sociedade ao longo dos séculos. Desta forma, é instigante refletir sobre a dicotomia entre a perenidade de uma parte da função da BPMRC - a da preservação da memória cultural - e a imprevisibilidade de alteração do conjunto de suas funções, para atender ao seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Imprevisibilidade que não indica ser instável, mas, flexível, democrática, compartilhando as mudanças da sociedade com os vários leitores, através de suas leituras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas – SP: Mercado das Letras. 2000.

_____. “Diferença e desigualdade: preconceito em leitura”. In: MARINHO, M. (org). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2001.

_____. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: ed. UNESP, 2006.

ALMEIDA JÚNIOR, O.F. de. *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina: UEL, 1997.

_____. A mediação da informação. In: *Informação nas organizações sociais: desafios em face de multiplicidade de enfoques/ organização* de Bárbara Fadel. – Marília: FUNDEPE, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rebelais*. Tr. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BALTAR, Marcos Antônio Rocha. *A competência discursiva através dos gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula*. Tese Doutorado, Instituto de Letras, Universidade Federal do rio grande do Sul. Porto Alegre, 2003

BAMBERGER, Richard. *Como incentivar o hábito da leitura*. São Paulo, Ática/Unesco, 1986.

BARTHES, R. e compaignon, A. “*Leitura*”. In Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

_____. *O prazer do texto*. Editora perspectiva S.A São Paulo – SP. 2004.

BATTLES, M. *A Conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction; critique social de jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BRASIL. Decreto nº 520; de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 de maio de 1992. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/listaPublicacoes.action?>>

BRASIL. lei nº 5.805, de 03 de outubro de 1972. Estabelece normas destinadas a preservar a autenticidade das obras literárias caídas em domínio público. *Diário Oficial da União* Brasília, DF, 3 de out. 1972. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/listaspublicacoes.action?>>

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das letras, 1994

BORDINI, Maria Glória. AGUIAR, Vera Teixeira. *A formação do leitor – alternativas metodológicas*. Ed. Mercado Aberto – Porto Alegre – RS. 1988.

BURKE, Peter. *A escola dos annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *Testemunha ocular*. São Paulo: EDUSC, 2004.

CALDAS, Elaine Formentine. *A trajetória dos programas oficiais de leitura e da biblioteca pública no Brasil durante o período de 1937 – 2004*. Dissertação Mestrado, Ciência da Informação, Pontifca Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza T. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial – FADESP, 2002.

CARR, Stephen et alii. *Public space*. New York: Cambride University Press, 1992.

CAVALLO, Gugliemo. CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental 2*. São Paulo: ed. Ática, 1999.

CATTANI, Maria Izabel; AGUIAR, Vera Teixeira de. *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1993.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. V.1 São Paulo: Ática, 1998.

CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *As revoluções da leitura no ocidente*. In Abreu, M. *Leitura e história da leitura*. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2000.

_____. Before and after Gutenberg. *Uma conversa com Roger Chartier*, in the book & the computer, Abril 30, 2002. Disponível na Web em <http://www.honco.net/os/chartier.html>. Acedido a 30 Junho de 2007.

_____. *O mundo das representações*. Estudos Avançados. São Paulo, v.5, n11 jan/abril, 1991, p. 173 – 191.

CUNHA, L.A *Educação e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CYSNE, Fátima Portela. *Biblioteconomia – dimensão social e educativa*. Fortaleza: ed. UFC. 1993.

COSTIN, C. *Leitura e cidadania*. In: *Práticas de cidadania*. São Paulo: contexto, 2004, p. 269-271.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. De Denise Bottmann. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral – memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Cláudia. *Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas*. 16 p. Nov. 1999.

DOUGLAS, Mary Peacoca. *A biblioteca da escola primária*. Publicado de acordo com a UNESCO. Trad. e notas de Luís Damasco Penna e J.B. Damasco Pena. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Conselho Federal de Cultura, 1971.

DUBY, Georges. LARDEAU, Guy. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa – Portugal: Manuel Barbosa & Filhos, LTDA. Ed. 1989.

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Record. 1986.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. Ed. 2006.

ELY, Neiva Helena. *Biblioteca escolar em escolas públicas estaduais* 1. grau: um estudo sobre a atualização, adequação e utilização da coleção de livros. 1988. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1988.

FARACO, Carlos Alberto. *Falante: que bicho é esse, afinal?* Curitiba (mimeo). 1997.

FLUSSER, V. *A biblioteca como instrumento de ação cultural*. Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, V 12, n ° 12, 1983.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: 14º ed. Edições Loyola, 2006.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade: e outros escritos*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 33 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *A biblioteca pública: administração, organização, serviços*. Rio de Janeiro: O departamento, 1995. 121 p.

_____. *A biblioteca pública: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: Departamento de processos técnicos, 2000. 160 p.; il. Ou Disponível em: <<http://consorcio.bn.br/consorcio/manuais.htm>> Acesso em:01/11/2007.

GALZERANI, M. Carolina B. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1879 e 1880*. Campinas – SP. TESE (doutorado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1998.

GERALDI, João Wanderley. *A linguagem nos processos sociais de constituições da subjetividade*. 1999.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 1 ed; São Paulo, Martins Fontes, 1985.

GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na primeira república*. São Paulo, Pioneira, 1983.

GOULEMOT, Jean Marie. *Da leitura como produção de sentidos*. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*, tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; GUAREZZI, Sirley. *Divulgação profissional: uma proposta pedagógica como suporte ao desenvolvimento da profissão bibliotecária no Brasil*. Transição, Campinas – SP. 1994.

GREIMAS, A.J. e COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário – Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. *Programa Nacional de Bibliotecas*. Brasília: Ministério da Cultura, 1978. 66 p.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação da ciência literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JOUBE, Vicent. *A leitura*. Ed. UNESP. São Paulo. 2002.

KLEIMAN, Ângela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 8ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para leitura do mundo*. Ed. Ática. São Paulo – SP, 2006.

_____. *Meus alunos não gostam de ler... O que eu faço?* REVER – Produção editorial – Brasília – 2005.

LÉVY, P. *Pela ciberdemocracia*. In Moraes, D. Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 367 – 384.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. São Paulo: Unicamp, 2000.

MAGGE, Bryan. *História da filosofia*. Tradução. Marcos Bagno. São Paulo. 3 ed, Edições Loyola, 2001.

MARINHO, Marildes (org.). *Ler e navegar*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil – ALB, 2001.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita – História do livro da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Editora Ática. 2002.

MELO, Orlinda Carrijo. *Alfabetização e trabalhadores: o contraponto do discurso oficial*. Campinas – SP: editora UNICAMP. Goiânia – GO: editora da UFG, 1997.

_____. *A invenção da cidade leitura e leitores*. Goiânia – GO: editora da UFG, 2007

MIALARET, Gaston. *A aprendizagem da leitura*. São Paulo: editorial estampa, 1987.

MIDLIN, Betty. *O ministério da educação e a pluralidade cultural*. O estado de São Paulo. Caderno A, 27 out. 1997, p.2, col 3 – 6.

MINDLIN, José. *O bibliófilo e a leitura*. In Abreu, M. Leitura, história e história da leitura. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2000.

MILANESI, Luiz. *Ordenar para desordenar: centro de cultura e bibliotecas públicas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *A informação, o cotidiano*. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. Ler e escrever na biblioteca. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt (ET.al) (org.). *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 3.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

NERY, A. *A Biblioteca escolar: um jeito de ajeitar a escola*. São Paulo: Loyola, 1989.

NOGUEIRA, M.C.D. *Biblioteca Pública: a ambivalência de seu papel*. Revista da escola de biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, nº 2, v.15, p. 222-248, 1986.

NORA, Pierre. *Memória coletiva*. In: LE GOFF, Jacques; Chartier, Roger; REVEL, Jacques (Orgs). *A história nova*. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n.10, 1993.

OBATA, R.K. *Biblioteca interativa: construções de novas relações entre biblioteca e educação*. São Paulo, Nova Série. V.1. 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Discurso e leitura*. 4ª ed. São Paulo – SP, 1999.

PASSOS, Jeane dos Reis. *Competências e habilidades do bibliotecário na sociedade contemporânea: análise de quatro escolas paulistas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2004, 153 p. Dissertação (mestrado). Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004.

PERROTI, Edmir. *A criança e a produção cultural*. In: Zilberman, Regina (Org.) *A produção cultural para a criança*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1990.

_____. *Leitura, confinamento e infância*. Campinas – SP. Summus, 1993.

PETRUCI, A. *Ler por ler: um futuro para a leitura*. IN: CAVALLO, G. CHARTIER, R. (orgs.) *História da leitura no mundo ocidental*. V.2, Editora Ática, São Paulo, 1999.

POULAIN, Martine. *Cenas de leitura na pintura, na fotografia, no cartaz, de 1881 a 1989*. In: FRAISSE, E., POMPOUGNAC, Jean-Claude e POULAIN, Martine. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997.

Programafomedolivro2005.[HTTP:\\www.vivaleitura.com.br/boletins/boletim%20Fome%20de%20livro%20016.htm](http://www.vivaleitura.com.br/boletins/boletim%20Fome%20de%20livro%20016.htm). Acesso em 20/05/2007.

SANTOS, Myrian S. dos. *Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, V.13, n.38, 1998.

SANTOS SOUZA, Boaventura. *A globalização e as ciências sociais*. Ed. Cortez. 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Ezequiel da. *Elementos de pedagogia da leitura*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Leitura e realidade brasileira*. Porto Alegre: Mercado aberto, 5ª ed. 1997.

_____. *Leitura na escola e na biblioteca*. Campinas – SP: Papyrus. 1995.

_____. *Magistério e mediocridade*. São Paulo: ed. Cortez 5ª ed. 1996.

SILVA, H.R da. *Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*. *Revista Brasileira História*, 22 (44): 425-438. 2002.

SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da biblioteca escolar*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo. 2001.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. *A biblioteca pública, administração, organização, serviços*. Porto Alegre: Ministério da Cultura, L&PM Editores, 1999.

SOARES, M.B. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. Ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2000.

SOBRAL, E.B. *Recursos humanos para a biblioteca escolar*. Brasília: UNB, 1982.

SPONHOLZ, Regina M.L.P. *Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas*. São Paulo. Ed. Pioneira, 1984.

TAVARES, Denise Fernandes. *Biblioteca escolar*. São Paulo, Lisa, 1973.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. São Paulo – SP, Paz e Terra. 1992.

ZILBERMAN, Regina. *Fim dos livros, fim dos leitores?* São Paulo: editora SENAC. 2001.

_____. SILVA, Ezequiel Theodoro. *Leitura perspectivas interdisciplinares*. 5ª ed. Editora Ática. São Paulo – SP, 2000.

ANEXOS

Anexo A

LEI N.º 5.805, DE 03 DE OUTUBRO DE 1972

Estabelece normas destinadas a preservar a autenticidade das obras literárias caídas em domínio público.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As editoras sediadas no território nacional são obrigadas a adotar os textos fixados ou que tenham a fixação reconhecida pelo Instituto Nacional do Livro¹, quando editarem obras da literatura brasileira caídas em domínio público.

Parágrafo único. A fixação de um texto consiste no estabelecimento do texto original, após o cotejo de várias edições de uma obra.

Art. 2º A edição de condensação, adaptações ou outras quaisquer formas de popularização dessas obras dependerá de assentimento prévio do Instituto Nacional do Livro.

Art. 3º O Instituto Nacional do Livro publicará, periodicamente, no "Diário Oficial" da União, a relação dos textos fixados ou reconhecidos, promovendo, ao mesmo tempo, sua mais ampla divulgação.

Art. 4º O Instituto Nacional do Livro fará arquivar, de modo a permitir aos interessados a consulta no local, os relatórios que contenham as justificativas filológicas da fixação de cada texto, bem como os exemplares autênticos dos textos reconhecidos.

Art. 5º A autoridade policial competente, por solicitação do Instituto Nacional do Livro, apreenderá os exemplares das obras de que trata esta Lei, editadas em desacordo com os textos fixados ou reconhecidos.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EMÍLIO G. MÉDICI - Jarbas G. Passarinho

LEI Nº 5.805. Disponível em: < <http://www.minc.gov.br/legisl/docs/L-005805.htm> > . Acesso em 22/09/2004

Anexo B

LEI 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LEI N. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

CAPÍTULO I

Do Ensino de 1º e 2º graus

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

§ 1º Para efeito do que dispõem os Arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau.

§ 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional.

Art. 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Parágrafo único. A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento do ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art. 3º Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integradas por uma base comum e, na mesma localidade:

- a) a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;
- b) a entrosagem e a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros;
- c) a organização de centros interescolares que reúnam serviços e disciplinas ou áreas de estudo comum a vários estabelecimentos.

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

§ 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relacionadas de acordo com o inciso anterior.

§ 2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

§ 3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

§ 4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos.

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grupo currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;

b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciarão para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores.

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.

Parágrafo único. O estágio não acarreta para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento.

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969.

Parágrafo único. O ensino religioso, de matrículas facultativas constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.

Art. 8º A ordenação do currículo será feita por séries anuais de disciplinas ou áreas de estudo organizadas de forma a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendam às diferenças individuais dos alunos e, no ensino de 2º grau, ensejem variedade de habilitações.

§ 1º Admitir-se-á a organização semestral no ensino de 1º e 2º graus e, no de 2º grau, a matrícula por disciplina sob condições que assegurem o relacionamento, a ordenação e a sequência dos estudos.

§ 2º Em qualquer grau, poderão organizar-se classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento, para o ensino de línguas estrangeiras e outras disciplinas, áreas de estudo e atividades em que tal solução se aconselhe.

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Art. 10 Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade.

Art. 11 O ano e o semestre letivos, independentemente, do ano civil, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus funcionarão entre os períodos letivos regulares para, além de outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente e ministrar, em caráter intensivo, disciplinas, áreas de estudo e atividades planejadas com duração semestral, bem como desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores e realizar cursos especiais de natureza supletiva.

§ 2º Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino.

Art. 12 O regimento escolar regulará a substituição de uma disciplina, área de estudo ou atividade por outra a que se atribua idêntico ou equivalente valor formativo, excluídas as que resultem do núcleo comum e dos mínimos fixados para as habilitações profissionais. Parágrafo único. Caberá aos Conselhos de Educação fixar, para os estabelecimentos situados nas respectivas jurisdições, os critérios gerais que deverão presidir ao aproveitamento de estudos definido neste artigo.

Art. 13 A transferência do aluno de um para outro estabelecimento far-se-á pelo núcleo comum fixado em âmbito nacional e, quando for o caso, pelos mínimos estabelecidos para as habilitações profissionais, conforme normas baixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Art. 14 A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão

os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

§ 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

§ 3º Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade:

- a) o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;
- b) o aluno de frequência inferior a 75% que tenha obtido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento
- c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

§ 4º Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento.

Art. 15. O regimento escolar poderá admitir que no regime seriado, a partir da 7ª série, o aluno seja matriculado com dependência de uma ou duas disciplinas, áreas de estudo ou atividades de série anterior, desde que preservada a sequência do currículo.

Art. 16. Caberá aos estabelecimentos expedir os certificados de conclusão de série, conjunto de disciplinas ou grau escolar e os diplomas ou certificados correspondentes às habilitações profissionais de todo o ensino de 2º grau, ou de parte deste.

Parágrafo único. Para que tenham validade nacional, os diplomas e certificados relativos às habilitações profissionais deverão ser registrados em órgão local do Ministério da Educação

CAPÍTULO II

Do Ensino de 1º Grau

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e

Anexo C

DECRETO Nº 520; DE 13 DE MAIO DE 1992

Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, e de acordo com o disposto no art. 23, inciso V, da Constituição, e nos arts. 10 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e 2º, inciso III, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, junto à Fundação Biblioteca Nacional, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com vistas a proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sócio-cultural do País.

Art. 2º O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tem os seguintes objetivos:

- I - incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- IV - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- V - incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- VI - proporcionar, obedecida à legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;
- VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;
- IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas.

Art. 3º Respeitado o princípio federativo, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas atuará no sentido de fortalecer os respectivos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 4º Para consecução dos objetivos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, poderão ser celebrados convênios e contratos de prestação de serviços que visem:

- I - à especialização do quadro de recursos humanos;
- II - à orientação técnica, dentro dos padrões biblioteconômicos e normas comuns ou para casos localizados;
- III - ao incremento da circulação de bens culturais;
- IV - ao apoio a programas de atualização profissional, com a colaboração das universidades, especialmente mediante seus cursos de biblioteconomia e de ação cultural;
- V - à colaboração em projetos que envolvam entidades nacionais e internacionais.

Art. 5º Constituem receitas da Fundação Biblioteca Nacional, destinadas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas:

I- recursos do orçamento da União;

II - doações e contribuições nacionais e internacionais;

III - participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 6º O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas será dirigido pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, competindo-lhe:

I - gerir os seus recursos financeiros na forma da lei;

II - celebrar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a execução dos seus programas;

III - firmar contratos de prestação de serviços, visando ao desenvolvimento de projetos a ele vinculados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

Célio Borja

Anexo D

LEI Nº 9.674, DE 26 DE JUNHO DE 1998

Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

Da Profissão de Bibliotecário

Art. 1º – O exercício da profissão de Bibliotecário, em todo o território nacional, somente é permitido quando atendidas as qualificações estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo Único – A designação “Bibliotecário”, incluída no Quadro das Profissões Liberais, Grupo 19, da Consolidação das Leis do Trabalho, é privativa dos Bacharéis em Biblioteconomia.

Art. 2º – (Vetado)

Art. 3º – O exercício da profissão de Bibliotecário é privativo:

- I. dos portadores de diploma de Bacharel em Biblioteconomia, expedido por instituições de ensino superior oficialmente reconhecidas, registradas nos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor;
- II. dos portadores de diploma de graduação em Biblioteconomia, conferido por instituições estrangeiras de ensino superior, reconhecidas pelas leis do país de origem, e revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente;
- III. dos amparados pela Lei nº 7.504, de 2 de Julho de 1986.

Capítulo II

Das Atividades Profissionais

Art. 4º – O exercício da profissão de Bibliotecário, no âmbito das pessoas jurídicas de direito público e privado, é privativo dos Bacharéis em Biblioteconomia.

Art. 5º – (Vetado)

Capítulo III

Dos Conselhos de Biblioteconomia

Art. 6º – (Vetado)

Art. 7º – (Vetado)

Art. 8º – (Vetado)

Art. 9º – (Vetado)

Art. 10 – (Vetado)

Art. 11 – (Vetado)

Art. 12 – (Vetado)

Art. 13 – (Vetado)

Art. 14 – (Vetado)

Art. 15 – (Vetado)

Art. 16 – (Vetado)

Art. 17 – (Vetado)

Art. 18 – (Vetado)

Art. 19 – (Vetado)

Art. 20 – (Vetado)

Art. 21 – (Vetado)

Art. 22 – (Vetado)

Art. 23 – (Vetado)

Capítulo IV

Da Finalidade e Competência do Conselho Federal de Biblioteconomia

Art. 24 – (Vetado)

Art. 25 – (Vetado)

Capítulo V

Da Finalidade e Competência dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Art. 26 – (Vetado)

Art. 27 – (Vetado)

Art. 28 – (Vetado)

Capítulo VI

Do Registro de Bibliotecários

Art. 29 – O exercício da função de Bibliotecário é privativo dos Bibliotecários inscritos nos quadros do Conselho Regional da respectiva jurisdição, nos termos desta Lei.

§ 1º – É obrigatória a citação do número de registros no Conselho Regional, em todos os documentos de responsabilidade profissional.

§ 2º – (Vetado)

Art. 30 – Ao profissional devidamente registrado no Conselho Regional serão fornecidas a carteira de identidade profissional e a cédula de identidade de Bibliotecário, que terão fé pública, nos termos da Lei.

Capítulo VII

Do Registro das Pessoas Jurídicas

Art. 31 – (Vetado)

Art. 32 – (Vetado)

Capítulo VIII

Do Cadastro das Pessoas Jurídicas

Art. 33 – (Vetado)

§ 1º – (Vetado)

§ 2º – (Vetado)

§ 3º – As Bibliotecas Públicas localizadas em Municípios com até dez mil habitantes e cujo acervo não ultrapasse a duzentos exemplares catalogados poderão funcionar sob a supervisão de um Técnico em Biblioteconomia, devidamente registrado perante o Conselho e, neste caso, deverão comunicar ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia a criação, o funcionamento e a responsabilidade técnica da Biblioteca, para fins de anotação e controle, sendo isentas de qualquer taxa ou contribuição.

Art. 34 – (Vetado)

Capítulo IX

Das Anuidades, Taxas, Emolumentos, Multas e Renda

Art. 35 – (Vetado)

Art. 36 – (Vetado)

Art. 37 – (Vetado)

Capítulo X

Das Infrações, Penalidades e Recursos

Art. 38 – A falta de competente registro, bem como do pagamento da anuidade, caracterizará o exercício ilegal da profissão de Bibliotecário.

Art. 39 – Constituem infrações disciplinares:

- I. exercer a profissão quando impedido de fazê-lo ou facilitar, por qualquer modo, o seu exercício a não registrados;
- II. praticar, no exercício profissional, ato que a Lei defina como crime ou contravenção penal;
- III. não cumprir, no prazo estipulado, determinação emanada do Conselho Regional em matéria de competência deste, após regularmente notificado;
- IV. deixar de pagar ao Conselho Regional, nos prazos previstos, as contribuições a que está obrigado;
- V. faltar a qualquer dever profissional previsto nesta Lei;
- VI. transgredir preceitos do Código de Ética Profissional.

Parágrafo Único – As infrações serão apuradas levando-se em conta a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso.

Art. 40 – As penas disciplinares, consideradas a gravidade da infração cometida e a reincidência das mesmas, consistem em:

- I. multa de uma a cinqüenta vezes o valor atualizado da anuidade;
- II. advertência reservada;
- III. censura pública;
- IV. suspensão do exercício profissional de até três anos;
- V. cassação do exercício profissional com a apreensão da carteira profissional.

§ 1º – A pena de multa poderá ser combinada com qualquer das penalidades enumeradas neste artigo, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência da mesma infração.

§ 2º – A falta de pagamento da multa prevista neste Capítulo no prazo estipulado determinará a suspensão do exercício profissional, sem prejuízo da cobrança por via executiva.

§ 3º – A suspensão por falta de pagamento de anuidades, taxas e multas somente cessará com o recolhimento da dívida, podendo estender-se a até três anos, decorridos os quais o profissional terá, automaticamente, cancelado o seu registro, se não resgatar o débito, sem prejuízo da cobrança executiva.

§ 4º – A pena de cassação do exercício profissional acarretará ao infrator, a perda do direito de exercer a profissão, em todo o território nacional, com apreensão da carteira de identidade profissional.

§ 5º – Ao infrator suspenso por débitos será admitida a reabilitação profissional mediante novo registro, satisfeitos, além das anuidades em débito, as multas e demais emolumentos e taxas cabíveis.

Art. 41 – (Vetado)

Art. 42 – Nenhuma penalidade será aplicada sem que tenha sido assegurado ao infrator amplo direito de defesa.

Art. 43 – (Vetado)

Art. 44 – Não caberá ao infrator outro recurso por via administrativa.

Art. 45 – As denúncias só serão recebidas quando assinadas com a qualificação do denunciante e acompanhadas dos elementos comprobatórios do alegado, tramitando em caráter reservado, vedada a divulgação do nome do denunciante.

Art. 46 – As pessoas não habilitadas que exercerem a profissão regulamentada nesta Lei estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais e ao pagamento de multa, a ser definida pelo Conselho Federal.

Capítulo XI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 47 – São equivalentes, para todos os efeitos, os diplomas de Bibliotecário, de Bacharel em Biblioteconomia e de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, expedidos até a data desta Lei por escolas oficialmente reconhecidas e registradas nos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 48 – As pessoas não portadoras de diploma, que tenham exercido a atividade de 30 de Janeiro de 1987, e que já estão devidamente registradas nos quadros dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, estão habilitadas no exercício da profissão.

Art. 49 – (Vetado)

Art. 50 – (Vetado)

Art. 51 – (Vetado)

Art. 52 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53 – (Vetado)

Brasília, 25 de junho de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

Anexo E

ca
Biblioteca
Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE-GO.
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA GERAL

LEI Nº 1950-

(Autoriza a criação e instalação de Biblioteca Pública Municipal e da outras providências).

A CAMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS,
DECRETA... E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:-

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a criar e instalar na sede do Município uma Biblioteca Pública Municipal denominada "Rosulino Campos", sob a inteira responsabilidade da Administração Municipal.

Parágrafo Único. Constituirão o patrimônio da entidade de que trata este artigo; verbas e acervos conseguidos de doações, convênios com órgãos da área, bem como de quem se interesse em colaborar com a biblioteca, sob qualquer forma.

Art. 2º - Fica autorizado ainda o Chefe do Executivo a dotar a entidade ora criada de verba necessária à sua criação, instalação e manutenção.

Art. 3º - Revogadas disposições em contrario, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 de outubro de 1984.

Osório
Dr. Osório Leão Santa Cruz
Prefeito Municipal

Hilton
Bel. Hilton Ferreira da Silva
OAB-GO 1582.

Secretário Geral

HFS/ega



Prefeitura de Rio Verde
OSÓRIO SANTA CRUZ
trabalho sério e planejado.

Registrada às Fichas do arquivo próprio e publicado nesta Secretaria

Em 03 de Outubro de 1984

REPRODUCIR

Anexo F

Cartão	08
2º	
Cível	ESCRIVÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE GABINETE DO PREFEITO

Rio Verde, de de 197.....

= L E I N.º 1.221 =

"Autoriza o Poder Executivo a instituir a FUNDAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DE RIO VERDE e as outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo - 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação, que será denominada FUNDAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DE RIO VERDE.

Artigo - 2º - A Fundação terá sede e foro na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás;

§ Segundo - O projeto dos Estatutos será elaborado por uma comissão designada pelo Prefeito Municipal e submetido à sua aprovação, dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste projeto.

Artigo - 2º - A Fundação competirá, além de outras atribuições que lhes forem deferidas em regulamento, as seguintes:

a- Administrar, de início, todos os cursos da área da Faculdade de Filosofia e, paulatinamente, os demais cursos do Ensino Superior, dentro dos critérios de prioridade do Ministério da Educação e Cultura.

Artigo - 3º - A Fundação será administrada na forma dos Estatutos, por um Diretor, de livre escolha do Prefeito Municipal.

§ Único - A Fundação terá um Conselho de Curadores, também de livre escolha do Executivo, com as funções de aprovar o orçamento anual, fiscalizar a execução e autorizar os atos do Diretor, não previstos no regulamento.

Artigo - 4º - A remuneração do Diretor e a gratificação aos membros por comparecimento às reuniões do Conselho não fixadas por Decreto do Prefeito Municipal.



Manuscrito nº 545, de
folhas 520, no livro 2-13,
no Cartório do 1º Ofício
Reg. de Títulos e Documentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE
GABINETE DO PREFEITO

Cartório	115
2º	
Cível	ESCRIVÃO
de 107	

n.º Rio Verde, de

vier a possuir.

§ Unico - Fica o Prefeito Municipal autorizado a incorporar à Fundação o terreno, construção e acervo da Casa da Cultura, localizados à rua São Sebastião, nesta cidade.

Artigo - 6º- Constituição rendas da Fundação:

- 1- subvenções e auxílios da União, do Estado ou Municipais;
- 2- os donativos, legados e contribuições financeiras de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas;
- 3- das rendas patrimoniais;
- 4- das rendimentos de serviços prestados;
- 5- da contribuição escolar;
- 6- outras receitas eventuais.

Artigo - 7º- A Fundação, terá duração por tempo indeterminado e extinguir-se-á por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no caso de tornar-se nocivo aos interesses públicos ou impossível a sua manutenção.

§ Unico - Será incorporado ao Poder Público Municipal, o patrimônio da Fundação, se extinta for na forma deste artigo.

Artigo - 8º- Fica o Chefe Executivo Municipal autorizado a receber o acervo da FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE RIO VERDE, por doação e incorporá-la à FUNDAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DE RIO VERDE.

§ Unico - A doação referida no presente artigo não importará em responsabilidade pela liquidação de dívidas passivas superior ao valor do montante recebido em doação.

Artigo - 9º- Fica concedida uma subvenção ordinária de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), à FUNDAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DE RIO VERDE, para sua manutenção, a partir de 1.974.

§ Unico - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no corrente exercício, crédito especial até o montante de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para as despesas de instrução, pessoal, aquisição de material e outros de interesse da Fundação, podendo, para tanto, realizar operações de crédito necessário ou se valor de outros recursos previstos em lei.

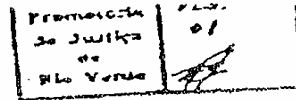
Artigo - 10º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIO VERDE, Estado de Goiás,
aos 19 de março de 1.973.

Emilio Telles de Souza
Prefeito Municipal

Sherlock Holmes de Silva
Chefe de Gabinete

Anexo G



Presca Juridica .

ESTATUTO DA FESURV UNIVERSIDADE DE RIO VERDE

TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO E SEUS FINS

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Art. 1º. A Fundação de Ensino Superior de Rio Verde - FESURV, criada pelas Leis Municipais n.º 1221/73 e 1313/74, mantida pelo Município de Rio Verde -GO, com abrangência em todo o Estado de Goiás, é a entidade mantenedora das Faculdades Integradas de Rio Verde.

§ 1º. A Fundação do Ensino Superior de Rio Verde utilizará a denominação FESURV - Universidade de Rio Verde.

§ 2º. FESURV - A Universidade de Rio Verde, com sede e foro na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, é entidade autônoma de direito público interno, com fins lucrativos, filantrópica, com autonomias didático-científica, administrativa e de gestão financeira, orçamentária e patrimonial, exercidas na forma do presente Estatuto e da legislação em vigor.

§ 3º. A organização e funcionamento da FESURV - Universidade de Rio Verde reger-se-ão pelas legislações Federal, Estadual, Municipal, por este Estatuto, pelo seu Regimento Geral e pelas normas complementares oriundas do Conselho Universitário - CONSUNI e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

§ 4º. A FESURV - Universidade de Rio Verde tem como missão interagir no processo de desenvolvimento da comunidade local, regional, estadual e nacional, atuando no ensino, pesquisa e extensão, visando as formações científica, artística, humanística e ética do cidadão.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS, DOS OBJETIVOS E DAS FINALIDADES

Prisma Jurídica.

Art. 2º. A FESURV - Universidade de Rio Verde, na organização e no desenvolvimento de suas atividades, tem por princípios:

- I - a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão por meio da execução de projetos e programas que visuem a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- II - a garantia do padrão de qualidade e eficiência;
- III - o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - a intervenção humana na região, com propostas e respostas para o desenvolvimento responsável, nos aspectos econômicos, políticos, sociais, educacionais, culturais, tecnológicos e ambientais;
- V - a dignidade da pessoa e seus direitos fundamentais, vedadas quaisquer discriminações filosóficas, políticas, religiosas, raciais, de gênero ou classe;
- VI - assegurar a unidade de patrimônio e de administração;
- VII - a estruturação orgânica com base em Faculdades;
- VIII - a promoção da racionalização organizacional para integralização e utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, financeiros e administrativos;
- IX - assegurar a unidade de atuação universitária nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- X - a promoção de estudos e pesquisas voltados para a preservação do meio-ambiente, com o propósito de desenvolver e ampliar a consciência ecológica, visando à convivência harmoniosa do homem com o meio.

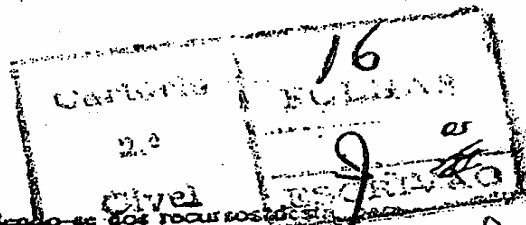
Art. 3º. A FESURV - Universidade de Rio Verde, atuando conforme os princípios estabelecidos no artigo anterior, tem por objetivos:

- I - desenvolver e estimular a reflexão crítica e a criatividade;
- II - promover a formação do homem para o exercício profissional, bem como ampliar o aprofundamento dessa formação;
- III - produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, por meio do ensino, pesquisa e extensão;
- IV - ampliar a oportunidade de acesso à educação superior;
- V - promover intercâmbio cultural, artístico, científico, tecnológico e de estudos ambientais, com instituições nacionais e internacionais;
- VI - preservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia.

Art. 4º. A FESURV - Universidade de Rio Verde, na consecução de seus princípios e objetivos, tem por finalidade:

- I - desenvolver e difundir, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento teórico e prático em suas múltiplas áreas;

FESURV



- II - manter ampla interação com a sociedade, valendo-se dos recursos desta, e promover a integração dos diferentes grupos sociais com a Instituição;
- III - ministrar a educação superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação, bem como à formação de profissionais para o magistério e para os demais campos de trabalho nas áreas culturais, artísticas, científicas, tecnológicas, políticas, ambientais e sociais;
- IV - constituir-se em agente de integração das culturas local, estadual, regional e nacional, na formação de cidadãos, promovendo, na comunidade universitária, uma consciência ética, social e profissional;
- V - estabelecer formas de cooperação com os Poderes Públicos, Universidades e outras instituições científico-tecnológicas, culturais e educacionais, nacionais e estrangeiras;
- VI - estabelecer serviços especializados e desempenhar outras atividades nas áreas de sua competência;
- VII - contribuir para a superação das desigualdades sociais, com vistas ao desenvolvimento justo e responsável, integrado ao meio ambiente;
- VIII - atuar para a democratização da cultura, da pesquisa científica e tecnológica, visando à socialização dos seus benefícios.

CAPÍTULO III DA AUTONOMIA

Art. 5º. A autonomia administrativa da FESURV - Universidade de Rio Verde compreende:

- I - a iniciativa exclusiva de propor e reformular este Estatuto e seu Regimento Geral;
- II - as autonomias funcional e administrativa, para propor normas que estabeleçam direitos, deveres e exigências de provimento, desenvolvimento, manutenção e administração de seu pessoal docente e técnico-administrativo;
- III - eleger os seus dirigentes;
- IV - administrar o patrimônio colocado à sua disposição;
- V - elaborar e propor seu Plano de Carreira, docente e técnico, encaminhando-o para aprovação do Legislativo Municipal e posterior sanção do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. A autonomia de gestão financeira, orçamentária e patrimonial compreende a competência para:

- I - planejar o seu orçamento e executá-lo, após aprovação do Poder Legislativo Municipal e posterior sanção do Poder Executivo Municipal;
- II - prestar contas ao Poder Legislativo Municipal, ao Tribunal de Contas dos Municípios e ao Ministério Público;
- III - aceitar subvenções, doações, legados, bem como, buscar cooperação financeira mediante convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;

FESURV

de Santos
do
Rio Verde

17

Preses Juilias

- IV- deliberar sobre os preços e reajustes do mensalidades, salários e demais serviços prestados pela Instituição;
- V- contrair empréstimos para atender às suas necessidades, quando devidamente comprovadas, mediante aprovação dos Poderes e Órgãos competentes.

Art. 7º. A autonomia administrativa, do gestão financeira, organizatória e patrimonial da FESURV - Universidade de Rio Verde será exercida nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e deste Estatuto.

Art. 8º. A autonomia didático-científica e cultural da FESURV - Universidade do Rio Verde compreende:

- I - estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada e indissociável;
- II - criar, organizar, modificar e extinguir cursos;
- III - organizar e aprimorar os currículos de seus cursos;
- IV - estabelecer seu regime didático-científico;
- V - fixar critérios para seleção, admissão, habilitação e promoção de alunos;
- VI - conferir graus, diplomas, certificados, títulos e outras dignidades universitárias;
- VII - manter, na área de sua abrangência, Campi e Núcleos Universitários;
- VIII - desenvolver tecnologias, produzir pesquisas e promover atividades de ensino, mediante o uso de suas potencialidades;
- IX - estabelecer e divulgar normas disciplinares e éticas, visando ao relacionamento solidário entre os membros da comunidade universitária.

TÍTULO II DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS DA FESURV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE

Art. 9º. Constitui patrimônio da FESURV - Universidade de Rio Verde a dotação inicial constante do artigo 5º e parágrafo único da Lei Municipal nº 1221/73 e da Lei nº 1313/74:

- I - bens imóveis, móveis e semoventes;
- II - instalações, títulos e direitos da FESURV;
- III - bens e direitos que lhe forem incorporados a título gratuito e/ou oneroso;
- IV - bens e direitos que lhe forem outorgados em virtude de lei;
- V - bens e direitos que venham a ser auferidos em virtude do concessão de licença para prestação de serviços de rádio e TV.

Parágrafo único - As proposições de incorporações de bens patrimoniais imóveis, bem como a solicitação de legados e doações oferecidos à FESURV - Universidade do Rio Verde devem ser encaminhados ao Conselho Universitário - CONSUNI.

Ru

Apêndices

Roteiro de Entrevista com Leitores

- Abordar quais foram os principais fatores que contribuíram para que o entrevistado se tornasse leitor e sentisse prazer no ato de ler.
- Obter informações sobre a frequência do entrevistado na BPMRC, e qual a quantidade de livros o entrevistado costuma pegar a cada visita na BPMRC.
- Quais são os motivos que levam o entrevistado a ler com frequência. Para se qualificar profissionalmente, para cumprir exigências escolares, ou pelo prazer de ler?
- De que forma a BPMRC contribui para a permanência do leitor no ambiente da biblioteca.
- A BPMRC dispõe de funcionários qualificados para constituir a biblioteca como espaço de leitura e prazer?
- O entrevistado acredita que a BPMRC cumpre o papel de suporte cultural para o leitor da cidade de Rio Verde.
- A BPMRC contribuiu de forma significativa para que o entrevistado se tornasse leitor?
- O entrevistado lê no ambiente da biblioteca ou tem como costume pegar o livro e ler em outro ambiente.
- Como o entrevistado vê a BPMRC nos dias atuais.

Roteiro de Entrevista Reconstrução Memória e História

- Levar o entrevistado a dizer quem foram às pessoas da época que mais se empenharam para a fundação da BPMRC.
- Levantar a questão da doação da Biblioteca Pública Municipal para a FESURV, questionar quais foram às pessoas que participaram desse episódio e qual foi o desfecho e repercussão na sociedade sobre o episódio.
- Quem foi Rosulino Campos e por que o nome dele na Biblioteca.
- Onde era e qual o espaço físico da BPMRC na sua fundação.
- Havia muitos leitores que freqüentavam o ambiente da biblioteca na época de sua fundação?
- De forma geral quais eram os principais gêneros presentes no acervo da BPMRC no seu início.
- Havia verbas vindas do poder público municipal para compra de livros e mobiliário para a biblioteca? Se não, como o acervo da BPMRC foi constituído? E qual a quantidade de livros havia na sua inauguração?
- Como a população da época via o ambiente da biblioteca, como um lugar comum ou um ambiente especial?
- Perguntar ao entrevistado se ele lembra de algum fato inusitado que envolveu a BPMRC.

FICHA CATALOGRÁFICA

L864b Lopes, Leonardo Montes.
Biblioteca pública municipal Rosulino Campos : memória,
história e leitura / Leonardo Montes Lopes. – Goiânia : [s.n],
2008.
134f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de
Goiás, Faculdade de Educação.
Orientador: Prof.^a Dr^a. Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo

1. Biblioteca Pública Municipal. 2. Bibliotecas –
memória, histórias e leitura. I. Título.

CDU – 027.4